

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos

**Relações de trabalho e Programas de Transferência
de Renda: um estudo sobre o trabalho dos
beneficiários do Programa Bolsa Família em
Caruaru/PE**

Recife, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Dissertação: Relações de trabalho no neodesenvolvimentismo: um estudo sobre o trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família em Caruaru/PE

Nome do Autor: Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos

Data da aprovação:

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1 ☒

Grau 2 ☐

Grau 3 ☐

Recife, 28 de abril de 2016

Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos

Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos

**Relações de trabalho e Programas de Transferência
de Renda: um estudo sobre o trabalho dos
beneficiários do Programa Bolsa Família em
Caruaru/PE**

Orientadora: Profa. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado

Dissertação apresentado como
requisito complementar para
obtenção do grau de Mestre em
Administração do Curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Federal de Pernambuco.

Recife, 2016

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

V331r	Vasconcelos, Marllon Emanuel Souza Medeiros de Relações de trabalho e Programas de transferência de renda: um estudo sobre o trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família em Caruaru/PE / Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos. - 2016. 146 folhas : il. 30 cm. Orientadora: Prof^a. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016. Inclui referências. 1. Trabalho – Aspectos sociais. 2. Distribuição de renda. 3. Política social. 4. Desigualdade social. I. Dourado, Débora Coutinho Paschoal. (Orientadora). II. Título. 658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2016 –056)
-------	---

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

**Relações de trabalho e Programas de Transferência de Renda: um estudo sobre o
trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família de Caruaru/PE**

Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos

**Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 28 de abril 2016**

Banca Examinadora:

Débora Coutinho Paschoal Dourado, Doutora, UFPE(Orientadora)

Diogo Henrique Helal, Doutor, UFPB(Examinador Externo)

José Ricardo Costa de Mendonça, Doutor, UFPE(Examinador Interno)
A minha mãe e minha vó, mulheres da minha vida.

“Instituições não se derrubam pela violência ou pelo sangue da vingança e do ressentimento. Uma real mudança institucional advém da conversão dos corações e mentes das pessoas.”
(JESSÉ SOUZA)

Agradecimentos

A minha mãe e minha vó, minha família, que sempre estiveram ao meu lado e que nunca vão estar muito longe de mim, não importa em que lugar em que eu esteja.

À Débora, que aceitou me orientar e participar dessa caminhada junto comigo.

Aos professores Diogo Helal e Ricardo Mendonça, pela disponibilidade, compreensão e contribuições, desde a qualificação, para que este trabalho pudesse ser realizado.

À Luciana, minha amiga e companheira, que mesmo entre uma briga e outra, esteve presente ao longo de todo este trabalho.

Aos meus queridos amigos do Observatório da Realidade Organizacional, Alexandre, Bárbara, Diego, Iraneide, Marcus e Myrna, pelos momentos de companheirismo, lamentações, e, principalmente, de alegrias que tivemos juntos.

Aos amigos e PIBICS Alana, Berg e Manoel, que tão generosamente aceitaram me ajudar com as transcrições das entrevistas desta pesquisa.

A minha *roommate* Verônica, que teve de suportar todos meus desesperos, lamentos e humores, às vezes até pelas madrugadas.

À Suzana, uma amiga para a vida e para os livros, que me acolheu nos dias em que estive fazendo pesquisa em Caruaru.

À Danielle, pela doçura e coração aberto ao longo de muitos meses.

Aos participantes da pesquisa, que compartilharam comigo um pouco das suas vidas e que tanto me ensinaram.

Aos professores e funcionários do Propad, especialmente à Professora Lilian e Tatiana, sempre solícitas e atenciosas.

À CAPES, pelo suporte financeiro, sem o qual este trabalho não teria sido realizado.

Aos familiares e amigos cujo espaço aqui não me permite citar individualmente, mas que deixam sempre seu carinho, apoio e ternura nos momentos que nos encontramos.

Resumo

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho tem sido marcado por tendências de flexibilização e precarização. Estas tendências chegaram ao Brasil do modo mais intenso a partir da década de 1990, momento em que a ideologia neoliberal assume hegemonia política. A reestruturação produtiva no Brasil, sob as diretrizes da flexibilização, colaborou para a intensificação da precarização de relações de trabalho já historicamente precárias, disseminando ainda mais a informalidade, o desemprego e formas flexíveis de trabalho como as subcontratações e terceirizações. No entanto, a partir de meados dos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico, valorizações salariais e melhorias em indicadores sociais se inicia o que podemos denominar de neodesenvolvimentismo, partindo uma releitura dos ideais do projeto desenvolvimentista do século XX. Dentre estes ideais destaca-se o pacto social, concepção de que os diferentes grupos de interesse do país devem unir-se em prol do desenvolvimento nacional. Entre as contrapartidas sociais do neodesenvolvimentismo, destaca-se os programas de transferências de renda, considerando que seu público alvo são os seguimentos da sociedade mais expostos às relações de trabalho flexíveis e precárias. Como tal, este estudo teve a seguinte pergunta como norteadora: Até que ponto as relações de trabalho e a participação no Programa Bolsa Família, enquanto contrapartida social do neodesenvolvimentismo, se relacionam? Para responder a esta pergunta realizou uma pesquisa qualitativa básica, tendo como principal fonte de dados entrevistas com beneficiários, gestores e operados do programa. Concluiu-se que a participação no programa não tem conduzido a transformações nas relações de trabalho de seus beneficiários, apesar de sua importância enquanto elemento de proteção social.

Paravras-chave: Relações de trabalho. Neodesenvolvimentismo. Programas de Transferência de Renda. Programa Bolsa Família.

Abstract

In recent decades, trends of flexibility and precariousness had been a mark in the world of work. These trends arrived in Brazil more intensely since the 1990s, a time when the neoliberal ideology assumes political hegemony. The productive restructuring in Brazil, under the flexible guidelines, contributed to the intensification of casualization of labour relations historically precarious, further spreading the informality, unemployment and flexible forms of work such as subcontracting and outsourcing. However, from the mid-2000s, with the resumption of economic growth, wage increases and improvements in social indicators begins what may be called the neo-developmentism, based on a reinterpretation of the ideals of the development project of the twentieth century. Among these ideals, this study highlight the social pact idea that the country's different interest groups should unite in support of national development. Among the social counterparts of neo-developmentism, it highlights the income transfer programs, considering that their target audience are the most vulnerable segments of society to flexible and precarious labour relations. As such, this study had the following question as guiding: To what extent labour relations and participation in the Bolsa Família Program, designed to offset the social neo-developmentism, relate? To answer this question was made a basic qualitative research, the main source of data were interviews with beneficiaries, managers and operators of the program. It was concluded that participation in Bolsa Família has not led to changes in labor relations of its beneficiaries, despite its importance as an element of social protection.

Keys-words: Labor relations. Neo-developmentism. Income Transfer Programs. Bolsa Família Program.

Lista de Quadros

Quando 1 (3) – Etapas da pesquisa	62
Quadro 2 (3) - Relação entre objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados	65
Quadro 3 (3) – Definições constitutivas e operacionais	68
Quadro 4 (4) – Relação dos CRAS em Caruaru	78
Quadro 5 (4) – Cursos e oficinas ofertados pela rede de inclusão produtiva desde 2014	86
Quadro 6 (4) – O perfil dos beneficiários participantes da pesquisa	88
Quadro 7 (4) – Ocupação dos beneficiários antes e após o PBF	126
Quadro 8 (4) – Resumo dos achados por categoria	129

Lista de Siglas e Abreviaturas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEF	Caixa Econômica Federal
CGBF	Centro de Gestão Bolsa Família
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizado
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PETI	Programa de Erradicação do trabalho infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUAS	Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais

Sumário

1 Introdução	14
1.1 Objetivos de pesquisa	18
1.1.1 Objetivo geral	19
1.1.2 Objetivo Específicos	19
1.1.3 Justificativa	19
2 Fundamentação teórica	21
2.1 Relações de trabalho	21
2.1.1 Construção das relações de trabalho capitalistas	21
2.1.2 Flexibilização das relações de Trabalho	27
2.1.3 Construção das relações de trabalho no Brasil	31
2.1.4 Flexibilização das relações de trabalho no Brasil	36
2.2 Projetos desenvolvimentistas e o Programa Bolsa Família	39
2.2.1 Desenvolvimentismo	39
2.2.2 Neodesenvolvimentismo	43
2.2.3 Programa Bolsa família	49
3 Procedimentos metodológicos	57
3.1 Paradigma e escolhas metodológicas	57
3.2 <i>Locus</i> e participantes da pesquisa	58
3.3 Instrumentos de coleta	62
3.4 Análise dos dados	65
3.5 Categorias analíticas - Definições constitutivas e operacionais	67
4.1 Caracterização da atuação do Programa Bolsa Família no contexto de Caruaru	70
4.1.1 O Centro de Gestão Bolsa Família	70
4.1.2 O CRAS	77
4.1.3 Acessuas Trabalho	83
4.2 Os beneficiários participantes da pesquisa	87
4.3 O trabalho dos beneficiários	89
4.3.1 Relações de trabalho tradicionais	90
4.3.2 Informalidade	98
4.3.3 Subcontratações e terceirizações	107

4.3.4 Baixa qualificação profissional	110
4.3.5 Relações de trabalho reguladas	122
4.3.6 Discussão sobre as transformações nas relações de trabalho	126
Referências	137

1 Introdução

Este estudo volta-se para a discussão das relações de trabalho no cenário recente do Brasil. Para tal, são explorados, como eixos temáticos principais, o desenvolvimento das relações do trabalho no sistema capitalista e os Programas de Transferência de Renda, enquanto uma das principais contrapartidas sociais do neodesenvolvimentismo, um projeto político-econômico prevalecente no Brasil desde meados dos anos 2000.

Conforme apresenta Alves (2013), nos primórdios do capitalismo industrial a classe trabalhadora não possuía direitos, já que o trabalho não era regulamentado e tão pouco havia representação sindical. Este contexto permitiu a exploração extrema da força de trabalho, com salários que mal permitiam a subsistência, extenuantes jornadas de trabalho, trabalho infantil e péssimas condições de execução do trabalho.

Estas configurações das relações de trabalho modificaram-se substancialmente no momento após a Segunda Guerra Mundial. Como indica Harvey (2013), o período de guerras levou a uma racionalização dos processos de trabalho, contribuindo para o estabelecimento do modo de produção fordista. De modo resumido, as relações de trabalho no fordismo foram marcadas pela regularização, por políticas de valorização de salários, baixos níveis de desemprego e pelo poder de barganha dos sindicatos, bem como pela atuação do Estado de bem-estar social enquanto regulador e fonte de garantia dos direitos sociais e trabalhistas (HARVEY, 2013; ANTUNES, 2011, POCHMANN, 2007),

No entanto, com a crise fiscal do Estado de bem-estar social na década de 1970, o modo de produção fordista entrou em colapso e iniciou-se um processo de reestruturação produtiva que colocou em cheque as formas de organização social e os direitos sociais e trabalhistas característicos do período anterior (GUIMARÃES, 2002; HARVEY, 2013). A reestruturação econômica pautou-se pela flexibilização das relações de trabalho, caminhando em diferentes direções.

Nestes termos, as relações de trabalho a partir da reestruturação produtiva apresentam uma tendência a múltiplas relações de terceirizações e subcontratações; o desemprego recorrente; o trabalho informal; as falsas cooperativas; e o trabalho atípico, ou seja, parcial, temporário e subcontratado (GUIMARÃES, 2002; LIMA, 2010; ANTUNES, 2011; HARVEY, 2013). Estas configurações, especificamente, são uma tendência global, e são objeto de análise deste estudo.

No entanto, o desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil seguiu um caminho particular, já que neste nunca se efetivou o fordismo, conforme indica Harvey (2013), tão pouco o Estado de bem-estar social, de acordo com Behring (2009). Sendo assim, faz-se necessário uma consideração de suas peculiaridades.

A tentativa de modernizar o Brasil foi conduzida por meio de um projeto desenvolvimentista do Estado a partir da década de 1930, e o caminho escolhido para tal foi a industrialização. A prioridade do Estado passa a ser gerar condições para passagem do centro dinâmico da economia da atividade agroexportadora para a industrial. Deste modo, as primeiras regulações de trabalho no Brasil são constituídas visando garantir as condições de acumulação de capital na indústria, e não as aspirações da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2003). Além disto, aspectos como a informalidade e formas tradicionais de trabalho não reguladas sempre estiveram fortemente presentes. O proletariado, nascido desta forma, foi bastante limitado em sua capacidade de representação e poder de barganha, com sindicatos tutelados pelo Estado e fragmentados (COSTA, 2005).

Também foi característico das relações de produção e trabalho no Brasil uma estrutura dual, contando com setores modernos e com a persistência de setores tradicionais, considerados arcaicos. Conforme argumenta Oliveira (2003), havia uma relação de complementariedade entre os setores modernos e os atrasados, estes últimos baixando os custos de reprodução da força de trabalho e compensando a ausência de acumulação de capital com a utilização intensiva de mão-de-obra barata. Isto posto, no Brasil sempre persistiram relações tradicionais de trabalho, a informalidade e um amplo setor de prestação de serviços, caracterizados pela intensiva utilização de mão-de-obra barata (OLIVEIRA, 2003).

Mesmo com a ausência de um efetivo modo de produção fordista e do Estado de bem-estar social, os impulsos de reestruturação produtiva chegaram ao Brasil nos anos de 1990 com o encerramento do ciclo desenvolvimentista e a passagem para uma hegemonia neoliberal (ANTUNES, 2014a). O neoliberalismo falhou em sua promessa de condução ao crescimento econômico, resultando no baixo crescimento ou estagnação. Conjuntamente, a abertura comercial levou à destruição de cadeias produtivas nacionais, disseminando o desemprego enquanto privatizações e a reforma gerencial do Estado contribuíram para um quadro precário no trabalho público (ALVES, 2009).

O processo de reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho no Brasil deu base objetiva à intensificação e ampliação da exploração do trabalho e ao desmonte de suas regulamentações, atuando na corrosão das organizações sindicais e gerando a

fragmentação social por meio do desemprego (ALVES, 2009). Nestes termos, ocorreu uma flexibilização de relações de trabalho já historicamente fragilizadas no Brasil.

Porém, após três décadas de estagnação, em meados da década de 2000, ocorre a retomada do crescimento econômico, a recuperação do poder aquisitivo dos salários, melhorias na distribuição de renda e o crescimento do consumo por meio do endividamento das famílias. (SAMPAIO JUNIOR 2013). Este novo contexto deu contornos a um novo projeto político-econômico que, segundo Castelo (2013), partiu de uma releitura de alguns dos ideais do desenvolvimentismo do século XX, agora recebendo o prefixo de neo ou social.

De acordo com Gonçalves (p. 36, 2013), o desenvolvimentismo foi uma ideologia ou projeto de desenvolvimento econômico que teve por base o trinômio: “industrialização substitutiva de importações – intervencionismo estatal – nacionalismo”. Como tal, o desenvolvimentismo representou um projeto de modernização da estrutura produtiva brasileira por meio da industrialização e de uma postura nacionalista e anti-imperialista. Outro aspecto marcante do desenvolvimentismo foi a defesa de um pacto nacional envolvendo o Estado, os capitalistas e a classe trabalhadora, como necessária ao desenvolvimento e superação da situação de dependência externa do país. Os grupos envolvidos neste pacto deveriam colocar o desenvolvimento nacional acima de seus interesses particulares imediatos (SAMPAIO JUNIOR, 2012).

Conforme Bresser-Pereira (2006), o retorno a alguns destes ideais desenvolvimentistas, em meados dos anos 2000, foi favorecido pelos resultados pouco convincentes do neoliberalismo no Brasil. O que pode-se denominar de neodesenvolvimentismo, segundo Boito Junior e Berringer (2013), iniciou-se com a adoção de uma política econômica de apoio às grandes empresas nacionais e de recuperação de salários, aliada a políticas sociais de redistribuição de renda. Ainda de acordo com Bresser-Pereira (2006), também existe um retorno à defesa do pacto social entre o Estado, capitalistas e a classe trabalhadora.

Para Boito Junior e Berringer (2013), o neodesenvolvimentismo se estabeleceu sobre este novo pacto social, conduzindo a uma transformação no bloco de poder interno. O novo pacto social seria composto pelo Estado, segmentos da burguesia nacional, a baixa classe média, o operariado urbano, e uma massa marginal, composta por subempregados, trabalhadores informais e por conta própria e desempregados. De acordo com os autores, cada um destes grupos tem recebido contrapartidas, ainda que de modo bastante desigual. À burguesia nacional coube a proteção e o favorecimento do Estado, enquanto à classe baixa média e o operariado urbano favoreceram-se das políticas de valorização dos salários e o aumento da capacidade de consumo. Quanto ao grupo da massa marginal, a principal contrapartida foi representada pelos

Programas de Transferência de Renda, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) o maior e mais representativo (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

O PBF foi criado em 2003 pelo governo federal e, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2016a), é um programa de transferência de renda direta com condicionantes, com foco de atuação em famílias pobres e extremamente pobres. Possui três eixos principais: promover o alívio imediato da pobreza; reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, por meio de suas condicionantes e, por último, auxiliar o desenvolvimento das famílias por meio de ações e programas complementares, contribuindo para a superação de sua situação de vulnerabilidade e pobreza (MDS, 2016a).

As condicionalidades referem-se a exigências, principalmente, em aspectos ligados à área de saúde, como cartão vacinação para crianças e acompanhamento pré-natal para gestantes, e de educação, como a obrigatoriedade da matrícula escolar e estabelecimento de frequências mínimas (MDS, 2015a). Nestes termos, as condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público, com o objetivo de favorecer a estruturação das famílias beneficiárias e ampliar seu acesso aos direitos sociais básicos.

Desde sua criação, diversos estudos têm comprovado o sucesso do PBF, especialmente no que se refere à diminuição da pobreza e da desigualdade de renda e melhorias nas áreas de saúde e educação (CAMPELLO, 2013; PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013; JANNUZZI; PINTO, 2013). No entanto, para que as famílias superem sua situação de vulnerabilidade e pobreza, um dos objetivos declarados do programa, segundo o MDS (2016a), melhorias em suas relações de trabalho são necessárias. Como indica Boito Junior e Berringer (2013), o grupo de beneficiados do PBF é composto principalmente por subempregados, trabalhadores informais e desempregados, nestes termos, especialmente vulneráveis às relações de trabalho precárias.

Apesar da importância das relações de trabalho dos beneficiários para que o PBF alcance um de seus principais objetivos, estudos sobre a composição do trabalho dos beneficiados ainda são escassos, conforme indicam Barbosa e Corseuil (2013). Alguns estudos que tratam do trabalho dos beneficiários do PBF se debruçam sobre críticas de que o programa estimularia o desemprego, “efeito preguiça”, ou o emprego informal. Um estudo efetuado por Oliveira e Soares (2013) indica não haver relação significativa entre o PBF e um desestímulo ao trabalho. Por sua vez, um estudo de Barbosa e Corseuil (2013) não encontrou evidência de um favorecimento por ocupações informais por parte dos beneficiários do PBF.

Diante da escassez de estudos sobre as relações de trabalho dos beneficiários do PBF, e de sua relevância, este estudo se propõe a contribuir para a sua compreensão. Com o objetivo de compreender a relação entre o PBF e as relações de trabalho, em um momento em que as tendências de trabalho caminham em direção à flexibilidade e precarização, buscou-se estabelecer um *locus* de pesquisa onde tais características fossem proeminentes.

Neste sentido, o *locus* da pesquisa definido foi Caruaru, maior cidade do Polo de Confecções do Agreste. Esta escolha se deu devido a configuração peculiar das relações de produção e trabalho neste contexto. O Polo tem como suas principais cidades, além de Caruaru, Toritama e Santa Cruz, e teve início, de acordo com Lira (2009), com a produção de confecções como alternativa de geração de emprego e renda sob moldes artesanais. Segundo estimativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2013), existem cerca de 18.803 mil unidades produtivas no Polo, com um faturamento anual aproximado de um R\$ 1 bilhão e empregando cerca de 107 mil pessoas.

Ainda de acordo com o SEBRAE (2013), as relações de produção e trabalho no Polo são marcadas pela informalidade, onde cerca de 80% de suas unidades produtivas são informais. Também é marcante a presença de um modelo de produção dual, contando com empresas, unidades produtivas que produzem o produto final, podendo externalizar parte desta produção, e empreendimentos complementares ou facções, isto é, unidades produtivas que se especializam em uma atividade específica da confecção. Deste modo, as subcontratações e terceirizações são práticas corriqueiras no Polo e criam laços entre as poucas empresas formais e a grande maioria das informais (SEBRAE; 2013). Como pode ser observado, a configuração das relações de produção e trabalho no Polo mostram-se especialmente favoráveis às tendências de flexibilização anteriormente discutidas, sendo fortemente marcadas pela informalidade, terceirizações e subcontratações.

Partindo destas reflexões, questiona-se: **Até que ponto o Programa Bolsa Família está relacionado com possíveis mudanças nas relações de trabalho dos beneficiários, considerando-se a tendência de flexibilização e precarização do trabalho?**

1.1 Objetivos de pesquisa

Nesta subseção apresentamos os objetivos geral e específicos desta pesquisa, que buscam responder à questão de pesquisa anteriormente levantada.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar até que ponto o Programa Bolsa Família está relacionado com possíveis mudanças nas relações de trabalho dos beneficiários, considerando-se a tendência de flexibilização e precarização do trabalho, no contexto de Caruaru.

1.1.2 Objetivo Específicos

1. Caracterizar o Programa Bolsa Família, especificamente os aspectos relativos ao trabalho, no contexto de Caruaru.
2. Identificar e descrever beneficiários do Programa Bolsa Família neste contexto.
3. Descrever as relações de trabalho nos quais os beneficiários do Programa Bolsa Família estavam inseridos antes do recebimento do benefício.
4. Descrever as relações de trabalho nas quais os beneficiários do Programa Bolsa Família têm se inserido a partir da inclusão no programa.
5. Analisar possíveis transformações nas relações de trabalho a partir do recebimento do benefício pelos pesquisados.

1.1.3 Justificativa

As relações de trabalho passam por um momento global de precarização, de acordo com autores como Antunes (2011, 2014a; 2014b), Alves (2009, 2013)), Lima (2010), e Guimarães (2002). No entanto, conforme aponta Guimarães (2002), a tendência à disseminação da precariedade e flexibilização do trabalho globalmente não ocorre livre de constrangimentos, existindo um diálogo entre os imperativos globais e as estruturas sociais e institucionais locais historicamente estabelecidas, gerando estruturas híbridas e diversas. Portanto, estudos voltados para a compreensão do desenvolvimento particular das relações de trabalho em contextos singulares podem contribuir para construção de uma compreensão local e fornecer subsídios para avanços na teorização sobre as tendências globais no campo das relações de trabalho.

Neste sentido, os Programas de Transferência de Renda podem estar desempenhando um importante papel na construção das relações de trabalho no neodesenvolvimentismo, considerando que correspondem à principal contrapartida deste projeto para uma parcela da população especialmente vulnerável às relações de trabalho precárias, sendo composta por

subempregados, trabalhadores informais e por conta própria e desempregados (BOITO JUNIOR E BERRINGER, 2013). Dentre os Programas de Transferência de Renda, o maior e mais representativo no Brasil é o PBF, contando com mais de 13 milhões de benefícios e ampla cobertura nacional (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). Apesar disto, estudos sobre a configuração do trabalho dos beneficiários do PBF, de acordo com Barbosa e Corseuil (2013), ainda são escassos, estando bastante limitados a investigações do efeito deste sobre a oferta de trabalho na economia. Este estudo busca contribuir para uma melhor compreensão das relações de trabalho nas quais os beneficiários deste programa têm participado.

Deste modo, este estudo almeja oferecer subsídios para a melhor formulação de políticas públicas voltadas para este segmento da população, no que tange as suas relações de trabalho. Pode também oferecer meios para uma melhor compreensão do fenômeno do neodesenvolvimentismo, no que tange aos programas de transferência de renda como contrapartida social, bem como de suas limitações.

Com relação aos beneficiários, considerado a escolha metodológica por um estudo essencialmente qualitativo, que investigam problemas sociais ou humanos, enfatizando a necessidade de uma visão ampla e complexa do fenômeno estudado (CRESWELL, 1997), este estudo pode contribuir dar voz às suas necessidades e anseios. Por último, para as organizações envolvidas em tais relações de trabalho, acreditamos que o avanço desta discussão pode lançar novos elementos para o debate e conscientização de seu papel e responsabilidade na sociedade.

Este estudo também buscou contribuir para a consolidação de pesquisas de caráter crítico nas teorias organizacionais, cujo *mainstream* concentra investigações que contribuem para a manutenção do *status quo*. Autores como Cardoso (2000) e Santos (2010) demonstram preocupação com discursos únicos que perpetuam as condições presentes como únicas possíveis, acreditando que estes têm sido responsáveis por verdadeiros retrocessos civilizatórios. Portanto, estudos que busquem compreender as condições presentes a partir de uma análise crítica atuam recuperando a perspectiva de superação do *status quo* e contribuem para a construção de novas alternativas.

2 Fundamentação teórica

Nesta seção apresentamos uma revisão da literatura, com o objetivo de contextualizar teoricamente a pesquisa, assim como, fornecer os elementos necessários a posterior análise de seus resultados. A discussão que se segue está dividida em duas partes. Na primeira, recuperamos elementos do debate sobre relações de trabalho, principalmente no que tange reestruturação produtiva e a os processos de flexibilização, bem como uma breve análise histórica do desenvolvimento das relações de produção e de trabalho no Brasil. Na segunda subseção, discutimos o neodesenvolvimentismo, elemento político e econômico recente no Brasil, e o Programa Bolsa Família, uma de suas principais contrapartidas sociais.

2.1 Relações de trabalho

A consolidação do capitalismo industrial durante o século XIX representou um novo marco para o sentido atribuído ao trabalho, bem como para as relações criadas a partir deste. Nas próximas subseções discutimos a construção das relações de trabalho em economias capitalistas, bem com suas tendências recentes de flexibilização. Dado a posição periférica do Brasil no que se refere ao capitalismo, posteriormente focaremos a análise nas peculiaridades do desenvolvimento de suas relações de trabalho.

2.1.1 Construção das relações de trabalho capitalistas

Gorz (2003) argumenta que o trabalho, como o percebemos hoje, foi uma invenção da modernidade e do industrialismo. Para o autor, atualmente, o trabalho é caracterizado por realizar-se na esfera pública, sendo reconhecido como útil por todos e remunerado. Diante de tais características, normalmente exclui-se atividades desempenhas pelo indivíduo para manutenção e reprodução de sua vida, bem como aqueles que geram benefícios apenas para si e para seus próximos. Ainda de acordo com Gorz (2003), o trabalho tornou-se a principal fonte de socialização, sendo por meio dele que construímos uma identidade e nos inserimos nas relações sociais, de modo que podemos falar de uma sociedade industrial e de trabalhadores.

De modo fundamentalmente diferente, nas sociedades pré-modernas o trabalho, entendido enquanto produção dos meios de subsistência, adquiria uma conotação negativa,

sendo considerado animalesco, pertencente ao reino das necessidades. Partindo-se desta perspectiva negativa, o trabalho era realizado por grupos sociais marginalizados, tipicamente servos e mulheres, e na esfera privada. Aos cidadãos, na esfera pública e social, pertencia o reino da liberdade das necessidades, liberdade do trabalho (GORZ, 2003).

Esta racionalidade com relação ao trabalho transforma-se durante o século XVIII com capitalismo industrial. De acordo com Gorz (2003), passou a prevalecer neste período uma racionalidade econômica, antes restringida pela tradição e por outras formas de racionalidade. Em sua análise do “espírito” do capitalismo, Weber (1999) também destaca o desenvolvimento de uma racionalidade específica no ocidente, que vê no trabalho um aspecto positivo e na acumulação de riquezas um fim em si mesma, ambos adquirindo um caráter vocacional. Este carácter vocacional do trabalho e da acumulação se explicaria pela origem religiosa desta racionalização peculiar da vida, ligada a reforma protestante.

Em momentos tradicionais, contraponto proposto por Weber (1999) a racionalidade capitalista, o trabalhador calculava quanto tinha que trabalhar para garantir sua subsistência e continuar vivendo como sempre vinha, buscando trabalhar o mínimo possível. Deste modo, o tradicionalismo foi a principal entrave ao capitalismo nascente, já que os trabalhadores seriam “preguiçosos” e “indolentes”.

Outro exemplo apresentado por Weber (1999), e posteriormente explorado por Gorz (2003), é o do trabalho na indústria têxtil pré-capitalista. Em períodos pré-capitalistas o produtor empregava o trabalho domiciliar de camponeses, cujo trabalho e produção não estavam dissociados dos outros aspectos de suas vidas. Os lucros e os ritmos de trabalho eram modestos, mas suficientes para levar uma vida decente. Esse cenário, em geral, teria se transformando simplesmente quando um jovem empreender selecionou alguns tecelões compenses cuidadosamente, aumentou o rigor e controle sobre seus trabalhos e produção, transformando-os em operários e operando uma dissociação entre tempo de vida e tempo de trabalho. À essa racionalização das atividades de produção se somaria uma racionalização das atividades de venda e investimento, e aqueles produtores que não seguiam tais passos de racionalização econômica da vida eram eliminados. Sob as ruínas da produção domiciliar tradicional se estabelecia, assim, o sistema fabril.

Segundo Castel (2009), os trabalhadores no início da industrialização tomaram parte da condição proletária, o que representou uma quase exclusão da vida social, com a remuneração próxima da renda mínima apenas para assegurar sua reprodução e com a ausência de garantias legais. O trabalho se dava por meio de um contrato de aluguel e o trabalhador mudava frequentemente de empregador, alugando-se ao que oferecer mais. Outro elemento de destaque

no trabalho desse período, apresentado pelo autor, é que os trabalhadores ficavam “desempregados” por alguns dias da semana ou por períodos relativamente longos, quando dispunham de meios para subsistir sem ter que se submeter à disciplina do trabalho industrial. Este elemento demonstra a persistência de traços tradicionais no trabalho dos primeiros empregados na indústria.

Essa persistência de traços tradicionais, claramente representada pelo trabalho intermitente, foi um dos principais obstáculos a racionalização do trabalho e, como tal, teve que ser eliminado, conforme apresenta Castel (2009). O autor narra como elementos institucionais, como as agências de emprego, ou mesmo ações coercitivas do Estado, como a prisão e o trabalho forçado, se ocuparam de pôr fim às formas mais tradicionais de emprego e traçar uma linha divisória entre os “verdadeiros” empregados em tempo integral e aqueles que deviam ser excluídos do mundo de trabalho.

Nestes termos, considera-se, para os fins deste estudo, como laços tradicionais de trabalho aquele onde não está clara a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, podendo não haver, também, distinção entre local de trabalho e local de moradia, e onde as atividades se voltam primariamente para a satisfação das necessidades e não para a acumulação.

De acordo com Weber (1999), por fim, a racionalidade econômica tornou-se dominante, recriando para si as condições de sua existência, já que o empresário que não se pauta por ela vê seu empreendimento fracassar, enquanto que ao trabalhador que não a seguir não encontra outros meios de subsistência. Deste modo, o trabalho deixa de ser uma das partes da vida e se transforma em um meio de ganhar a vida, criando um sujeito alienado de seu trabalho, consumo e necessidades. Chegamos, desta forma, a consolidação de um caráter peculiar das relações de trabalho no capitalismo, ou seja, a criação de uma classe de operários-proletariados desprovidos dos meios de produção e subsistência, cuja única opção de subsistência passa a ser a venda de sua mão de obra aos proprietários destes meios, os capitalistas (GORZ, 2003).

De acordo com Alves (2013), neste período surge também a questão social, compreendida com o fenômeno da crescente pobreza material experimentada pela classe trabalhadora. Durante os primórdios do capitalismo industrial, a classe trabalhadora não era vista enquanto sujeito de direitos, não havendo regulamentação trabalhista ou representação sindical. Sob tais condições, a exploração do trabalho era extrema, com salários que mal permitiam a subsistência, extenuantes jornadas de trabalho, trabalho infantil e péssimas condições de trabalho. Para o autor, este estágio de extrema exploração do trabalho marcou a primeira geração de precarização do trabalho.

Conforme sugere Castel (2009), foi a consciência da questão social, da clivagem entre capital e trabalho e entre a seguridade/propriedade e a vulnerabilidade das massas, que conduziu as lutas e conquistas trabalhistas. O surgimento e fortalecimento de organizações da classe trabalhadora e a passagem para o capitalismo monopolista conduziu a uma nova reconfiguração das relações de trabalho nos países centrais do capitalismo. Sob pressão política e social, foram gerados novos patamares de redistribuição de riquezas, garantindo melhores condições de trabalho reguladas pelo Estado e o pelo poder de barganha dos sindicatos (GUIMARÃES, 2002; ALVES, 2013). Este período foi marcado por um modo de produção conhecido como fordista/taylorista e pelo Estado de bem-estar social (ANTUNES, 2011, POCHMANN, 2007).

Harvey (2013) compreende o fordismo como um padrão de acumulação, ou seja, um modo particular de ordenação das relações de produção e trabalho, cujas influências se estendem a organização da vida social. A particularidade do fordismo está, de acordo com o autor, em admitir que para que haja uma produção em massa existe a necessidade de consumo em massa, assim como da criação de um novo sistema de reprodução da força de trabalho. Nestes termos, o fordismo promoveu o planejamento em larga escala, a racionalização e padronização dos processos de trabalho, ao passo que fez uso de políticas de valorização salarial como estímulo ao consumo em massa.

Castel (2009) também destaca a importância do acesso ao consumo aos operários promovido pelo fordismo. Até este ponto, o operário era visto, ao menos pela ótica patronal, como um produtor máximo e um consumidor mínimo, sendo considerado legítimo apenas o consumo necessário para a reprodução de sua força de trabalho e manutenção de sua família. Com o fordismo o operário passa a ter estatuto de consumidor dos produtos da sociedade industrial, sendo o direito ao consumo e ao bem-estar incorporado mesmo nas reivindicações trabalhistas, dado as transformações dos modos de vida popular e aos recuos das economias domésticas.

Castel (2009) argumenta que na gênese das relações de trabalho no fordismo e no Estado de bem-estar social esteve o que o autor denomina de condição operária, sendo o operário aquele que realiza trabalhos diretos na produção, via de regra, braçais. A condição operária, diferente da proletária do início da industrialização, é marcada por uma relativa integração social, ainda que na subordinação, onde o pertencimento social se manifesta por meio dos “seguros sociais, direito do trabalho, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, relativa participação na propriedade social e até mesmo no lazer” (CASTEL, 2009, p.444).

Estes ganhos distanciaram o operariado da situação de vulnerabilidade das necessidades presentes, no entanto, não foram suficientes para livrá-lo de sua condição de subordinação e

desvalorização social, alimentando uma percepção de interesses de classes, e perpetuando a consciência de uma clivagem entre subordinados e dominantes, “nós” e “eles”. Dado esta consciência de interesses de classe, o operariado se tornou a ponta da lança das transformações sociais, ao ponto que se desenham-se dois caminhos possíveis: a permanência dos ganhos sociais, diminuindo a distância entre “nós” e “eles”, ou a tomando dor poder pela classe operaria, ou seja, reforma ou revolução (CASTEL, 2009).

O outro importante elemento deste período foi o papel desempenhado pelo Estado. De acordo com Harvey (2013), foi necessário o choque da grande depressão e o quase colapso do sistema capitalista durante a década de 1930 para que houvessem modificações no papel do Estado no capitalismo. O Estado passa a assumir uma função estabilizadora, que além da regulamentação da esfera econômica passa a complementar o salário social da classe trabalhadora, por meio da seguridade social e diversos serviços sociais, como os de saúde e educação. Deste modo, se estabeleceu o Estado de bem-estar social

De modo semelhante, Castel (2009) destaca o papel do Estado na implantação de procedimentos de negociação entre patrões e trabalhadores, neste sentindo atuando também na regulação das relações de trabalho, garantindo direitos trabalhistas e sociais, bem como atuando sobre os acordos salariais. Além disto, os próprios grupos de representação da classe trabalhadora são fortalecidos neste período e adquirem grande poder de barganha junto a classe capitalista. O poder dos sindicatos passa a ser tolerado pelas corporações, sendo utilizado também para garantir o controle trabalhadores e aceitação de planos de aumento da produtividade em troca de ganhos salariais (HARVEY, 2003).

As conquistas que foram possíveis durante o período do Estado de bem-estar social nos países centrais do capitalismo representaram um marco no âmbito das relações de trabalho, dando novo sentido ao que se compreendia por precarização do trabalho. Nas palavras de Alves (2013, p. 245), precarização do trabalho passou a designar o “trabalho informal, sem direitos, trabalho considerado atípico e degradante”, ou seja, o trabalho que não desfrutava dos direitos e regulamentações conquistados. Este novo contexto representa o que Alves (2013) denomina de segunda geração de precarização do trabalho.

Diante do que foi exposto, a configuração das relações de trabalho no fordismo foi marcado pela regulamentação, por políticas de valorização de salários, baixos níveis de desemprego e pelo poder de barganha dos sindicatos, bem como pela atuação do Estado de bem-estar social enquanto regulador e garantia dos direitos sociais e trabalhistas (HARVEY, 2003; ANTUNES, 2011, POCHMANN, 2007).

Por sua vez, para Castel (2009), a consolidação das relações de trabalho no fordismo e no Estado de bem-estar conduziu a formação da sociedade salarial, e não a revolução ou contínuas reformas. As transformações na conjuntura produtiva fizeram com que os salarizados não-operários se tornassem a maioria entre os trabalhadores, em parte devido ao crescimento do setor de serviços. Nestes termos, a condição operária foi cercada e dominada por uma gama de assalariados, que supera os superava em remuneração e prestígio social. Por sua vez, os quadros superiores formados pelas profissões mais qualificadas e prestigiadas, assumem, também, a condição de assalariados, se afirmando como uma posição média entre os patrões e o proletariado. Estes quadros superiores assumem a ponta da lança de um assalariado, que diferentemente do operariado, se identificam com os valores burgueses, um assalariado “burguês” (CASTEL, 2009).

Deste modo, a condição operária foi esvaziada de suas potencialidades históricas, submerso numa condição cada vez mais extensiva da condição de assalariado. Se deu uma redistribuição do conflito social, não mais entre classes, mas agora entre diferentes polos de atividades salariais, com a concorrência pelas colocações e classificações. Formam-se, pois, blocos de assalariados, que se diferenciam e se comparam, com o salariado de alto grau representando o papel de atrativo. A própria distinção entre trabalho e propriedade se torna menos clara, já que o salariado de algo grau é detentor, também, de capital econômico e propriedades, utilizando-os para a perpetuação de sua condição privilegiada (CASTEL, 2009).

Entretanto, mesmo dentro da sociedade salarial, que atinge seu ápice nos países centrais do capitalismo até a década de 1970, já se identificava sinais de ruptura. Castel (2009) já falava de um bloco periférico ou residual, que ocupava posições instáveis, intermitentes e sazonais, sujeitos a conjuntura econômica e as variações de manda de mão-de-obra. Esse bloco era composto principalmente de mulheres, jovens desqualificados e pessoas mais velhas, que ocuparam os cargos mais penosos e precários, com menores salários e menos cobertos pelos direitos sociais. Segundo o autor, esse bloco estaria mais nas fronteiras da sociedade salarial do que dela fazia parte.

De acordo com Harvey (2013), no período entre 1965 e 1973 ficou evidente a incapacidade do fordismo e do Estado de bem-estar social de oferecer respostas as demandas de acumulação e as demandas trabalhistas e sociais, resultando em uma profunda crise fiscal do Estado. O diagnóstico oferecido para a crise seria a rigidez, tanto de investimentos quanto nas relações de trabalho, ao passo que tentativas de superar este quadro rígido esbaravam no poder da classe trabalhadora organizada (HARVEY, 2003).

Deste modo, no período de 1970-1980 deu-se início o processo de reestruturação econômica e reajuste social e político, pautado pela flexibilização dos processos e mercados de trabalho (HARVEY, 2003). Behring (2009) denomina este processo de reestruturação como uma verdadeira contrarreforma na busca de novos patamares de acumulação. A partir de então, dá-se uma reestruturação produtiva que caminha em direção a desconstrução de muitas das relações de trabalho e sociais construídas durante as décadas anteriores. Inicia-se, assim, o período marcado pela segunda geração de precarização do trabalho, tendo a flexibilização como uma de suas palavras de ordem, em um franco ataque as regulamentações e direitos sociais garantidos durante o Estado de bem-estar social. Pode-se falar também de uma crise da sociedade salarial apresentada por Castel (2009), com a redução dos blocos de salariados estáveis e seguros e ampliação do bloco residual e periférico.

Este processo de reestruturação tem conduzido tendencialmente a flexibilização das relações de trabalho. Considerando a importância que estas transformações tendo tido para as relações de trabalho, a próxima subseção dedica-se a esta discussão.

2.1.2 Flexibilização das relações de Trabalho

De acordo com Harvey (2013), as últimas décadas do século XX apresentaram abundantes sinais de uma modificação radical nos processos de trabalho. Para o autor, iniciou-se um período de acumulação flexível, cuja característica distintiva é a flexibilização dos processos e mercados de trabalho, bem como dos padrões de consumo.

A flexibilização e a, consequente, precarização do trabalho, compreendidas como uma crescente corrosão das relações regularizadas do período fordista, passaram a dar novos contornos a configuração das relações de trabalho. Este processo de reestruturação produtiva e flexibilização experimentado após a década de 1970 assume diversas formas e diferentes intensidades, de modo que diferentes autores destacam diferentes aspectos, ainda que convergentes e complementares, de sua configuração,

A crise do Estado de bem-estar social representou, também, o colapso do modo de produção fordista e a passagem progressiva para um novo modo de produção conhecido como Toyotista. De acordo com Lima (2010), a inspiração para este novo modelo organizacional e de produção é de origem japonesa, e tem como ideal central uma empresa composta por um núcleo enxuto, diversos fornecedores, serviços terceirizados e prestadores de serviço.

Para que um modo de produção “enxuto” e *just-in-time*, ou seja, produção com mínimos estoques por ser realizada apenas no momento certo, fosse possível, transformou-se, também a relação com o trabalho. Assim sendo, o trabalhador ideal não pode mais ser o hiper especializado do fordismo, da produção padronizada em massa, mas um trabalhador multifuncional, comprometido com a empresa e com seus valores “enxutos”, sendo, por isso, um trabalhador flexível (LIMA, 2010).

De acordo com Alves (2013), o modo de produção toytista demanda um comprometimento e entrega do trabalhador de tal modo que captura sua subjetividade, transpassando seus valores “enxutos”, “rápidos” e “flexíveis” para a vida social e reduzindo o tempo de vida ao tempo de trabalho. Este aspecto de “captura” da subjetividade assume tal relevância na leitura realizada por este autor que ele o denomina como uma terceira geração de precarização do trabalho.

Como tal, a reestruturação produtiva, e seu correspondente modo de produção flexível, baseia-se largamente na “subcontratação” e nas “externalizações”. Para Harvey (2013), estas terceirizações e subcontratações favoreceram o reaparecimento e fortalecimento de pequenos negócios e modos antigos de trabalho, como o artesanal e o familiar, como partes centrais do sistema produtivo. Estes movimentos representam uma fragmentação da produção e a reintrodução de relações mais pessoais no trabalho, dificultando a organização de grupos da classe trabalhista, já fragilizados pelo crescente desemprego (GUIMARÃES, 2002; HARVEY, 2013).

De acordo com Harvey (2013), os níveis de desemprego sob a reestruturação produtiva atingiram índices inéditos desde a década de 1940, o que solapou a poder dos sindicatos e aumento o poder de controle dos empregadores sobre o trabalho. Conforme argumenta Guimarães (2002), o aumento da produtividade dentro das premissas da flexibilização das relações de trabalho se dá sem o correspondente aumento de vagas de emprego, ampliando o desemprego estrutural. Adicionalmente, parte do contingente de empregos deslocam-se para o setor de serviço, historicamente com menor organização trabalhista e condições mais precárias, e para pequenas e médias empresas.

Mais do que aumentar o nível de desemprego, para Guimarães (2002), a flexibilização das relações de trabalho tem alterado a própria noção de desemprego, já que esta rompe o nexos estabelecido entre emprego e desemprego. O desemprego ganha novas feições assumindo uma condição mais permanente, situação nomeada pela autora de desemprego de longa duração. Adicionalmente, a saída da condição de desempregado não se daria mais por meio da ocupação de um cargo estável, a tendência é a reinserção no mercado de trabalho com vínculos

empregatícios fragilizados, o desemprego recorrente. Ao invés do binômio emprego e desemprego, se firma todo um leque de categorias de subutilização do trabalho e desemprego (GUIMARÃES, 2002).

A informalidade também passa por uma releitura neste período, ou nas palavras de Lima (2010), uma verdadeira des-demonização. Com a flexibilização, o trabalho informal passa a fazer parte da realidade dos países centrais do capitalismo, o que só foi possível, como observa Guimarães (2002), graças à flexibilização dos sistemas de regulamentação da contratação do trabalho. A informalidade passa a ser valorizada como trabalho flexível por um lado, e como alternativa ao desemprego estrutural por outro. Diante das dimensões dessa releitura, Antunes (2011) vê na disseminação do trabalho informal a marca do novo padrão de geração de acumulação de capital, substituindo o trabalho regulado e estável.

A ânsia por flexibilidade atingiu até mesmo empresas de propriedade coletiva, as cooperativas, que surgiram como instrumentos utilizados pelos trabalhadores contra o desemprego e despotismo dos empregadores, a partir de ideais como democracia e solidariedade. Em tempos de flexibilização, algumas empresas estimulam seus empregadores a criarem cooperativas e prestarem serviços a seus antigos empregadores, um falso cooperativismo, que, assim como o trabalho autônomo, desresponsabiliza a empresa para com a força de trabalho (ANTUNES, 2011).

Entre as decorrências do processo de flexibilização sobre o trabalho, Harvey (2003) dá destaque a progressiva redução do trabalho regular e sua substituição pelo trabalho atípico, ou seja, trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontrato. Autores como Guimarães (2002), Lima, (2010) e Antunes (2011), endossam esta constatação, considerando que as formas de trabalho atípico, ainda que consideradas formais, possuem uma tendência de desobrigação das organizações com sua força de trabalho.

É interessante notar que o trabalho flexível é também progressivamente precário. Hirata (2009), aponta três indicadores para o trabalho precário: a ausência de proteção social e dos direitos sociais; horas reduzidas de trabalho, ou seja, o trabalho atípico que resulta em baixos salários; e, por último, níveis baixos de qualificação, que também conduzem a baixos níveis de renda. Por sua vez, Kalleberg (2009), dá destaque à dimensão da insegurança no trabalho precário, considerando esse o trabalho incerto e imprevisível, onde os riscos empregatícios são assumidos pelos trabalhadores e não pelos empregadores ou pelo governo. Nestes termos, o trabalho precário é considerado um trabalho inseguro e ausente de proteção e direitos sociais, seja de modo pleno, como no trabalho informal, ou de modo progressivo, como nas modalidades atípicas de trabalho.

Outra importante transformação nas últimas décadas tem sido o contínuo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, conforme aponta Hirata (2009). Para a autora, tem ocorrido um movimento paradoxal, marcado por um lado pelo aumento do emprego feminino e por outro pelo aumento do caráter vulnerável e precário deste emprego, já que os postos de trabalho ocupados por mulheres seriam frequentemente instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente. Assim sendo, para Hirata (2009) e Kalleberg (2009), as mulheres são mais propensas a ocupar postos de trabalho precários, tanto na informalidade quanto em modalidades atípicas de trabalho, criando uma certa divisão sexual da precariedade.

De acordo com Hirata (2009), mesmo entre os trabalhos das mulheres se assiste uma bipolarização, pondo de um lado de mulheres que passam a ocupar profissões intelectuais superiores, categorias que começam a se feminizar, tais como médicas, juízas, professoras universitárias, etc., e de outro as mulheres que permanecem nas posições tradicionalmente femininas, como as empregadas domésticas, faxineiras, auxiliares de enfermagem, serviços de cuidado de crianças, doentes e idosos, etc. Essa precariedade das atividades tradicionalmente femininas se destaca naquelas que se realizam na esfera privada, tais como as empregadas domésticas, faxineiras e cuidadoras, que em muitos espaços ainda não encontrariam reconhecimento profissional, sendo associados a práticas serviçais. Para a autora, existe a necessidade de trazer um reconhecimento público dos trabalhos privados realizados pelas mulheres, transformando o trabalho doméstico em trabalho mercantil, e conferindo-o reconhecimento social e financeiro.

Diante de todo o exposto, considera-se que as relações de trabalho a partir da reestruturação produtiva, apresenta uma tendência em que vai ao encontro da flexibilização, seja por meio de múltiplas relações de terceirização e subcontratação (LIMA, 2010); o desemprego recorrente (GUIMARÃES, 2002); o trabalho informal; as falsas cooperativas (ANTUNES, 2011); o retorno e fortalecimento de pequenos negócios e modos antigos de trabalho, como o artesanal e o familiar; e o trabalho atípico, ou seja, parcial, temporário e subcontratado (HARVEY, 2013).

Mesmo que exista uma tendência à disseminação global da flexibilização, ou seja, uma tendência a convergência e a homogeneização, há também uma tendência oposta, a hibridação, como sugere Guimarães (2002). Esta hibridação ocorre porque estes padrões que se expandem globalmente são obrigados a dialogar com as especificidades sociais e institucionais dos contextos locais, que lhe apresentam resistências e/ou favorecimentos, criando uma ampla diversidade de formas estruturais de relações de trabalho.

A construção das relações de trabalho no Brasil, assim como no restante dos países periféricos do capitalismo, ganha configurações particulares. Como afirma Harvey (2013), o processo de modernização na periferia do capitalismo, que pretendia desenvolver estes países e os integrar ao fordismo, não cumpriu suas promessas, resultando em poucos benefícios para o padrão de vida da população, a não ser para uma elite econômica alinhada com os interesses dos países desenvolvidos. Também, no Brasil, nunca se efetivou um Estado de bem-estar social, nem as instituições de mercados alcançaram de modo universal as massas trabalhadoras, culminando em um conjunto muito pobre de direitos trabalhistas e sociais, como indicam Behring (2009) e Costa (2010).

Diante destas considerações, as próximas duas subseções se destinam a uma análise do desenvolvimento das relações de trabalho no contexto específico do Brasil.

2.1.3 Construção das relações de trabalho no Brasil

Para que se possa situar o Brasil no debate sobre as transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho, discorrer-se-á sobre algumas das peculiaridades de sua formação, tanto social como econômica, bem como de sua estrutura produtiva.

O Brasil surge enquanto colônia escravagista, marca que deu contornos à sua formação política, social e econômica. Já ex-colônia, o Brasil se inseriu numa posição de subordinação na divisão internacional do trabalho, tendo sua base econômica agrário-exportadora. Com os países do centro dinâmico do capitalismo autodominando-se desenvolvidos, restou aos países periféricos, incluindo o Brasil, a alcunha de subdesenvolvidos. A busca da superação de subdesenvolvimento passa a ser marcante no desenrolar das relações produtivas e de trabalho no Brasil (FURTADO, 2000).

O projeto de modernização do Brasil iniciou-se por meio de uma reestruturação econômica durante a década de 1930. Tratou-se de um projeto estatal desenvolvimentista que compreendia a industrialização como o caminho para o desenvolvimento do país. Deste modo, o Estado voltou-se para garantir condições para a mudança do núcleo da economia brasileira das exportações de bens primários para a indústria nascente (OLIVEIRA, 2003).

Para que tal objetivo fosse alcançado, o Estado agiu “operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins, direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 40). Ou seja, criando as condições de acumulação de

capital para a indústria, seja através da redistribuição de ganho entre dos setores agrários para a indústria, seja por meio de subsídios e ações protecionistas.

De modo análogo, a regulamentação do trabalho no Brasil, teria se dado visando, principalmente, a garantia da acumulação de capital na indústria e não especificamente atender as reivindicações por direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores. Assim sendo, as primeiras leis trabalhistas surgem conjuntamente com os esforços de industrialização. Oliveira (2003) argumenta que as leis trabalhistas promoveram um nivelando dos salários por baixo, já que no cálculo dos salários mínimos teriam sido considerados os custos de subsistência, que se constituíam basicamente de alimentação e outros serviços urbanos, desconsiderando os ganhos de produtividade. Além disto, ainda segundo o autor, as regulamentações do trabalho tiveram papel importante na conversão dos contingentes populacionais que chegavam as cidades em exército de reserva industrial, ou seja, quantitativo excedente de trabalhadores, empurrando ainda mais para baixo o custo do trabalho.

Assim foi criada a classe operária, mas limitada por sobremaneira em seu poder de organização, com um sindicalismo fortemente tutelado pelo Estado, e que, além disto, possuía uma estrutura verticalizada e descentralizada, gerando uma extrema fragmentação da representação sindical no país. Políticas populistas asseguravam vantagens trabalhistas e sociais mínimas aos trabalhadores como moeda de troca pela ausência de voz no cenário econômico brasileiro. Diante de tais constrangimentos, o desenvolvimento econômico ocorreu sem contrapartidas sociais e sem políticas públicas voltadas a garantia ampla dos direitos trabalhistas, o que favoreceu a formação de redes de trabalho informal em pequenas empresas (COSTA, 2005).

A criação do Sistema de Proteção Social no Brasil também data deste período, no entanto, sua constituição acabou por reproduzir as condições de desigualdade presentes na sociedade, de acordo com Silva (2007), e Palva, Falcão e Bartholo (2013). Este sistema era altamente segmentado entre trabalhadores inseridos no mercado formal e os não inseridos, desconsiderando as particularidades da formação brasileira, que saía a pouco tempo da escravidão e cuja maior parte da população encontrava-se fora do mercado formal de trabalho, permanecendo seja no trabalho rural ou nas inúmeras relações de trabalho informais tradicionais ou recentes. Como resultado, a seguridade social constituída era de natureza contributiva, negligenciando os que não possuíam renda para contribuir (SILVA, 2007; PALVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

De acordo com Costa (2010) e Castelo (2012), análise da estrutura econômica brasileira proposta por alguns teóricos desenvolvimentistas partia de uma dualidade, caracterizada por

um lado pelos setores produtivos modernos, de avançado padrão tecnológico, capitalizado e dinâmico, representados pela indústria, e por outro pela persistência de setores produtivos de subsistência, considerados atrasados e arcaicos e marcados pela baixa densidade de capital, baixo padrão técnico e produtividade. A persistência do setor de subsistência, ou tradicional, era mantido pelo excedente de trabalhadores que não conseguia se inserir nas relações de trabalho capitalistas hegemônicas, criando este segmento a parte do sistema, não funcional ao padrão de acumulação de capital na indústria. A leitura dominante era a de que os setores atrasados impediam a superação do subdesenvolvimento, a solução apontada para este problema foi a busca da modernização dos setores atrasados por meio da industrialização, gerando uma homogeneização na economia e incorporando progressivamente a mão-de-obra excluída das relações modernas de trabalho (COSTA, 2010).

A partir da crítica desta análise dualista, Oliveira (2003) oferece uma outra interpretação da estrutura econômica e produtiva que se formou no Brasil industrializado, e das relações de trabalho que elas engendraram. Ao invés de uma condição de antagonismo entre setores “modernos” e “atrasados”, teria se formado uma relação de complementariedade e simbiose nesta configuração particular, que se formou com vista a garantir as condições de acumulação de capital. Acredita-se que está simbiose particular entre o desenvolvimento de relações de produção modernas com a manutenção de relações tradicionais desempenhou um papel relevante na estruturação produtiva e das relações de trabalho no Brasil, dando contornos particulares a sua condição de capitalismo periférico ou dependente.

Por exemplo, o setor agroexportador manteve largamente modos de produção tracionais, utilizando trabalho de agricultores no preparo de novas terras, por meio da agricultura de subsistência, até que estas estivessem prontas para o plantio ou a formação de pastagem para os proprietários. Deste modo, a atividade agroexportadora, ao preservar atividades tradicionais intensivas em mão-de-obra, evitou a necessidade de aumentar sua produtividade por meio da intensificação em capital, o que prejudicaria e entraria em concorrência com a indústria por tais recursos. Além disto, o excedente das lavouras de subsistência era vendido as cidades, garantindo a manutenção de baixos custos de alimentos, um dos componentes do custo de reprodução da força de trabalho urbana, colaborando para manter os salários baixos (OLIVEIRA, 2003).

Outro exemplo foi o setor de serviços, que cresceu enormemente durante o processo de industrialização, levanto análises dos teóricos do subdesenvolvimento, de acordo com Oliveira (2003), a defender a existência de um terceiro setor muito “inchado” no Brasil, compondo parcelas do produto e do emprego desproporcionais e consumindo reservas de capital. No

entanto, o setor de serviços, fortemente baseado em mão de obra e com salários baixíssimos, teria compensado as graves deficiências de infraestrutura das cidades brasileiras, desempalhando importantes atividades, como distribuição, manutenção e reparos, de forma integrada com os setores industriais dinâmicos. Na ausência desde serviços abundantes em mão de obra e pouco demandantes de capital, altos investimentos em infraestruturas teriam sido necessários, o que comprometeria a capacidade de acumulação na indústria (OLIVEIRA, 2003).

Estes exemplos evidenciam como relações de trabalho tradicionais e informais sempre estiveram entrelaçadas ao desenvolvimento das relações de produção e trabalho no Brasil. Segundo Costa (2010), nem mesmo no auge do período de crescimento econômico, durante a década de 70, relações de trabalho formais foram usufruídas pela maior parte dos trabalhadores brasileiros. Como aponta Kalleberg (2009), nos países de industrialização tardia, com o Brasil, a precariedade do trabalho não é o resultado da perda de direitos sociais, tendo sempre existido associada a forte presença do trabalho informal.

Destarte, o processo de acumulação de capital no Brasil baseou-se fortemente na exploração do trabalho mantendo salários baixíssimos, fazendo uso para isto das relações tradicionais, informais e desreguladas, ao mesmo tempo que as relações reguladas eram também direcionadas a favorecer a acumulação de capital. A integração novo e arcaico conduzia e garantia a expansão da acumulação de capital, como observa Oliveira (2003, p. 60):

[...] a introdução de novas relações no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.

Considerando as restrições de organização da classe trabalhadora e das garantias sociais, não é surpreendente que os esforços Estatais para garantir a acumulação de capital no industrial e o quadro de exploração da força de trabalho conduziram a um cenário de ampliada concentração de riqueza. Um desenvolvimento econômico com alto preço social, mantendo e aprofundando as desigualdades sociais que sempre marcaram a história do Brasil.

O crescimento econômico se deu à custa do empobrecimento social, gerando, por fim, ondas de manifestações. Conforme descreve Costa (2005), a resposta da elite econômica foi o estabelecimento da ditadura militar de 1964, período em que ocorrem retrocessos em na regulamentação trabalhista. Por exemplo, a criação do FGTS dilui no tempo os custos com as

demissões, facilitando ainda mais uma política de alta rotatividade por parte das empresas, já que demissões eram usadas não apenas como forma de manter os salários baixos, mas também como controle disciplinar (COSTA, 2005).

Apesar da forte repressão sobre os trabalhadores, novas ondas de manifestações e greves se dissiparam pelo país a partir do 1978, conquistando paulatinamente espaços de voz ativa para os trabalhadores e os direitos sociais que foram oficializados na constituição de 1988. Este movimento ficou conhecido como novo sindicalismo (COSTA, 2005). No entanto, como observa Behring (2009, p. 18), “os instrumentos articulados no período da redemocratização foram especialmente atingidos pelo curso econômico e cultural dos últimos anos”.

Como se pode observar, as relações de produção e trabalho no Brasil, bem como nos demais países periféricos do capitalismo, se diferenciam amplamente das que se estabeleceram nos países capitalistas centrais. Neste contexto, o modo de produção fordista teve um alcance limitado, permanecendo a maior parte da população olhei ao trabalho regulamentado. As organizações trabalhistas foram fortemente tuteladas pelo Estado, não permitindo que as mesmas ganhassem o poder de barganha característico de um modelo fordista.

Semelhantemente, o Sistema de Proteção Social criado no Brasil foi incapaz de superar as situações de extrema desigualdade, antes reproduzindo-as em si mesmo e mantendo excluídas grandes parcelas da população. Diante de tal consideração, ainda que as regulamentações do trabalho tenham trazido garantias de direitos mínimos para parcelas da classe trabalhadora, acredita-se que seja forçoso falar de formação de um Estado de bem-estar social no Brasil.

Considerando a leitura de Alves (2013) sobre as gerações de precarização do trabalho, anteriormente discutidas, percebe-se que, no Brasil, a superação da primeira geração de precarização do trabalho, aquela marcada pela exploração salarial extrema do trabalho, nunca foi plenamente efetivada, dado que as regulamentações do trabalho nunca atingiram as dimensões presentes em países centrais do capitalismo, tão pouco se ampliaram para a maior parte da classe trabalhadora. Conforme salientam Guimarães (2002) e Hehring (2009), a ausência de regulamentações trabalhistas que garantissem amplos direitos sociais e trabalhistas conduziu a um cenário de trabalho precário, por um lado, e enormes concentrações de renda, por outro.

Apesar disto, as relações de trabalho no Brasil não escaparam as influências e aos processos de reestruturação de capital que se tornavam hegemônicos no mundo a partir da década de 1970. O contexto histórico e institucional fragilizado do Brasil se mostrou fértil para a introdução do padrão de produção flexível da reestruturação produtiva neoliberal. Entra-se para

a segunda geração de precarização do trabalho, perda dos direitos trabalhistas alcançados, desregulamentação, flexibilização, informalidade, sem ao menos ter superado a etapa anterior.

Na discussão que se segue, situa-se a reestruturação produtiva, que se mostrava com tendência global desta a década de 1970, no contexto brasileiro.

2.1.4 Flexibilização das relações de trabalho no Brasil

De acordo com Antunes (2014a) os primeiros impulsos de reestruturação produtiva no Brasil datam da década de 1980, no entanto, foi apenas após o fim da ditadura militar, com o processo de redemocratização, que as transformações em direção a reestruturação se intensificaram. Nos anos de 1990 ocorre a abertura e reestruturação econômica que, segundo Cardoso (2000), foi muito zelosa na aplicação da receita neoliberal, resultando em enormes enxugamentos da força de trabalho, a flexibilização e desregulação de direitos sociais e no estabelecimento de formas atípicas do trabalho, como a terceirização e subemprego. A estrutura produtiva brasileira passa, então, a mesclar características de um fordismo periférico e subordinado com uma cada vez mais acentuada flexibilização (ANTUNES, 2014a; 2014b),

Como argumenta Alves (2009), durante a década de 1990, com a derrota no cenário político de partidos ligados aos trabalhadores, ocorrem as reformas neoliberais no Brasil, dentro de um contexto macroeconômicos desfavorável, com baixo crescimento, altos juros e aumento da concorrência capitalista com a abertura econômica. O autor compreende que as reformas neoliberais levaram ao que denomina de uma economia de sociabilidade constrangida, submetendo o país a lógica da financeirização global do capitalismo.

As consequências das saídas adotadas para a estabilização monetária teriam constrangido o crescimento econômico, conduzindo ao baixo crescimento ou estagnação. Conjuntamente, a abertura comercial teria levado a destruição de cadeias produtivas nacionais, enquanto as privatizações e a reforma gerencial do Estado teriam contribuído para um quadro precário no trabalho público. Em seu conjunto, estas reformas teriam significado a disseminação do desemprego e a degradação do mercado de trabalho (ALVES, 2009).

As transformações na estrutura produtiva combinaram avanços tecnológicos com a exigências de uma força de trabalho “qualificada” e “polivalente” que, no entanto, é remunerada muito abaixo do que seria em países centrais. Essa configuração particular garante o aumento da produtividade com a manutenção de uma mão de obra barata, perpetuando a condição de

intensa exploração do trabalho no capitalismo brasileiro. Ampliou-se ainda mais a informalidade e relações atípicas como a terceirização (ANTUNES, 2014a; 2014b)

Vale destacar que, dado o histórico de relações de trabalho vulneráveis que caracteriza o Brasil, o trabalho informal tem um peso considerável na constituição da flexibilização e precarização de suas relações de trabalho. Como acenam Hirata (2009) e Kalleberg (2009), nos países do Norte, capitalismo central, a flexibilidade tem assumido a figura do trabalho atípico, parcial e temporário, enquanto nos países do Sul a flexibilidade está mais diretamente ligada ao trabalho informal, desprovido de *status* e completamente ausente de proteção social.

Costa (2010) chega a falar de uma nova informalidade, considerando que até 1970 a informalidade era tida como um problema, havendo uma expectativa de uma eventual universalização do trabalho regulado e de seus direitos. Sob os valores da flexibilização, a nova informalidade e as desregulamentações do trabalho, são vistas por um viés economista e determinista como sacrifícios necessários para que o país alcance os parâmetros de competitividade internacionais, não se considerando os custos sociais de tais ações. Nestes termos, essa nova modernização se pauta pelas privatizações e desregulamentações do mercado produtivo e do trabalho (COSTA, 2010).

É interessante notar que as transformações não se limitaram aos aspectos regulamentares das relações de trabalho ou ao desenho de novas estruturas organizacionais, conduzindo a criação de uma nova “cultura” de trabalho, que demanda a participação e envolvimento dos trabalhadores, ou como define Antunes (2014a), busca capturar a subjetividade dos trabalhadores. Utilizando a nomenclatura proposta por Alves (2013), passa-se para a terceira geração de precarização do trabalho, por meio da captura de da subjetividade e transformação do tempo de vida em tempo de trabalho.

De acordo com Alves (2009), a reestruturação no Brasil deu base objetiva a um processo de precarização do trabalho, que além da intensificação e ampliação da exploração do trabalho e do desmonte das regulamentações do trabalho, atuou minando as organizações sindicais e gerando a fragmentação social por meio do desemprego. Conforme descreve Costa (2005), o sindicalismo no Brasil viveu um momento de intensificação durante a década de 1980, ganhando espaço de atuação e avanços nas relações de trabalho. No entanto, a reforma neoliberal e a reestruturação produtiva trataram de gerar um desmonte da organização e força sindical recém construídas. Como descreve Alves (2009, p. 191):

[...] a “força das circunstâncias” da “década neoliberal”, caracterizada pela desestruturação do mercado de trabalho por conta das políticas

macroeconômicas neoliberais, e pela fragmentação das negociações coletivas, imposta pelo patronato, obriga o sindicalismo a abandonar as greves gerais por categoria e voltar-se para greves por empresa.

Desde forma, o desmonte da força do sindicalismo no Brasil se deu por meio da ampliação de sua fragmentação, reduzindo e segmentando seu potencial de representatividade. Para além disto, o desfavorável contexto econômico e social, com a disseminação do desemprego e a ataque a direitos trabalhistas estabelecidos, transforma o conteúdo das lutas sindicais, que passam a apresentar uma atuação defensiva, buscando preservar direitos ameaçados ao invés de ganhar novos espaços.

Alves (2009), argumenta que ao lado do desemprego, durante a década de 1990, cresceram as relações de terceirização, as contratações sem carteira assinada, mesmo no setor público, com um crescimento de mais de 50% de modalidades de contratação flexibilizada. Observada está tendência de degradação do mercado de trabalho, o autor destaca que a experiência da precarização tem seus efeitos não apenas no momento atual das relações de trabalho, atuando sobre e modelando as expectativas sociais para o desenvolvimento do trabalho.

Porém, no início dos anos 2000, houve mudanças no direcionamento políticos de alguns países da América latina, inclusive no Brasil, dando início a transformações nas políticas econômicas dos mesmos. Surgia, assim, o que pode ser chamado de neodesenvolvimentismo, movimento político e econômico que se apresenta como alternativa ao neoliberalismo, buscando superar a situação de subordinação dos países periféricos aos países centrais do capitalismo, como tal, sendo de natureza anti-imperialista. Deste modo, vemos renascer as esperanças de um desenvolvimento tutelado pelo Estado, num entanto, com renovadas promessas de um desenvolvimento social.

Na próxima subseção discutimos o desenvolvimentismo, projeto político e econômico que foi hegemônico no Brasil durante parte do século XX, o neodesenvolvimentismo, sua releitura como um elemento recente no Brasil, e, por fim, o Programa Bolsa Família, uma das principais contrapartidas sociais deste último.

2.2 Projetos desenvolvimentistas e o Programa Bolsa Família

Após três décadas de estagnação, em meados da década de 2000, ocorreu a retomada do crescimento econômico, a recuperação do poder aquisitivo dos salários, melhorias na distribuição de renda e o crescimento do consumo por meio do endividamento das famílias. (SAMPAIO JUNIOR, 2013). De acordo com Castelo (2012), este novo momento econômico foi marcado pela volta de uma ideologia desenvolvimentista que esteve presente no Brasil durante boa parte do século XX, agora repaginada, recebendo os prefixos de neo ou social, representada pelos aumentos das taxas de crescimento e melhoras, ainda que tímidas, nos indicadores sociais.

Esta releitura do desenvolvimentismo, ou o neodesenvolvimentismo, representa um recente elemento na estrutura social e econômica no Brasil, após um período de hegemonia neoliberal. Esta subseção será dedicada a uma análise do desenvolvimentismo, do neodesenvolvimentismo e, finalmente, do Programa Bolsa Família, aqui definido como uma das principais contrapartidas sociais do neodesenvolvimentismo e objeto de análise deste estudo. Iniciaremos esta discussão com uma apresentação do desenvolvimentismo, projeto de desenvolvimento que se iniciou, no Brasil, durante a década de 1930 e estendeu-se até os anos de 1980.

2.2.1 Desenvolvimentismo

A Era desenvolvimentista, como descreve Gonçalves (2013), engloba o período entre 1930 e 1979 e teve como suas bases o modelo de substituição de importações e a busca do desenvolvimento produtivo nacional por meio da industrialização. Sampaio Junior (2012) destaca que desenvolvimentismo é um termo vago, que, de modo geral, representou o pensamento crítico sobre as possibilidades de desenvolvimento da América latina, almejando superar a condição de subdesenvolvimento e de dependência destes países frente aos países centrais no capitalismo.

Gonçalves (2013) considera que o desenvolvimentismo representou uma ruptura com o pensamento econômico liberal que caracterizava o Brasil até então. No entanto, segundo o autor, as principais ideias que nortearam o desenvolvimentismo não se originaram no Brasil, ou mesmo na América latina, durante o século XX, mas remontam aos projetos e experiências

de desenvolvimento dos países centrais capitalistas que datam ainda do século XVIII, sendo uma cópia infiel destes.

Nestes termos, o desenvolvimento foi uma “ideologia ou projeto de desenvolvimento econômico assentado” em três elementos: “industrialização substitutiva de importações–intervencionismo estatal-nacionalismo” (GONÇALVES, 2013, p. 36). A ideia subjacente ao desenvolvimentismo foi a de que o desenvolvimento das forças produtivas, por meio da industrialização, levaria a superação da condição de subdesenvolvimento. Como tal, para que o desenvolvimento fosse alcançado deveria ser estimulado a acumulação de capital e um pacto nacional em prol do desenvolvimento, envolvendo o Estado, os capitalistas e a classe trabalhadora. Todos deveriam colocar o desenvolvimento nacional acima de seus interesses imediatos (SAMPAIO JUNIOR, 2012).

De acordo com Bresser-Pereira (2006) as políticas adotadas no desenvolvimentismo implicavam em proteger a indústria nacional nascente e em promover a poupança, ou acumulação de capital, forçada por meio do Estado, objetivando, centralmente, o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, para que tais objetivos fossem possíveis, era de fundamental importância a formação do pacto social nacional. Bresser-Pereira (2006) defende que o pacto social implica na formação de uma verdadeira nação, com projeto de desenvolvimento próprio e livre de dependência ideológica dos países desenvolvidos.

Conforme destaca Castelo (2012), o desenvolvimentismo partia de uma leitura estrutural, com uma análise que remetia a formação do Brasil enquanto colônia e sua posição de subordinação aos interesses das nações colonialistas e imperiais. Deste modo, desenvolveu-se a compreensão que o desenvolvimento das relações capitalistas globais forjou o desenvolvimento nos países centrais e o subdesenvolvimento nos países periféricos. Logo, outro elemento chave na superação do subdesenvolvimento seria a questão da dependência. Esta relação de dependência também se expressaria na divisão internacional do trabalho, conforme apresenta Gonçalves (2013). Os países centrais do capitalismo teriam consolidado seus centros dinâmicos de acumulação de capital na inovação técnica e nas exportações baseadas na industrialização, enquanto aos países periféricos restaram a exportações de produtos primários, de baixo valor agregado.

Furtado (1996) acrescenta à esta análise a diferença na utilização dos excedentes. A acumulação por meio da industrialização conduz ao reinvestimento do excedente no desenvolvimento produtivo e na inovação, ao passo que a acumulação por meio da exportação de bens primários relativamente não demandaria inovação técnica, liberando seu excedente para o consumo e aprofundando o atraso relativo dos países que adotam esta segunda modalidade.

A dinâmica centro-periferia, nestes termos, favoreceria os países capitalistas centrais e perpetuariam as condições de subdesenvolvimento na periferia. Diante de tal diagnóstico, torna-se simples compreender a opção pela industrialização nacional como caminho para a superação do subdesenvolvimento e da relação de dependência.

Outro aspecto da análise desenvolvimentista relaciona-se a defesa da existência de uma dualidade na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, caracterizados pela existência de setores produtivos atrasados, arcaicos, e de setores produtivos modernos, representados pela indústria. Os setores atrasados impediam a superação do subdesenvolvimento, havendo, pois, a necessidade de serem removidos. O caminho proposto para tal seriam as reformas típicas social-democráticas, como: a agrária, a tributária, a consolidação de leis trabalhistas (especialmente dos trabalhadores rurais), o direito ao sufrágio universal, a livre organização classista e um conjunto de políticas econômicas para a geração de emprego e aumento da massa salarial (CASTELO, 2012, p. 622).

Já Sampaio Junior (2012) argumenta que o diagnóstico desenvolvimentista se baseou numa dupla articulação, por um lado em relação de dependência externa, já discutida, e por outro por uma situação de segregação social interna. Partindo desta análise, a superação do subdesenvolvimento exigia mudanças estruturais de caráter anti-imperialista e também reformas sociais que liquidassem as estruturas arcaicas de segregação social, que produziam uma pequena elite econômica sobre a exploração da miséria da maior parte da população. Havia também uma crença na possibilidade de superação destes entraves históricos ao desenvolvimento econômico nos países periféricos do capitalismo por meio de um programa nacional guiado pelo Estado.

Esta aspiração por uma harmonia nacional em prol do desenvolvimento, leva Sampaio Junior (2012) a considerar o desenvolvimentismo uma utopia capitalista, que apostou na possibilidade de conciliação entre interesses de acumulação de capital e de desenvolvimento social e nacional. Enquanto ideologia, o desenvolvimentismo não se limitava a modernização e desenvolvimento das forças produtiva, tendo, também, como um pressuposto a “subordinação da acumulação capitalista a uma ‘vontade’ coletiva que integrasse o conjunto da população nos benefícios do progresso técnico” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 675).

De acordo com Sampaio Junior (2012), esta postura credita aos agentes históricos a responsabilidade de tomar o problema do desenvolvimento nacional como prioritário, considerando não apenas a dimensão econômica, mas também outras, como social, política e cultural. Neste sentido, a formação de uma burguesia nacional e industrial forte era

imprescindível para que pudesse enfrentar os interesses externos e internos voltados a perpetuação da situação de subdesenvolvimento.

No entanto, o desenvolvimento industrial se deu com a presença massiva de subsidiárias e filiais de empresas estrangeiras. Esta opção se torna ainda mais dominante com o golpe militar de 1964, conduzindo a um alto índice de desnacionalização da indústria brasileira e, consideravelmente, anunciando a falência do aspecto nacionalista do desenvolvimentismo no Brasil. O grau de desnacionalização da indústria brasileira foi alto, mesmo em comparação com outros países que também passaram por processos de industrialização via substituição de importações, o que evidencia o caminho de subordinação externa seguido pelo Brasil (GONÇALVES, 2013).

Os ideais progressistas de reformas sociais apresentados por Sampaio (2012) e Castelo (2012) nunca se realizaram e viram sua derrocada definitiva com a instauração do golpe militar, o que representou o colapso das pretensões de desenvolvimento nacional harmônico pautado no pacto social. Sob o regimento da burguesia industrial, o país acomoda-se a posição de capitalista dependente e nega as reformas sociais defendidas pelo desenvolvimentismo. Conforme aponta Sampaio Junior (2012, p. 676):

Apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação - dependência externa e segregação social - como alicerce fundamental da acumulação de capital na região.

A era desenvolvimentista conduziu a diversificação da estrutura produtiva brasileira, ao aumento da produtividade e a transformação do conjunto das exportações, que reduziram a participação de produtos primários e promoveram incrementos extraordinários da participação de produtos semimanufaturados e manufaturados. No entanto, não ocorreram as reformas estruturais defendidas pelos desenvolvimentistas, persistindo um quadro geral de segregação social e exploração. Também se mantiveram fortemente as relações de dependência com os países centrais do capitalismo, fato este que exerceu um papel importante no encerramento definitivo deste período (GONÇALVES, 2013).

Nos anos de 1980 o Brasil entrou em uma profunda crise de endividamento externo, que se tornou o principal obstáculo ao crescimento econômico. Como resultado, por mais de uma década o país se debateu com desequilíbrios econômicos internos, tais como a inflação e o baixo crescimento, aliados aos desequilíbrios externos. Deste modo, o ciclo desenvolvimentista no Brasil se encerrou deixando como herança o endividamento externo, a ausência de reformas

voltadas para a distribuição de renda e uma das maiores concentrações de renda do mundo (GONÇALVES, 2013).

A redemocratização no final da década de 1980 e início da década de 1990, marcou também a passagem para uma hegemonia neoliberal no Brasil. Se no final do regime militar a polarização dos debates estava entre ditadura e democracia, se inicia outra polarização, agora entre Estado e Mercado. Segundo argumentação de Boito Junior (1996), a hegemonia neoliberal no Brasil representou uma reação aos aspectos do período desenvolvimentista, colocando-se firmemente contra o Estado intervencionista e também contra os limitados direitos sociais e trabalhistas implantados a partir de 1930.

As teses neoliberais de estado mínimo ganham espaço na sociedade Brasileira, possivelmente, dado ao receio com o Estado autoritário do período militar, neste cenário são eleitos governos de direita. Deste modo, o Estado se torna o principal alvo no combate a crise, promove-se a abertura econômica, desregulações da economia, privatizações, e substitui-se a centralidade do desenvolvimento na agenda pública pela estabilidade monetária, conforme a receita neoliberal (BOITO JUNIOR, 1996).

Após este momento de hegemonia neoliberal durante a década de 1990, vemos a reintrodução de algumas dos ideais do desenvolvimentismo no Brasil a partir de meados dos anos 2000. Esta retomada passa ser denominada neodesenvolvimentismo e é discutida na subseção que se segue.

2.2.2 Neodesenvolvimentismo

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o fracasso das políticas neoliberais em promover o desenvolvimento na América latina, conduziu a uma rejeição do que ele denomina por política econômica ortodoxa no subcontinente. Diante deste desafio, alguns países latino-americanos, por meio de governos de centro-esquerda, teriam voltado a explorar aspectos do desenvolvimentismo que vigorou durante o século XX, no entanto, com modificações que representariam uma terceira via entre o populismo de esquerda e o neoliberalismo.

De modo semelhante ao antigo desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo, ou neodesenvolvimentismo, baseia-se na política econômica Keynesiana e na teoria do desenvolvimento. Bresser-Pereira (2006) faz uma leitura positiva e otimista do neodesenvolvimentismo, acreditando que este representa um caminho para que os países do

capitalismo periférico possam rejeitar as reformas econômicas impostas pelos países centrais no capitalismo, e, efetivamente, competir com estes, em última instância alcançando-os.

Para Sampaio Junior (2012) o neodesenvolvimentismo representa uma particularidade da economia brasileira após meados dos anos 2000, sendo possível, graças a retomada do crescimento, após três décadas de estagnação, recuperar o poder aquisitivo dos salários, melhorar a distribuição de renda e promover o crescimento do consumo por meio do endividamento das famílias. Neste sentido, o neodesenvolvimentismo seria uma busca de teorização das mudanças econômicas e sócias recentes no Brasil. Também para Castelo (2012), o segundo governo Lula, entre 2007 e 2010, marcou a volta de uma ideologia desenvolvimentista, agora repaginada, recebendo os prefixos de neo ou social, representada pelos aumentos das taxas de crescimento e melhoras, ainda que tímidas, nos indicadores sociais.

Bresser-Pereira (2006) contrapõe o neodesenvolvimentismo ao que ele define de ortodoxia convencional, que representa as orientações dos países centrais do capitalismo, objetivamente neoliberais, aos demais países. Segundo o autor, a ortodoxia convencional seria uma anti-estratégia nacional, imposta pelos países centrais aos periféricos, de modo a atender aos interesses dos primeiros e neutralizar a capacidade competitiva dos segundos, por mais que se apresentem como uma generosa via para a prosperidade. As recomendações da ortodoxia convencional de reformas microeconômicas, voltadas para o controle da inflação, determinam juros altos, restringindo o crescimento, e, por outro lado, estabelecem que o caminho para o desenvolvimento depende da obtenção de poupança externa, pela qual os países periféricos devem competir intensamente.

Bresser-Pereira (2006, p. 13) compreende o neodesenvolvimentismo como “um conjunto de instituições e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico”. Trata-se de uma tentativa de estabelecimento de um novo pacto social, onde Estado, capitalistas e a classe trabalhadora atuam de forma unida de modo a garantir a competitividade do país em relação às demais nações. Nestes termos, garantir a competitividade internacional seria o elemento catalizador da união dos diferentes grupos de interesse.

De acordo com Bresser-Pereira (2006), existem duas variáveis principais que distinguem o antigo desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo. A primeira variável é externa, e representa o atual momento histórico marcado pela globalização, no qual as taxas de crescimento são menores e a competição entre os países muito mais acirrada, por sua vez, a segunda variável é interna e corresponde a mudança no nível de desenvolvimento do próprio país, que já não se caracteriza por uma indústria infante. Deste modo, o neodesenvolvimentismo nega políticas protecionistas e demanda um modelo exportador de produtos manufaturados.

Também, no neodesenvolvimentismo, a participação do Estado na geração de poupança e investimento em setores estratégicos deve ser mais modesta, abrindo espaço para a atuação do setor privado, isto posto, tem-se uma visão mais favorável do mercado, como uma eficiente instituição de coordenação do sistema econômico, do que a adotada pelos antigos desenvolvimentistas. Deve-se observar, no entanto, que é negado, no neodesenvolvimentismo, o ataque neoliberal ao Estado, compreendendo que o mercado, ainda que eficiente coordenador econômico, falha precariamente como instrumento de distribuição de renda. Acredita-se na necessidade da constante re-regulação do mercado, diante das transformações sociais, por meio de reformas institucionais. O objetivo do Estado seria então garantir o desenvolvimento e a distribuição de renda por meio das políticas econômicas e das reformas institucionais voltadas para o mercado e, sempre que necessário, corretivas deste (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Na busca por promover o crescimento do capitalismo brasileiro, sem, contudo, romper com os limites imposto pelo neoliberalismo, adotou-se uma política econômica de apoio as grandes empresas nacionais e de recuperação de salários, aliada às políticas sociais de redistribuição de renda. O neodesenvolvimentismo seria, então, muito menos pretencioso que o antigo, conferindo menor importância ao desenvolvimento do parque industrial interno e aceitando constrangimentos da divisão internacional do trabalho, por meio de uma reprimarização da economia (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Sampaio Junior (2012) considera que os teóricos do neodesenvolvimentismo procuram conciliar aspectos do neoliberalismo com aspectos do velho desenvolvimentismo, ao invés de efetivamente representar uma alternativa viável ao neoliberalismo. Assim sendo, o neodesenvolvimentismo mescla busca de competitividade internacional, compromisso com a estabilidade financeira, austeridade fiscal e receptividade ao capital externo do neoliberalismo com o papel regulador do Estado, sensibilidade social e preocupação com o crescimento econômico e a industrialização do velho desenvolvimentismo.

As discussões do neodesenvolvimentismo giram, de acordo com Sampaio Junior (2012), em torno de como conciliar os aspectos positivos e evitar os negativos das duas correntes teóricas, gerando um hibridismo acrítico e não recuperando a dupla articulação da análise estrutural dos desenvolvimentistas (dependência externa e segregação social). A discussão, então, não ultrapassa a consideração da conjuntura imediata, não representando uma autêntica resistência à ordem neoliberal, limitando-se a buscar formas de atenuação de seus aspectos mais devastadores sobre o crescimento, a indústria nacional e a geração de desigualdades.

A crítica estabelecida por Sampaio Junior (2012) está na aceitação de aspectos do neoliberalismo, como a busca de competitividade internacional e o arrocho fiscal, como

indispensáveis e positivos, não questionando seus efeitos sobre a soberania nacional e a justiça social. Deste modo, para o autor, o neodesenvolvimentismo representa uma apologia ao atual contexto econômico, justificando seus elementos e renovando as promessas desgastadas do neoliberalismo de crescimento e desenvolvimento. Diante disto, seria mitológica a crença de que passamos por um novo período de desenvolvimento, que aliaria crescimento econômico com distribuição de renda e afirmação da soberania nacional. A opção por permanecer sobre a superfície dos fenômenos, compromete a capacidade de compreender os ditames estruturais que impossibilitam a consolidação do desenvolvimento enquanto geração de justiça social e soberania nacional. Estas posições tornariam o neodesenvolvimentismo refém do fim da história anunciada pelo neoliberalismo (SAMPAIO JUNIOR, 2012)

Também crítico ao desenvolvimentismo, Castelo (2012) acredita que este manteve pilares da política neoliberal da década anterior, com o tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Para o autor, este seria o motivo da satisfação e otimismo generalizado com relação ao novo desenvolvimento por parte das classes dominantes, dado que os juros e lucros batem recordes. Por outro lado, haveria um apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do Partido dos Trabalhadores (PT), historicamente ligado às lutas sindicais.

Boito Junior e Berringer (2013), apesar de concordarem que o neodesenvolvimentismo manteve-se dentro dos limites imposto pelo neoliberalismo, consideram que a guinada neodesenvolvimentista durante os anos 2000 representou importantes alterações na política brasileira. De modo mais significativo, teria ocorrido uma transformação no bloco de poder interno, com o favorecimento da burguesia nacional em detrimento do setor financeiro internacional e seus aliados internos. Esta mudança na direção no bloco de poder interno seria viabilizada por um novo pacto social encabeçado pela burguesia nacional, no entanto, contanto com a participação dos principais setores das classes populares. Este pacto social se contraporía principalmente aos interesses financeiros internacionais, que regeram o país durante a década de 90, através das políticas neoliberais.

Assim sendo, o neodesenvolvimentismo é um projeto sustentado por distintos grupos, que em muitos momentos apresentam interesses diversos e contraditórios. Além da classe burguesa, formariam o pacto social a baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato e uma massa marginal, composta por subempregados, trabalhadores informais e por conta própria e desempregados. Cada um destes grupos recebe contrapartidas, no entanto, de forma bastante desigual (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Sampaio Junior (2012), é crítico desta tentativa de oferecer resistência ao neoliberalismo pelas “beiradas”, isto é, atuando apenas nos espaços e limites imposto por este. A análise também deixaria de fora a rede institucional global que atualmente condiciona as possibilidades de transformação nacional e que impõe sobre sua economia a

[...] livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682-683)

Para Sampaio Junior (2012), com a ausência de competitividade dinâmica para enfrentar os países centrais do capitalismo, resta aos países periféricos, incluso o Brasil, intensificar ainda mais os ataques aos direitos trabalhistas e as políticas públicas, considerando ser esta a tendência atual.

As análises de Chargas, Carvalho e Marquesan (2015), também apontam que o neodesenvolvimentismo, antes de uma alternativa real ao neoliberalismo, tem representado uma aceitação e reiteração do papel de subordinação do Brasil na divisão internacional do trabalho, dado que se pauta por um processo de reprimarização da economia, aliado a contínua desnacionalização do parque industrial e a manutenção de medidas de liberação do mercado financeiro. O momento de valorização dos commodities internacional que marcou a última década teria tornado atraente para a economia brasileira uma retomada da produção e exportação de bens primários e secundários. Adicionalmente, mesmo as exportações de produtos manufaturados passaram a ser de baixa e baixa-média tecnologia, ao passo que as exportações de países desenvolvidos são majoritariamente de produtos manufatores de alta e alta-média tecnologia. Diante destas observações, os resultados econômicos positivos experimentados pelo neodesenvolvimentismo teriam como base a exploração de seus recursos naturais, por meio de um novo extrativismo (CHARGAS; CARVALHO; MARQUESAN 2015)

Chargas, Carvalho e Marquesan (2015) acreditam que a reprimarização da economia brasileira intensifica a sua situação de desvantagem nas relações comerciais com os países desenvolvidos, que exportam produtos de maior valor agregados, e cria as condições para a sua perpetuação, já que estes últimos países utilizam desta vantagem comercial para desenvolver ainda mais suas tecnologias, aumentando ainda mais sua vantagem relativa aos primeiros. Para dar corpo empírico a sua análise, os autores recorrem à uma análise do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que seria um dos carros chefes do projeto neodesenvolvimentista. A

concentração dos investimentos do PAC em setores da energia, particularmente no petróleo, voltados para o mercado externo e não o interno, é indício, segundo os autores, de um fomento ao novo padrão de exportação e especialização produtiva no Brasil.

A especialização retrógrada provocada pela reprimarização da economia afetaria a indústria e a economia, e resultaria em uma perda do poder aquisitivo dos assalariados e a precarização geral do trabalho e das condições de vida da maior parte da população. Neste contexto, os programas de transferência de renda representariam uma importante fonte de legitimação social para a atuação do governo (CHARGAS; CARVALHO; MARQUESAN 2015).

A avaliação dos limites do neodesenvolvimentismo como alternativa econômica e política ao neoliberalismo traçadas por autores como Sampaio Junior (2012) e Chargas, Carvalho e Marquesan (2015), indica que este possui limitado potencial de impor alterações nas relações de trabalho, mantendo, ou mesmo intensificando, as tendências de flexibilização e precarização anteriores. Isso se daria principalmente pelo não rompimento com as premissas neoliberais e pela aceitação dos constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo a reprimarização da economia e penalizando o parque industrial.

Retornando a discussão das contrapartidas do neodesenvolvimentismo propostas por Boito Junior e Berringer (2013), a burguesia nacional seria a força dirigente do neodesenvolvimentismo, tendo como contrapartida a proteção e favorecimento do Estado frente a concorrência com capital estrangeiro. Isto se traduz em ações que vão desde os programas de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) subsidiados pelo Estado para um seleto grupo de grandes empresas nacionais até os direcionamentos da política externa. Por sua vez, a principal contrapartida para os assalariados corresponde a recuperação do nível de emprego e políticas de valorização salarial, o que aumentou seu poder aquisitivo. Por último, é a “massa marginal”, composta por subempregados, trabalhadores informais ou autônomos e desempregados, que forma a base de sustentação eleitoral do neodesenvolvimentismo. Para este grupo, a principal contrapartida é representada pelos Programas de Transferência de Renda, sendo o Programa Bolsa Família o maior e mais representativo dentre estes (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Acredita-se que é justamente neste último grupo de interesse, alvo dos Programas de Transferência de Renda, onde se encontra a massa de trabalhadores mais expostos a precarização do trabalho. Como tal, na próxima sessão é dedicada a discussão sobre os Programas de Transferência de Renda, mais especificamente ao Programa Bolsa Família.

2.2.3 Programa Bolsa família

De acordo com Soares e Sátyro (2009), o sistema social de políticas redistributivas no Brasil começou a ser criado com a constituição de 1998 e com a Carta Magna do mesmo ano, que equiparou a assistência social à educação, à saúde e à previdência, incorporando-a ao núcleo das políticas sociais. Neste período, reconheceu-se o direito à aposentadoria não-contributiva dos trabalhadores, garantindo uma transferência por solidariedade. Também se criou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo renda mínima às pessoas impedidas de trabalhar, por idade ou deficiência, e às consideradas de baixa renda familiar.

O próximo avanço na discussão das políticas redistributivas de renda se dá apenas em 1991, quando é proposto, pelo senador Eduardo Suplicy, um programa de garantia de renda mínima para todos os Brasileiros maiores de 25 anos e de baixa renda. Este projeto nunca chegou a ser votado na câmara, mas iniciou, neste âmbito, as discussões sobre as políticas de transferência (SOARES; SÁTYRO, 2009). Para Silva (2007), a inclusão na agenda pública do debate sobre transferência de renda neste momento deu início ao primeiro momento do desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda e ao segundo momento, que se diferenciaria apenas qualitativamente do primeiro, com a incorporação da temática da educação nesta discussão. A premissa desta incorporação é a de que enquanto os benefícios de transferência de renda promoveriam um alívio imediato da pobreza, sua vinculação às exigências de matrícula escolar e frequência regular de crianças e adolescentes conduziria a uma redução da reprodução da pobreza no longo prazo, interrompendo seu ciclo. De fato, Programas de Transferência de Renda condicionados, ou seja, que impõem outros condicionantes além da baixa renda, foram o caminho escolhido para a implementação nos anos seguintes.

Soares e Sátyro (2009) afirmam que o início real de Programas de Transferência de Renda condicionada data de 1995, por meio de três projetos municipais. Já o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), data de 1996, e foi o primeiro Programa de Transferência de Renda da esfera federal. Voltado para crianças de sete a 15 anos em situação, ou em risco, de trabalho degradante, o PETI exigia como contrapartida um percentual de 75% de frequência escolar e era gerido pela Secretária de Estado da Assistência Social. Nos anos seguintes, disseminaram-se diversos Programas de Transferência de Renda locais. Este momento de implantação dos programas marcaria o terceiro momento segundo a análise realizada por Silva (2007).

No ano de 2001, foram criados o Bolsa Escola federal, sob responsabilidade do Ministério da Educação, e o Bolsa Alimentação, que respondia ao Ministério da Saúde. Um quarto programa federal, o Cartão alimentação data de 2003. Para Silva (2007), esta expansão e criação de novos programas federais marcou um quarto momento para os Programas de Transferência de Renda no Brasil. No entanto, nenhum destes programas, até então, tinha cobertura nacional ou mesmo tinha pretensões de torna-se universal, tão pouco eram integrados, sendo gerido por diferentes ministérios, sem contar os de âmbito municipal e estadual. Esta situação tornava a gestão dos Programas de Transferência de Renda caótica, com diferentes critérios de elegibilidade e contrapartidas para populações sobrepostas, o que conduzia a uma distribuição de benefícios altamente ineficientes (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Em 2003 o governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo principal de unificar os programas de transferência, até então dispersos, e garantir uma cobertura nacional. A proposta de unificação de programas conduziu a uma melhora qualitativa e quantitativa, ampliando o público atendido e elevando significativamente o montante de recursos destinados. Nestes termos, a criação do PBF deu corpo a um quinto momento na história dos Programas de Transferência de Renda no Brasil (SILVA, 2007).

Cabe destacar que, de acordo com Campello (2013), o PBF não representou apenas a unificação, ou mesmo melhoria quantitativa e qualitativa de Programas de Transferência de Renda, mas se integra, juntamente com as políticas de valorização real dos salários, programas de proteção a agricultura familiar, ampliação de cobertura previdenciária e a proteção e defesa ao emprego formal, sendo, portanto, parte de um projeto de desenvolvimento, declaradamente inclusivo. Deste modo, o PBF é um importante elemento do que denominamos neodesenvolvimentismo, e constitui, como anteriormente observado, uma de suas principais contrapartidas sociais ao grupo da população mais vulnerável.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2016a), o PBF é um programa de transferência de renda direta com condicionantes, com foco de atuação em famílias pobres, com renda per capita entre R\$ 77,01 e R\$ 154, e extremamente pobres, rendas per capita até R\$ 77. O programa possui três eixos principais, promover o alívio imediato da pobreza; reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, por meio de suas condicionantes; e, por último, auxiliar o desenvolvimento das famílias por meio de ações e programas complementares, contribuindo para que as famílias superem sua situação de vulnerabilidade e pobreza.

Segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2013), a criação do PBF representou a consolidação da ruptura com o modelo do sistema de proteção social brasileiro criado na década nos 1920 de

carácter, predominantemente, contributivista e reprodutor da estrutura de desigualdade presente na sociedade. Como observado anteriormente, mudanças no sistema de proteção social brasileiro teriam começado com a Constituição Federal de 1988 com o estabelecimento de benefícios não-contributivos para trabalhadores rurais e pessoas incapacitadas de trabalhar, por idade ou deficiência. No entanto, apenas com a consolidação dos programas de transferência de renda condicionada no PBF, passou a haver um reconhecimento da pobreza como um problema social e se estabeleceu um programa destinado as pessoas com capacidade produtiva, no entanto, sem condições de renda para participar de um sistema de proteção social contributivo, marcando o reconhecimento da necessidade de um sistema, também, redistributivo.

Desde sua criação, em 2003, o PBF passou por algumas mudanças e incrementos. Com a unificação dos dados dos Programas de Transferência de Renda consolidou-se o CadÚnico, que registra informações de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, o qual passou a ser utilizado por diversos programas e ações sociais. Também foi criado o Índice de Gestão Descentralizado (IGD), com o objetivo de medir a qualidade da gestão dos municípios e ser uma ferramenta de transferência de recursos que dão suporte a gestão descentralizada para treinamento e capacitação nos municípios. Por sua vez, o plano federal Brasil sem Miséria, levou à expansão do PBF, conduzindo a criação de novos benefícios variáveis, ao aumento do número de benefícios variáveis por família, de 3 para 5, e a criação do benefício para a Superação da Extrema Pobreza que teria como objetivo erradicar a pobreza extrema no Brasil.

Segundo o MDS (2016a) o PBF é composto por um benefício básico no valor de R\$ 77, concedido às famílias extremamente pobres, e por quatro benefícios variáveis, concedidos de acordo com a composição familiar. Três benefícios variáveis são no valor de R\$ 35, o primeiro sendo concedido às famílias com crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, o segundo às famílias com gestantes em sua composição, e o terceiro às famílias com crianças de idade entre 0 e 6 meses. As famílias possuem um limite de 5 benefícios variáveis para cada um destes benefícios. Um quarto benefício variável no valor de R\$ 42 é concedidos a famílias que tenham adolescente entre 16 e 17 anos, no limite de dois benefícios por família. Por último, um benefício para a Superação da Extrema Pobreza é calculado caso a caso, e objetiva que as famílias ultrapassem a linha da extrema pobreza.

As condicionalidades seriam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público, e possuem o objetivo declarado pelo MDS (2016a) de ampliar o acesso destas famílias a direitos sociais básicos. As condicionalidades referem-se a exigências,

principalmente em aspectos ligados as áreas de saúde, como cartão vacinação para crianças e acompanhamento pré-natal para gestantes, e de educação, como a obrigatoriedade da matrícula escolar e estabelecimento de frequências mínimas. As condicionalidades não devem se destinar apenas às famílias, mas também ao poder público, considerando que este deve conceder condições de acesso para que estas sejam cumpridas (MDS, 2015a).

A gestão do PBF é descentralizada, ou seja, é compartilhada pela União, pelos Estados e distrito federal e pelos municípios. Cabe a gestão federal o gerenciamento, a operacionalização, o acompanhamento e a fiscalização do programa, enquanto os Estados e o distrito federal são responsáveis pelo apoio aos municípios na implementação. Por fim, são os municípios que são responsáveis pela gestão local, devendo identificar e cadastrar as famílias (MDS, 2016a).

De acordo com Cohn (2010), o acompanhamento das condicionalidades significou uma importante fonte de informação sobre as condições e deficiências de acesso destas famílias aos serviços sociais de saúde e educação. Deste modo, os condicionantes permitiram uma melhor articulação entre órgãos públicos ligados as áreas de assistência social, saúde e educação em torno dos beneficiados. Para o autor, estas informações advindas do acompanhamento das condicionalidades representa um importante elemento na articulação entre políticas de alívio imediato da pobreza com políticas de superação da pobreza ao longo prazo.

Licio, Mesquita e Currallero (2011) também avaliam positivamente as interfaces do PBF com os Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Saúde (MS) e da Educação (MEC), no que se refere ao acompanhamento das condicionalidades. Para os autores, essa articulação tem colaborado na criação de vínculos entre as políticas setoriais destes ministérios com a população mais pobre, que passa a dispor de melhor acesso aos serviços públicos. No entanto, os autores observam que não está clara a articulação do PBF com os chamados programas complementares, em áreas como inclusão produtiva, alfabetização e qualificação profissional, não sendo observável uma convergência dessas ações para com às famílias beneficiárias. Isto tem resultado em programas fragmentados e com problemas de escala, atuando na esfera dos milhares, enquanto o PBF atua na esfera dos milhões. Neste sentido, os autores enfatizam o desafio de uma melhor articulação intersetorial no que tange aos programas complementares, de modo a priorizar o público atendido pelo PBF, criando novos espaços e ampliando os já existentes (LICIO; MESQUITA; CURRALERO, 2011)

Diversos estudos têm confirmado efeitos positivos do PBF, especialmente no que se refere à diminuição da pobreza e da desigualdade de renda e melhorias nas áreas de saúde e educação. No que tange a diminuição da desigualdade e pobreza, Soares et al. (2010), tendo

como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), atribuem ao programa 16% da queda total da desigualdade no período dos anos 2000, e 60% da redução da pobreza somente no período entre 2007 e 2009, mesmo em um momento em que a renda dos mais pobres caía. Para os autores, o sucesso do PBF está relacionado à sua ótima focalização, apontando que a maioria dos recursos do programa, 80% ou mais, vão para o 40% mais pobres. Em trabalho mais recente, Paiva, Falcão e Bartholo (2013), reafirmam que o PBF é altamente efetivo na redução da pobreza e da pobreza extrema com um baixo investimento (0,4% do PIB). Estes autores também destacam o papel da ótima estratégia de focalização nesta redução.

Helal e Neves (2010), discutem os motivos que levam o PBF a ter um reconhecido sucesso em sua estratégia de focalização, tanto em termos de baixo nível de vazamento, poucas famílias inelegíveis recebem o benefício, como em termos de baixa ineficiência, a maioria das famílias elegíveis recebem o benefício. Para tal, os autores se debruçam sobre o problema da ação coletiva, ou seja, como as instituições públicas podem pautar-se de acordo com o interesse coletivo, e não de acordo com interesses de indivíduos ou grupos. O problema da ação coletiva é especialmente relevante no contexto brasileiro, dada a tradição de patrimonialismo que podemos observar em suas instituições.

Para esclarecer este questionamento são indicados, pelos autores, dois possíveis caminhos, um voltado para a atuação individual, contemplando o papel que a agência, a racionalidade e a formação de preferência têm para atuações que buscam os interesses coletivos. Já o segundo caminho destaca o desenho institucional e é baseado em um equilíbrio entre o isolamento do Estado e das instituições frente a pressão de grupos de interesse, o insulamento, e a inserção do mesmo na sociedade, de modo a evitar um demasiado isolamento e a incapacidade de atingir o interesse público decorrente deste. Ou como sintetizam os próprios autores, a “posição do Estado e das organizações públicas oscilam entre a possibilidade de atuar na sociedade e de manter sua autonomia perante ela (capacidade versus insulamento)” (HELAL; NEVES, 2010, p. 328,).

Helal e Neves não creem que o sucesso do PBF possa ser explicado por questões individuais, já que a formação de inclinações individuais voltadas para o interesse público não é facilmente observada em outras políticas e programas públicos brasileiros, apontando que o desenho institucional melhor esclarece os bons resultados. O desenho institucional desde programa teria importantes elementos de insulamento, dado a participação da Caixa Econômica Federal (CEF), uma instituição burocrática profissional, e as normatizações do MDS que regulam e padronizam a atuação dos municípios. Este isolamento do PBF contribuiria para um baixo vazamento. Por outro lado, também está presente no desenho do programa elementos de

inserção social, por meio da atuação das prefeituras, próximas aos grupos sócias, conferindo capacidade de atuação ao programa e resultando em sua baixa ineficiência. Nestes termos, o sucesso do PBF em sua estratégia de focalização poderia decorrer de sua particular combinação de elementos institucionais, insulamento burocrático e de inserção social (HELAL; NEVES, 2010).

No que se refere à área de educação, estudos como o de Cireno, Silva e Proença (2013) têm confirmado não apenas a maior retenção escolar entre os beneficiados, com também melhores desempenhos escolares. Os autores realizaram um estudo que utilizou dados provenientes do Ministério da Educação (MEC) e do MDS para analisar o desempenho na Prova Brasil, níveis de reprovação, abandono escolar e a distorção idade-série para alunos da 5º e 9º ano de escolas públicas. Os resultados indicaram piores desempenhos de alunos do 5ª ano beneficiários do PBF em relação aos alunos não-beneficiários em todos os critérios, possivelmente dado situações de fragilidade socioeconômica. No entanto, os alunos beneficiários do 9º conseguiram reverter essa desvantagem nos critérios desempenho e reprovação, ou mesmo assumir uma pequena vantagem nos critérios abandono escolar e distorção idade-série. De acordo com os autores, os resultados indicam que a participação no PBF auxiliou na redução da diferença no desempenho dos alunos.

Por sua vez, Feijó e Pires (2015) realizaram uma pesquisa sobre a percepção de beneficiárias titulares do PBF moradores da região sul de Campinas (SP) no que se refere à educação e frequência escolar de seus filhos. Os resultados indicaram que todas as mães aprovaram e suportam a existência da condicionalidade de frequência escolar do programa. Além disso as beneficiárias relataram não ter dificuldades de acesso à escola para seus filhos, no entanto destacaram que quanto mais velhos os filhos se tornam mais árdua é a tarefa de cumprir a condicionalidade da educação. Neste sentido, Feijó e Pires (2015), argumentam para uma redefinição do desafio da educação no Brasil, do acesso, relativamente já universalizado, para a qualidade, de modo a melhor reter os jovens. Outro achado é que as mães acreditam que a educação trará melhores oportunidades para o futuro de seus filhos, ainda que seja apenas por meio da legitimação conferida por um diploma formal.

Pires (2013) levanta questionamentos sobre a ligação implicitamente assumida pela condicionalidade de educação, que uma maior escolaridade conduzirá a melhores rendas futuras, por meio do emprego. O autor argumenta que por um lado a condicionalidade não leva em consideração a qualidade do ensino, fator decisivo para inserção profissional, e por outro mesmo uma formação profissional de qualidade não garante o acesso a um bom emprego, dado os movimentos de precarização e insegurança no mercado de trabalho. No entanto, o autor

concluí que a condicionalidade possui um efeito simbólico positivo, gerando o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e reconhecimento sociais nos beneficiários que comprem as condicionalidades.

Na área de saúde existem estudos como o de Camelo, Tavares e Saiani (2009), que a partir da análise de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, demonstram o feito positivo do programa sobre aspectos como a nutrição. Outro estudo realizado por Rasella et al. (2003), ainda mais amplo, tendo como base a análise de dados e Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do MDS, aponta para o feito positivo do PBF em aspectos como as taxas de vacinação de crianças, acompanhamento pré-natal de grávidas, a redução da desnutrição e quedas nos índices de mortalidade infantil.

De acordo com Jannuzzi e Pinto (2013), o PBF também tem contribuído para manter o dinamismo na economia brasileira, dado que as transferências de renda teriam contribuído para uma melhor inserção de segmentos da população brasileira, antes excluídos, no mercado de consumo. Além disto, como analisam Silveira Neto e Azonni (2013), os Programas de Transferência de Renda têm contribuído para a redução na desigualdade regional de renda no Brasil, juntamente com políticas federais e estaduais para o desenvolvimento das regiões mais pobres e uma tendência de desconcentração no setor industrial.

Outro aspecto positivo frequente atribuído ao programa diz respeito ao empoderamento das mulheres, titulares preferenciais do benefício, correspondendo a 93% destes, segundo Campello (2013). De acordo com Jannuzzi e Pinto (2013), diversas pesquisas sugerem que as mulheres beneficiárias têm ganhado maior autonomia e poder de escolha dentro das famílias, tornando-se financeiramente menos dependentes de seus maridos. As mulheres beneficiárias também teriam uma participação mais ativa no controle do planejamento familiar, o que pode ter contribuído para que a redução da taxa de natalina entre a camada da poluição brasileira com menores níveis de renda tenha sido maior do que a média nacional. A observação de que redução na taxa de natalidade tenha sido mais significativa no grupo dos beneficiários do PBF evidencia que este programa não tem um efeito pró-natalista, como acreditavam alguns críticos deste (JANNUZZI; PINTO, 2013).

Ainda dentro desta temática, Carloto e Mariano (2012) realizaram uma pesquisa junto às beneficiárias do programa residentes nas cidades de Londrina (PR) e Uberlândia (MG), com o objetivo de analisar a percepção destas sobre empoderamento e autonomia. Segundo as autoras, para as beneficiárias empoderamento e autonomia se relaciona principalmente ao trabalho, pois este traz renda e independia financeira. No entanto, apenas cerca de metade das

beneficiárias trabalhavam e em trabalhos pouco qualificados, precários e de baixa remuneração, em geral até meio salário mínimo. Entre as motivações apresentadas que dificultam a busca por qualificação e melhores trabalhos está a predominância das atividades intrafamiliares, no cuidado dos filhos e dos lares. As autoras destacam, ainda, que as exigências das condicionalidades, sem o oferecimento de serviços públicos de apoio, podem aumentar às responsabilidades domésticas das mulheres beneficiárias, já que, comumente, estas são as únicas responsáveis pelos filhos.

Carloto e Mariano (2012) atribuem às beneficiárias do PBF a percepção de que empoderamento e autonomia estão diretamente ligados ao trabalho, percepção que demonstra a importância do trabalho para o desenvolvimento das famílias. Entre os principais objetivos do PBF, segundo o MDS (2016a), está o de colaborar com as famílias para a superação de sua situação de vulnerabilidade e pobreza, o que passa, necessariamente, melhorias em suas relações de trabalho. No entanto, estudos que se debruçam sobre as relações de trabalho dos beneficiários ainda são bastante escassos.

Estudos como o de Oliveira e Soares (2013), interessam-se por analisar um possível desestímulo ao trabalho decorrente da participação no programa, também denominado de “efeito preguiça”, como defendem alguns críticos do programa. Porém, os autores chegaram à conclusão que o PBF não impacta de forma significativa a oferta de mão-de-obra no mercado, com pequenas reduções da busca de emprego por mulheres beneficiárias, que, segundo os autores, passam a trabalhar menos para cuidar dos filhos e outras atividades domésticas por questões culturais.

De modo não muito diferente, Barbosa e Corseuil (2013) estudaram uma possível influência Programas de Transferência de Renda sobre a procura de trabalho informal, já que este não seria identificado pelos gestores dos programas e poderia ter a preferência de beneficiários receosos de perder o benefício. Porém, a análise empreendida pelos autores indicou não haver correlação entre o programa e a opção entre trabalho formal e informal.

Essa escassez de estudos que se debruçam sobre as relações de trabalho dos beneficiários do PBF, apesar de sua relevância para o alcance dos objetivos do programa, evidenciam a pertinência de estudos que analisem o tema de modo mais aprofundando. Este estudo buscou contribuir para esta discussão.

Na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram a realização desta pesquisa.

3 Procedimentos metodológicos

Neste capítulo são apresentados os principais procedimentos metodológicos que foram utilizados na condução da pesquisa de campo. Inicia-se pela apresentação do paradigma e escolhas metodológicas, passando posteriormente à apresentação do *locus* e dos participantes da pesquisa, dos instrumentos de coleta, da análise de dados e das categorias analíticas e definições operacionais e constitutivas.

3.1 Paradigma e escolhas metodológicas

De acordo com Creswell (1997), ao abordar seu estudo, o pesquisador traz consigo uma perspectiva paradigmática, ou seja, uma visão de mundo, com seus pressupostos filosóficos e ideológicos. Assim sendo, a perspectiva paradigmática, guia a pesquisa, determinando a compreensão da realidade presente no estudo, a relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa e o papel que este atribui aos valores.

Nestes termos, este estudo aproxima-se da perspectiva paradigmática da teoria crítica, ligada à construção de conhecimento crítico e emancipatório. De acordo com Morrow e Brown (1994, p. 211) *apud* Creswell (1997, p. 81), o objetivo final de uma pesquisa que compartilha de uma perspectiva da teoria crítica pode ser a construção de uma teoria social, definida como o “desejo de compreender e, em alguns casos, transformar (por meio das práxis) as ordens subjacentes da vida social”.

Busca-se, por meio deste estudo, a melhor compreensão de um elemento da ordem social, as relações de trabalho, e fornecer elementos que contribuam para sua transformação, no que for cabível. Além disto, foi de interesse deste estudo representar um espaço de voz para os participantes da pesquisa, de modo que expressem suas experiências, visões e expectativas sobre as relações de trabalho nas quais se inserem.

Considerando estas inclinações, a pesquisa foi de caráter essencialmente qualitativo. Conforme descrito por Creswell (1997), pesquisas qualitativas investigam problemas sociais ou humanos, enfatizando a necessidade de uma visão ampla e complexa do fenômeno estudado. Para Merriam (2009), um dos pressupostos filosóficos fundamentais da pesquisa qualitativa é o de que a realidade é construída pelos indivíduos em suas interações sociais, logo, este tipo de pesquisa volta-se para compreender como os indivíduos percebem seu mundo e suas

experiências neste. Portanto, os sujeitos da pesquisa assumem um papel importante dentro da pesquisa qualitativa, o que torna a imersão no campo da pesquisa uma característica comum dos estudos desta modalidade.

Merriam (2009) destaca seis tipos de pesquisa qualitativa, a saber: estudo de caso, pesquisa qualitativa básica, *ground theory*, etnografia, análise narrativa e pesquisa social crítica. Coerentemente com a perspectiva paradigmática, este estudo tem maior proximidade com a pesquisa social crítica. De acordo com a autora, o que diferencia a pesquisa social crítica dos demais tipos de pesquisa qualitativos é que neste tipo não se busca apenas compreender o que está acontecendo, mas também oferecer críticas com a esperança de colaborar para uma sociedade mais justa. Outro distintivo da pesquisa social crítica é seu interesse em compreender como as estruturas sociais hegemônicas, em conjunção com relações de poder, conduzem à marginalização e opressão de pessoas. Neste sentido, o enfoque se dá mais no contexto, no caso deste estudo, as relações de trabalho, do que nos indivíduos.

3.2 *Locus* e participantes da pesquisa

O *locus* da pesquisa foi a cidade de Caruaru, uma das principais cidades que compõem o Polo de Confecções do Agreste, juntamente com Toritama e Santa cruz. As relações produtivas que se desenvolveram no Polo de Confecções do Agreste o tornam especialmente relevante para os objetivos desta pesquisa. O Polo teve início, de acordo com Lira (2009), com a produção de confecções como alternativa de geração de emprego e renda sob moldes artesanais. A produção de confecções aprimorou-se com o seu desenvolvimento, mas manteve algumas características artesanais, como o trabalho familiar nos fábricas, forma como são chamados os pequenos empreendimentos pulverizados por toda região.

Segundo estimativas do SEBRAE (2013), existem cerca de 18.803 mil unidades produtivas no Polo, com um faturamento anual aproximado de um R\$ 1 bilhão e empregando cerca de 107 mil pessoas. Esta estimativa considera 10 cidades como participantes do polo, no entanto, 77% do total de unidades produtivas concentra-se nas três principais cidades apresentadas anteriormente. Apesar de suas dimensões, a informalidade é uma característica dominante no polo, respondendo por cerca de 80% de suas unidades produtivas. Ainda de acordo com o SEBRAE (2013), a informalidade tem tido um importante papel no crescimento do Polo, dado que os empreendimentos pagam poucos impostos e menos ainda direitos trabalhistas.

Vigora no Polo um modelo de produção dividido entre empresas, unidades produtivas que produzem o produto final, podendo terceirizar parte desta produção, e empreendimentos complementares ou facções, unidades produtivas que se especializam em uma atividade específica da confecção, como cortar ou costurar tecidos, escoando sua produção para as empresas (SEBRAE, 2013). Deste modo, subcontratações e terceirizações são práticas corriqueiras no Polo e criam laços entre as poucas empresas formais e a grande maioria de informais.

Os rendimentos *per capita* da população que vive no Polo são baixos, girando em torno de R\$ 300,00. São baixos também o rendimento dos trabalhadores, sendo pouco superior a um salário mínimo, em média, e mais baixo para aqueles ocupados em facções, tipicamente informais. Estes dados são reflexo do fato de o setor de confecções empregar um alto número de trabalhadores, no entanto, com baixos salários. A mão de obra familiar também é predominante na região, com 68% das unidades produtivas utilizando este tipo de recurso (SEBRAE, 2013).

Estas características peculiares da estrutura produtiva do Polo, informalidade, subcontratações e terceirizações, aliadas com baixos salários, o tornam um contexto particularmente favorável ao desenvolvimento de relações de trabalho flexíveis e precárias. No que se refere à precarização, consideramos a definição apresentada por Alves (2013), “trabalho informal, sem direitos, trabalho considerado atípico e degradante”, ou seja, o trabalho que não dispõe dos direitos e regulamentações trabalhistas conquistados. É justamente este contexto propenso a relações de trabalho atingidas pela flexibilização que tornaram o Polo particularmente relevante para os objetivos deste estudo.

A escolha de Caruaru como *locus* de pesquisa justifica-se por esta ser a maior cidade dentre as que compõem o Polo, com uma população de 342.28, e possuir o maior índice de desigualdade entre as três principais cidades, de acordo com dados do IBGE (2013). Além disto, em Caruaru a proporção de facções é extremamente alta, correspondendo por 71% das unidades produtivas, favorecendo ainda mais o desenvolvimento de relações produtivas informais, de terceirizações e subcontratações. Para fins de comparação, em Santa Cruz do Capibaribe as facções representam apenas 20% das unidades produtivas (SEBRAE, 2013).

Conforme apresentado anteriormente, os municípios são responsáveis pela gestão local do Programa Bolsa Família, sendo a Secretaria da Criança, Adolescente e Políticas Sociais responsável por sua gestão em Caruaru. De acordo com dados do MDS (2015), o PBF beneficiou em Caruaru, no mês de julho de 2015, 32.917 famílias, alcançando um valor total de R\$ 4.439.281,00 em repasses para as famílias na cidade. No que se refere às

condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2015, atingiu o percentual de 95,3%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e 87,2%, para os jovens entre 16 e 17 anos. Já os dados sobre o acompanhamento da saúde das famílias no município revelam um alcance de 83,1 % na vigência de dezembro de 2004 (MDS, 2015).

De acordo com Merriam (2009) o método de seleção de participantes mais apropriado para pesquisas qualitativas é o não probabilístico, considerando que generalizações estatísticas não costumam ser um de seus objetivos, sendo a seleção proposital a mais comum. Patton (2001) compartilha desta opinião, enfatizando que estudos qualitativos focam profundamente em pequenos grupos ou mesmo indivíduos. Já Creswell (1997), destaca a seleção proposital de participantes como um importante momento da pesquisa qualitativa, devendo, no entanto, ser criteriosa e justificável.

Dentre os tipos de seleção proposital de participantes apresentados por Patton (2001), neste estudo optou-se pela seleção por critérios, na qual são estudados casos compatíveis com critérios pré-estabelecidos. Creswell (1997), destaca que a seleção por critérios funciona bem quando deseja-se garantir que todos os participantes tiveram experiências com determinado fenômeno. Deste modo, os critérios utilizados na seleção dos participantes deste estudo foram: Residir em Caruaru e ser beneficiário do Programa Bolsa Família ou estar envolvido em sua gestão ou operacionalização, ainda que indiretamente.

O acesso aos entrevistados se deu por meio da Secretaria da Criança, Adolescente e Políticas Sociais do município de Caruaru. As visitas ocorreram em dois dias no mês de novembro e um dia no mês de dezembro, nos turnos da manhã e tarde. O período das visitas coincidiu como o período da renovação obrigatória de cadastros dos beneficiários, o que implicou em um grande número de beneficiários presentes nos espaços de gestão.

As entrevistas com gestores e operadores, cujas atividades estão ligadas, direta ou indiretamente, ao PBF se deram pelo critério bola de neve de seleção. Segundo Merriam (2009), na seleção bola de neve são identificados participantes chave que facilmente correspondem aos critérios da pesquisa, e por meio desses se estabelece os demais participantes da pesquisa. Inicialmente foi visitado um núcleo de gestão, denominado neste estudo como Centro de Gestão Bolsa Família (CGBF), onde foram realizadas entrevistas com o gestor do PBF em Caruaru e com uma assistente social. As informações coletadas durante as entrevistas e as recomendações dos próprios participantes indicaram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como pertinentes aos interesses da pesquisa. Os entrevistados recomendaram especificamente uma visita ao CRAS Salgado, dado sua abrangência de atuação, o bairro Salgado, maior de

Caruaru, e o bairro São João da Escócia, e a representatividade das atividades desempenhadas nesses bairros da economia de cidade, majoritariamente ligadas às confecções.

Isto posto, também ocorreram entrevistas no CRAS Salgado. No CRAS Salgado foram entrevistas duas assistentes sociais, uma destas ligada ao CGBF, apesar de desempenhar suas atividades nos CRAS espalhados pela cidade. Tanto estas entrevistas quanto as primeiras destacaram a relevância presumida da rede de cursos e oficinas oferecidas aos beneficiários. Deste modo, também foi realizada uma entrevista com a coordenadora do setor de Inclusão Produtiva, ligado ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho). Posteriormente foi realizada uma visita ao Centro de Qualificação Profissional (CQP) 3, também ligado ao Acessuas Trabalho, onde foi entrevistado um instrutor dos cursos/oficinas.

Já o acesso aos beneficiários se deu por meio dos espaços visitados, o CGBF, o CRAS Salgado e o CQP 3. Em todos os espaços visitados, os beneficiários estavam utilizando de seus serviços, seja no cadastramento, seja em atividades de desbloqueio ou participando de uma oficina. O primeiro contato com os beneficiários se deu de modo aleatório. Neste momento foi explicado o caráter da pesquisa e seus objetivos, bem como garantida a não vinculação da mesma com a gestão do PBF ou qualquer entidade governamental, além de garantido, também, o anonimato do participante. Após esse contato inicial, os beneficiários que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa foram entrevistados, preferencialmente após o atendimento, no entanto, algumas entrevistas se realizaram enquanto se aguardava o atendimento.

Ao todo foram realizadas 35 entrevistas com beneficiários, 13 no ambiente do CGBF, 18 no CRAS Salgado e 4 no CQP 3. Seguiu-se as orientações de Deslandes (2013), de modo que foram incluídos progressivamente participantes até quando informações começaram a se repetir e achados relevantes tornaram-se mais escassos. Destarte, o número de participantes desta pesquisa foi determinado pelo critério de saturação, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Pode ser observado no quadro a seguir uma apresentação sintética das etapas da pesquisa, demonstrando os órgãos visitados, bem como as principais atividades de pesquisa desempenhadas em cada um destes respectivamente.

Quando 1 (3) – Etapas da pesquisa

Etapa da pesquisa	Órgão pesquisado	Ação
1ª Etapa – 20/11/2015	CGBF	Entrevistas com gerentes e operadores ligados ao PBF
		Observação da atuação de gerentes e operadores ligados ao PBF
		Entrevistas com beneficiários
	CRASS Salgado	Entrevistas com gerentes e operadores ligados ao PBF
		Observação da atuação de gerentes e operadores ligados ao PBF
		Entrevistas com beneficiários
2ª Etapa – 27/11/15	Acessuas Trabalho	Entrevistas com gerentes e operadores ligados ao PBF
	CGBF	Entrevistas com beneficiários
	CRASS Salgado	Entrevistas com beneficiários
3ª Etapa – 08/12/15	CRASS SALGADO	Entrevistas com beneficiários
	CQP 3	Entrevistas com gerentes e operadores ligados ao PBF
		Entrevistas com beneficiários

Após o delineamento do *locus* e dos participantes da pesquisa, na seção que se segue discutiremos os principais instrumentos que foram utilizados na coleta dos dados.

3.3 Instrumentos de coleta

A coleta de dados constitui uma série de atividades voltadas para a reunião das informações necessárias à concretização do objetivo de uma pesquisa (CRESWELL, 1997), representando, desta forma, um importante momento da mesma. Conforme argumenta Godoy (2006), admitindo a necessidade de uma compreensão ampla de um fenômeno, pesquisas qualitativas consideram que todos os dados da realidade são importantes, podendo fazer uso de diversos instrumentos de coleta. Além disto, o uso de diferentes fontes de informações fortalece a pesquisa, de acordo com Patton (2001), constituindo uma triangulação de dados.

Com o intuito de não perder informações que possam se mostrar relevantes a uma melhor compreensão do problema estudado, foram combinadas diferentes fontes de dados. Os dados foram coletados por meio da realização de entrevistas, observação e pesquisa documental.

O principal instrumento de coleta utilizado durante a pesquisa foi a entrevista. Segundo Patton (2001, p. 341), entrevistas são realizadas para revelar o que não podemos observar, neste

sentido, “seu propósito é nos permitir entrar na perspectiva do outro”. Ainda segundo o autor, isto envolve reconhecer que a perspectiva dos outros é significativa, passível de ser conhecida e comunicável. Dada a necessidade de o entrevistador dar condições para que o entrevistado o traga para seu mundo, parte significativa da qualidade da entrevista depende da capacidade do entrevistador (PATTON, 2001),

De modo a melhor atingir aos objetivos desta pesquisa, foram realizados dois tipos de entrevistas entre as apresentadas por Merriam (1998): a semiestruturada e a não-estruturada. No contato com os gestores e operadores do PBF, considerando que estes desempenhavam diferentes atividades e em diferentes níveis, optou-se pela realização de entrevistas não-estruturadas, de modo a melhor captar as particularidades de seu relacionamento com o PBF. Estas entrevistas foram conduzidas em torno das experiências pessoais dos entrevistados na realização de suas atividades, com as perguntas variando conforme o que foi relatado pelos entrevistados.

Já nas entrevistas com os beneficiários, cujo foco foi as relações de trabalho, realizou-se entrevistas semiestruturadas, objetivando oferecer liberdade aos entrevistados para expressarem suas experiências e perspectivas, sem, no entanto, perder de vista os objetivos traçados pela pesquisa. Conforme descreve Merriam (1998, p. 74), a entrevista semiestruturada é guiada, em sua maior parte, “por uma lista de perguntas ou temáticas a serem exploradas, onde nem as palavras exatas ou a ordem das perguntas são determinadas previamente”, permitindo ao pesquisador adequar-se à “situação em curso, à visão de mundo emergente do entrevistado e a novas ideias sobre o tema”.

Conforme indica Patton (2001), a vantagem da elaboração de guias de entrevistas é que o entrevistador pode dispor do limitado tempo da entrevista de forma cuidadosa. Além disto, o guia ajuda na sistematização de entrevistas com diversas pessoas, limitando previamente as questões a serem discutidas, de modo que permite manter a entrevista focada ao mesmo tempo em que oferece liberdade para que perspectivas e experiências particulares sejam reveladas.

Deste modo, foi elaborado um guia de entrevista prévio às entrevistas, que pode ser apreciado no apêndice A. No entanto, dada a amplitude do objeto de análise, que são as relações de trabalho, manteve-se um guia amplo, buscando explorar experiências ao longo de suas vidas de trabalho, dividindo entre experiências anteriores à participação no Programa Bolsa Família e após essa participação. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Durante a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, algumas informações relevantes foram geradas, portanto, também foi considerada a observação na coleta

de dados. Para Merriam (1998), a escolha da observação como método de coleta de dados oferece a oportunidade de notar coisas que já se tornaram rotinas para os participantes, prover informação sobre o contexto e detalhes específicos ou revelar aspectos com os quais os participantes não se sentem confortáveis para apresentar em entrevistas. Patton (2001), além das vantagens já citadas, argumenta que a observação encoraja uma postura mais aberta e voltada para a descoberta por parte do pesquisador, que experimenta o acontecer em seu meio natural, e constrói um conhecimento de forma pessoal, elemento importante para a fase de análise.

Para Patton (2001), a principal diferença entre estratégias de observação relaciona-se a extensão da participação do pesquisador no grupo estudado. O autor destaca que definir o nível de participação pode variar ao longo da condução da pesquisa. Dentre as formas de observação apresentadas por Merriam (1998), a adotada na pesquisa foi a de caráter participante como observador, na qual o grupo observado está ciente da atividade do observador e a participação no grupo é menos importante que a coleta de informações em si. As observações ocorreram nos momentos de visita ao CGBF, CRAS Salgado e CQP, consistindo principalmente na consideração da atuação dos gestores e operadores ligados ao PBF.

Como apresenta Merriam (1998), documentos englobam um conjunto de materiais, escritos, visuais ou físicos, que podem mostrar-se relevantes para a pesquisa. Documentos não são produzidos para a pesquisa em questão, deste modo, em sua maior parte podem não ser relevantes para os objetivos de pesquisa, no entanto, oferecem a vantagem de não dependerem da presença do pesquisador no campo ou no momento do acontecimento. Merriam (1998) afirma que eles podem conter pistas ou mesmo importantes revelações sobre o fenômeno estudado, sendo considerado, pela maioria dos pesquisadores, válido o esforço para juntá-los e analisá-los.

Deste modo, a análise documental foi a terceira fonte de dados usada neste trabalho. Os principais documentos analisados foram comunicados e notícias divulgadas pelos websites do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Prefeitura de Caruaru.

Pode ser visualizado no Quadro 2 uma apresentação sintetizada dos objetivos específicos e dos instrumentos de coleta de dados previstos para os mesmos.

Quadro 2 (3) - Relação entre objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados

Objetivos específicos	Instrumentos de coleta de dados
1. Caracterizar o funcionamento do Programa Bolsa Família em Caruaru e suas possíveis ligações com o trabalho	Entrevistas não-estruturadas
	Entrevistas semiestruturadas
	Observação participante como observador
	Pesquisa documental
2. Identificar e descrever grupos ou indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família neste contexto.	Entrevistas semiestruturadas
3. Descrever as relações de trabalho nas quais os beneficiários do Programa Bolsa Família participaram antes do recebimento do benefício.	Entrevistas semiestruturadas
4. Descrever as relações de trabalho nas quais os beneficiários do Programa Bolsa Família têm se inserido a partir da inclusão no programa.	Entrevistas semiestruturadas
5. Analisar possíveis transformações nas relações de trabalho a partir do recebimento do benefício pelos pesquisados	Entrevistas semiestruturadas

Após a coleta dos dados, faz-se necessário que se proceda sua análise. A próxima subseção apresenta as escolhas de análise dos dados desta pesquisa.

3.4 Análise dos dados

Patton (2001) simplesmente define a análise de dados como o processo de transformação de dados em descobertas. O desafio, segundo o autor, está em extrair sentido de grandes volumes de informação, diferenciar o irrelevante do significativo, encontrando padrões e, por fim, comunicar o essencial do que foi revelado. Conforme apontado por Merriam (1998), muito do processo de análise de dados em pesquisas qualitativas ocorre de forma concomitante à coleta, tornando-se mais intenso à medida que o estudo avança.

Neste estudo, os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo. De acordo com Merriam (1998), todos os estudos qualitativos realizam análises de conteúdo em alguma extensão, no sentido em que são analisados conteúdos de entrevistas, notas de campo e documentos. Nos estudos qualitativos, a análise de conteúdo focaliza a comunicação de sentidos, “envolvendo simultaneamente a codificação de dados brutos e a construção de categorias que capturam características relevantes do conteúdo dos documentos” (MERRIAM, 1998, p. 160). De modo condizente, Patton (2001, p. 452) define a análise de conteúdo como

“qualquer redução de dados qualitativos e esforços de construção de sentido, que tomam um volume de material qualitativo e tentam identificar consistências centrais e sentido”.

De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo objetiva a superação de incertezas e o enriquecimento da leitura, cumprindo as funções de incentivo à ação exploratória e de análise sistemática para a verificação. A autora nos oferece a seguinte definição para a análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.44).

Nesta pesquisa adotaremos a definição e estruturas de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Entre as modalidades de análise de conteúdo, considerou-se apropriada para os objetivos deste estudo a análise temática, que “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 2009, p. 131).

Conforme orientação de Bardin (2009), na pré-análise foram desempenhadas as atividades de seleção dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos, bem como dos indicadores que deram fundamento à interpretação final. Esta etapa se ocupou da organização propriamente dita da análise, operacionalizando e sistematizando as ideias iniciais (BARDIN, 2009).

Posteriormente, foi realizada a exploração do material, etapa que envolve, conforme indica Bardin (2009), essencialmente a codificação; atividade por meio da qual se transforma dados brutos em texto. Na codificação foram escolhidas as unidades de registro, o que representa o recorte; as regras de contagem, correspondendo a enumeração; e, por último as categorias, ou seja, a classificação.

Unidades de registro são as unidades de significação, ou seja, os seguimentos de conteúdo que serão considerados na análise, objetivando a contagem e a criação de categorias, podendo ser de diferentes naturezas e dimensões. O nível de recorte das unidades de registro desta pesquisa foi o tema, unidades de registro que surgem naturalmente do texto analisado relativos à literatura que guia a leitura (BARDIN, 2009).

Por sua vez, a regra de enumeração utilizada nesta pesquisa, considerando seu caráter essencialmente qualitativo, foi a de presenças e ausências. Segundo Bardin (2009), a presença de determinados elementos num texto pode ser significativa, sendo um indicador para análise, ao mesmo tempo em que as ausências de outros elementos também podem veicular sentidos.

Por último, realizou-se a categorização, ou seja, após a diferenciação realizada na definição das unidades de registro e a organização considerando a regra de enumeração por presença/ausência, promoveu-se o reagrupamento por gêneros, neste caso específico por temas. De acordo com Bardin (2009), as categorias resultantes da análise de conteúdo são rubricas ou classes, que reúnem as unidades de registro em razão de seu caráter comum, no caso deste estudo, o tema. Nestes termos, as categorias da análise de conteúdo neste estudo foram definidas como resultado do reagrupamento das unidades de registro por tema, de acordo com o aporte teórico construído anteriormente.

Na próxima secção apresentamos são apresentadas às categorias analíticas resultantes da análise de conteúdo temática, bem como suas definições constitutivas e operacionais.

3.5 Categorias analíticas - Definições constitutivas e operacionais

A análise de conteúdo temática das entrevistas, bem como o aporte do referencial teórico, levou à construção de cinco categorias de análise, a saber: Relações de trabalho tradicionais, Relações de trabalho reguladas, Trabalho informal, Subcontratações e terceirizações, Baixa qualificação profissional. Cabe destacar que estas categorias não foram encontradas de modo “puro” na pesquisa de campo, podendo haver superposição de suas ocorrências.

De acordo com Vieira (2004) as definições constitutivas e operacionais são importantes para a avaliação e rigor das pesquisas qualitativas. Definição constitutiva emerge da fundamentação teórica, e como tal refere ao conceito que algum autor dá para a variável ou termo a ser utilizado. Por sua vez, a definição operacional representa a operacionalização da definição constitutiva, referindo-se a como aquele termo ou variável foi identificado na realidade.

As definições constitutivas e operacionais destas categorias analíticas podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 3 (3) – Definições constitutivas e operacionais

Termo	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Relações de trabalho tradicionais	Relações de trabalho onde não está clara a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, podendo não haver distinção também entre local de trabalho e local de moradia, e onde as atividades se voltam primariamente para a satisfação das necessidades e não para a acumulação (WEBER, 1999; GORZ, 2003; CASTEL 2009)	• Trabalho domiciliar; • Laços familiares e de amizade no trabalho; • Trabalho realizado na esfera privada.
Relações de trabalho reguladas	Relações de trabalho marcadas pela regulamentação, por política de valorização de salários, baixos níveis de desemprego e pelo poder de barganha dos sindicatos, bem como pela atuação do Estado enquanto regulador e garantia dos direitos sociais e trabalhistas (HARVEY, 2003; ANTUNES, 2011, POCHMANN, 2007).	• Trabalho regular (Carteira assinada); • Trabalho em tempo integral; • Acesso aos direitos trabalhistas e sociais (Benefícios previdenciários, férias remuneradas, horário regular, pagamento de horas extras, etc.); • Participação em órgão representante de classe.
Informalidade	Releitura do trabalho informal como trabalho flexível e alternativa ao desemprego estrutural, ocasionando uma total ausência de proteção social no trabalho (LIMA, 2010; Antunes, 2011; Kalleberg, 2009)	• Trabalho sem carteira assinada; • Trabalho autônomo.
Subcontratações e terceirizações	Processos de externalização do trabalho, decorrente do ideal flexível de empresa enxuta, que possibilitam um progressivo no descompromisso com a força de trabalho (Lima. 2010; Harvey 2013),	• Utilizando, por parte de empresas, de terceiros para utilização de mão-de-obra; • Repassagem para terceiros, sem contrato empregatício direto, de atividades de uma empresa;
Baixa qualificação profissional	Atividades que demandam baixa qualificação técnica para sua realização e oferecem, como contrapartida, baixos rendimentos (Hirata 2009; Kalleberg, 2009; Pires, 2013)	• Atividades que não demandam qualificação formal; • Atividades que não demandam de expertise técnica para a sua realização.

Após a apresentação das principais escolhas e recursos metodológicos que guiaram e foram utilizados nesta pesquisa, na próxima seção são apresentados e discutidos os seus resultados.

4 Apresentação e análise dos resultados

Neste capítulo, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo realizada com membros da gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família em Caruaru, bem como com beneficiários do programa. O capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção oferece uma caracterização da atuação do PBF em Caruaru. A segunda seção traça um perfil dos beneficiários participantes da pesquisa. Já a terceira, e última, seção se debruça sobre as relações de trabalho dos beneficiários do programa, discutindo o seu desenrolar e suas transformações a partir da inclusão no benefício.

4.1 Caracterização da atuação do Programa Bolsa Família no contexto de Caruaru

Com o objetivo de caracterizar a atuação do Programa Bolsa Família em Caruaru foram utilizadas múltiplas fontes de dados, entre as quais destacam-se as entrevistas realizadas com gestores e operadores públicos, cuja atuação está ligada, de forma direta ou indireta, ao PBF.

As análises preliminares, ainda na etapa de incursões ao campo, destacaram ao menos três instâncias como particularmente importantes na atuação do PBF em Caruaru e em suas ligações como trabalho. Estas instâncias são um núcleo de gestão, denominado neste estudo como Centro de Gestão Bolsa Família (CGBF), os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o um conjunto de ações e centros voltados para a oferta de cursos e oficinas sob a responsabilidade do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) em Caruaru. A discussão que se segue apresenta e descreve a atuação destes órgãos, iniciando-se pelo CGBF.

4.1.1 O Centro de Gestão Bolsa Família.

Conforme apresentado no referencial teórico, o PBF foi criado em 2003, pelo governo federal, por meio da unificação dos programas de transferência, até então dispersos, garantindo, assim, uma cobertura nacional. O PBF é um programa de transferência de renda direta com condicionantes, o que significa que as famílias assumem compromissos junto ao poder público,

principalmente em aspectos ligados às áreas de saúde, como cartão vacinação para crianças e acompanhamento pré-natal para gestantes, e de educação, como a obrigatoriedade da matrícula escolar e estabelecimento de frequências mínimas (MDS, 2016a).

Vale destacar que, de acordo com o MDS (2016a), o PBF possui três eixos principais: ser um complemento de renda, garantindo um alívio imediato da pobreza; estimular o acesso aos direitos sociais, principalmente por meio das condicionalidades ligadas à saúde, educação, e a assistência social, e assim contribuir para que futuras gerações quebrem o ciclo da pobreza; e articulação com outras ações e políticas sociais, objetivando contribuir para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

A gestão do PBF ocorre de modo compartilhado entre as esferas federais, estaduais e municipais. De modo mais destacado, participam da gestão o governo federal, enquanto financiador e regulador, e os municípios, que são responsáveis por grande parte da execução do programa, inclusive o cadastro e a gestão dos benefícios. A participação dos governos estaduais é mais restrita ao apoio da implementação nos municípios.

Em Caruaru, a gestão do PBF é de responsabilidade da Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais. De modo mais direto, em Caruaru, existe um centro de gestão e operacionalização do PBF, denominado nesta pesquisa de Centro de Gestão Bolsa Família (CGBF). Foram realizadas entrevistas com Alexandre, Letícia e Mariane, vinculados ao CGBF. Alexandre é o gestor do PBF em Caruaru, tendo iniciado sua participação no programa como cadastrador em 2003, assumiu a gestão a partir de 2010. Já Letícia e Mariane são assistentes sociais do programa. Letícia atua no próprio CGBF, já Mariane, apesar de também estar ligada ao centro de gestão, atua nos CRAS espalhados pela cidade.

A análise dos dados coletados nas entrevistas e no website da prefeitura de Caruaru destacou três níveis de atuação nas atividades desempenhadas no âmbito do CGBF: o cadastramento, o acompanhamento e ações de conscientização e orientação. A atuação no CGBF inicia-se com o cadastramento, conforme declaração de Letícia, que pode ser conferida abaixo:

Na primeira instância nós temos o cadastro, né. A base cadastral que é o sistema que operacionaliza (LETÍCIA, entrevista, 20/11/15).

Segundo Alexandre (entrevista, 20/11/15) e Letícia (entrevista, 20/11/15), em seu primeiro contato com o CGBF, os usuários passam por um cadastrador que efetuará a coleta de informações socioeconômicas sobre suas estruturas familiares. Estas informações são de caráter autodeclaratório, não havendo necessidade de comprovação prévia das mesmas. Estes dados

são então encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); por meios digitais, onde haverá o cruzamento dos mesmos com outras fontes de dados, com o objetivo de confirmar a veracidade das informações prestadas. Deste modo, a seleção dos beneficiários do programa não ocorre nas instâncias municipais do PBF, mas sim na instância federal do MDS.

De acordo com Letícia (entrevista, 20/11/15), famílias não selecionadas como beneficiárias do programa, mas que recebem até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos na família são inclusas no CadÚnico. Para estas famílias, a inclusão no CadÚnico representa o acesso a programas sociais como a primeira CNH gratuita, isenção de pagamento em concursos públicos, redução da tarifa de energia, e possibilidades de acesso aos cursos e oficinas oferecidos pelo Acesso ao Trabalho, como os do PRONATEC, entre outros benefícios. Ainda que estas famílias não sejam beneficiárias PBF, elas se tornam usuárias da Seguridade Social; e desfrutam, como destacado acima, de benefícios também utilizados pelos beneficiários do PBF.

De acordo com o MDS (2016b), as atividades de cadastramento, realizam-se continuamente, mesmo para as famílias já cadastradas, já que ocorre o recadastramento anual. As famílias são obrigadas a recadastrar seus dados a cada dois anos, ou quando ocorrem mudanças na sua estrutura familiar, por exemplo, o nascimento de um filho. Além disto, os beneficiários são solicitados a realizar a atualização de suas informações cadastrais sempre que o cruzamento dos dados fornecidos ao CadÚnico com outras fontes do Governo Federal apresentar discrepâncias. O recadastramento dos dados tem como objetivo garantir que as famílias beneficiárias continuem em situação de elegibilidade para o programa (MDS, 2016b).

De modo complementar às ações de cadastramento, ocorreram as atividades de acompanhamento. Segundo Alexandre (entrevista, 20/11/15) as atividades de acompanhamento, ou checagem, são realizadas principalmente por meio das assistentes sociais que trabalham para o programa. As assistentes sociais fazem visitas aos beneficiários para averiguar famílias que apresentam indícios de irregularidade apontados no cruzamento de dados. Além disto, também é realizado o acompanhamento das famílias que descumprem as condicionalidades do programa. As famílias que estão em situação de descumprimento das condicionalidades podem ter o benefício bloqueado e devem procurar as instâncias de gestão do CGBF para que haja o desbloqueio (ALEXANDRE, entrevista, 20/11/15).

Nestes termos, quando descrito a atuação das assistentes sociais no contexto do CGBF, foram destacadas as atividades de acompanhamento ou averiguação dos dados cadastrais e das situações de descumprimento das condicionalidades. Essa concepção é bem evidenciada pelas seguintes descrições da atuação das assistentes sociais:

A gente faz uma prestação de serviço a esse programa, que é fazer visitas domiciliares. Para constatar realmente se de fato elas têm perfil de estar no programa ou não, né? (LETÍCIA, entrevista, 20/11/15)

As assistentes sociais, elas trabalham quando, no caso, a assistente social no bolsa família ela atua especificamente em que situação? Quando há uma denúncia de irregularidade de recebimento do bolsa família, então aquela pessoa passa o nome daquela que tá recebendo e o endereço, automaticamente, a gente aciona a assistente social. (ALEXANDRE, entrevista, 20/11/15)

Aí aqui eu vou ver o motivo de bloqueio, de que foi bloqueado, ou que foi cancelado, e no caso eu faço o encaminhamento, no caso pra o que que tem que ser feito, por falta de atualização, se foi descumprimento por baixa frequência, educação, se foi saúde. Então eu faço toda a informação da situação que se encontra o benefício, é esse o meu trabalho. (MARIANE, entrevista, 08/12/15)

Das descrições da atuação do serviço dentro do CGBF percebe-se uma ênfase nas questões operacionais do programa. Essa narrativa parece estar no centro da atuação das assistentes ainda que outros aspectos ocasionalmente também sejam tratados dentro deste âmbito. Segundo Letícia, com um público em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as demandas espontâneas trazidas pelos usuários variam, podendo relacionar-se até mesmo a violência contra crianças e mulheres. Nestes casos, os usuários são encaminhados para órgãos como o conselho tutelar, a secretária da mulher ou a delegacia da mulher, como pode ser observado na fala de Letícia:

Então eles chegam aqui querendo resolver ‘n’ problemas, então a gente escuta esse beneficiário, jamais a gente vai deixar de atendê-los, os beneficiários. Então de acordo com a situação, de acordo com a problemática deles, a gente identifica pra onde nós vamos encaminhar, né? [...] O que é referente ao bolsa família, a gente vai avaliar no sistema qual é a situação, se o beneficiário tá bloqueado, porque tá sem receber e vai agendar uma visita e vai fazer essa visita. (LETÍCIA, entrevista, 20/11/15).

As atividades de cadastramento e acompanhamento são fundamentalmente voltadas para garantir a focalização do PBF. A atenção com esta área é condizente com as afirmações de autores como Soares et al. (2010) e Paiva, Falcão e Bartholo (2013), que apontam a ótima focalização como um dos principais fatores do bom desempenho do programa. Os valores e atitudes descritos na gestão e operacionalização no contexto do CGBF frequentemente estão voltados à garantia deste aspecto do programa. A forma como o Alexandre sintetiza as atividades de gestão é exemplar da importância atribuída à focalização, como pode ser observado abaixo:

A gestão é justamente você direcionar o atendimento. Como direcionar esse atendimento? Você identificar realmente, nas cidades, onde existem os bolsões que o governo federal chama de bolsões de miséria. Você direcionar o atendimento do Bolsa para aquele público alvo. (ALEXANDRE, entrevista, 20/11/15)

Conforme visto até aqui, muito da atuação no contexto do CGBF está voltada a garantir a focalização do programa. Helal e Neves (2009) apontam dois elementos como centrais na focalização do PBF: seu baixo vazamento, ou seja, poucas pessoas inelegíveis recebem o benefício, e a baixa ineficiência, referente ao fato de a maioria que é elegível recebe o benefício. Ambos os elementos estão presentes nos discursos dos entrevistados. De modo geral, as justificativas dadas para as atividades de acompanhamento e averiguação envolvem garantir um baixo vazamento do programa:

No caso, se tem uma família que recebe indevidamente, tem famílias que não recebem porque não tem vaga e estão deixando de receber por estas famílias que estão usufruindo do programa de forma indevida [...] Porque tem um critério do cadastro, cadastro é auto declaratório, então o cadastrador só vai colocar o que você falar, o que você falar ele vai colocar, se você estiver falando mentira, ele vai colocar mentira, se estiver falando a verdade, ele vai colocar uma verdade (LETÍCIA, entrevista, 20/11/15).

Ou seja, aí toda renda que ele declara realmente pra gente é auto declaratório. Por isso que você vê, em algumas situações, alguma pessoa que realmente possa não ter o perfil e tá recebendo o bolsa família, por conta dessa declaração informada (ALEXANDRE, entrevista, 20/11/15).

Como pode ser observado, para os entrevistados, o não vazamento do programa é algo importante, dado que o recebimento ilegítimo do benefício pode implicar no não recebimento do benefício por famílias elegíveis. Como tal, são destacados em seus discursos possíveis pontos de vazamento, como o fato das informações passadas pelos usuários serem auto declaratórias. Para ajudar a sanar estes espaços de vazamento, são apontadas algumas atitudes dos próprios operadores e gestores de programa, como a atenção dos digitadores para dados incomuns e o posterior acionamento das assistentes sociais para que seja agendada uma visita.

Eles fazem o cadastro e se no cadastro for percebido que essa pessoa tá omitindo informação, aí o cadastrador pega a fichinha do beneficiário e também nos entrega pra fazer a visita e constatar as informações que são prestadas no ato do cadastro. Aí nosso trabalho é mais voltado nessa área LETÍCIA, entrevista, 20/11/15.

Além do não vazamento do programa, a atuação descrita no CGBF também se volta para garantir uma baixa ineficiência, ou seja, que as famílias elegíveis para o programa tenham

acesso ao mesmo. É possível perceber a preocupação em garantir que o máximo possível de famílias dentro das regras do programa tenham acesso ao benefício no modo como o recebimento ilegítimo é condenado expressivamente por poder ocasionar no não recebimento do benefício por uma família elegível. Dentre as atitudes voltadas para garantir a baixa ineficiência descritas pelos entrevistados uma das mais destacada é a recente reestruturação da forma em que são disponibilizados os serviços relativos ao PBF em Caruaru em direção a uma descentralização.

De acordo com Alexandre (Entrevista, 20/11/15), Letícia (Entrevista, 20/11/15) e Mariane (entrevista, 08/12/15), as atividades relativas ao PBF em Caruaru eram centralizadas no CGBF, o que impunha um distanciamento em relação às comunidades mais afastadas do centro urbano, onde este se encontra. Segundo os entrevistados, em 2013 ocorreu um processo de descentralização, com as atividades de cadastramento e acompanhamento do PBF passando a também serem realizadas nos CRAS espalhados pelas zonas urbanas e rurais de Caruaru. De acordo com as declarações, o processo de descentralização teve como objetivo ampliar o atendimento e o aproximar dos usuários:

Então esse trabalho, vem fazendo justamente com ampliação da área de atendimento com os CRAS, que a gente tem conseguido abranger a região que era mais afastada, que é zona rural. A gente, justamente, começou a atingir essas comunidades que era mais difícil vir até aqui. [...] O CRAS, vamos dizer assim, é a porta de entrada. Como está dentro da comunidade, ou seja, mais próximo a essas comunidades justamente carentes, então é mais fácil para ele identificar esse público alvo (ALEXANDRE, entrevista, 20/11/15).

Para Helal e Neves (2010) o sucesso da focalização do PBF certamente se deve ao desenho institucional do programa, considerando pouco provável que este sucesso esteja relacionado a ações individuais, já que isso não é observado frequentemente em outras instâncias e ações públicas. No entanto, as descrições aqui analisadas sugerem que aspectos de ações individuais, além dos institucionais, também podem estar contribuindo para a focalização do programa, ao menos no contexto de Caruaru. As descrições das atividades dos entrevistados, em geral, relacionam-se a focalização, seja nas tentativas de aproximar-se do público alvo, seja no acompanhamento das assistentes sociais, ou na atenção com dados irregulares nos cadastros, com pode ser verificado nas entrevistas apresentadas até aqui.

Deve-se ressaltar que os entrevistados também destacaram alguns aspectos institucionais como importantes para a focalização do programa, como melhoria nos

cruzamentos de dados públicos na etapa das declarações dos usuários destacadas por Alexandre ou nas atividades de fiscalização, enfatizadas por Letícia:

Por que o procedimento correto é: tudo que é declarado aqui é enviado online através da para o MDS onde ele vai fazer todo o cruzamento de dados né, pelo CPF, pela carteira de trabalho, pra ver se aquela família, realmente o que declarou no Cadúnico é verdadeiro ou se ela tem uma renda extra (ALEXANDRE, entrevista, 20/11/15).

Está melhorando a área de fiscalizar, de fiscalizar essas famílias porque eram muitos benefícios indevidos, pessoas que chegavam aqui e omitiam informação (LETÍCIA, entrevista, 20/11/15).

Os elementos institucionais que contribuem para a focalização são geralmente apresentados em tom positivo e de aprovação. Estas considerações apontam que valores e ações individuais dos envolvidos na gestão e operacionalização do PBF, ao menos no contexto de Caruaru, também estão voltadas para a focalização.

Apesar da ênfase na descrição das atividades da assistência social no CGBF estar na operacionalização dos acompanhamentos, em alguns momentos também são descritas ações que são definidas como de “conscientização” dos beneficiários. Talvez em decorrência do próprio processo de acompanhamento, também são demonstradas preocupações com as atitudes e motivações dos beneficiários, que podem, de acordo com os entrevistados, se conformar com sua situação presente e não ter interesse em sair de uma condição de dependente da Assistência Social:

Mas nós explicamos pra eles, é melhor você estar estabilizado, com carteira assinada, do que ganhar um complemento de renda. Porque você sabe que o bolsa família não um salário que vá suprir (LETÍCIA, entrevista, 20/11/15).

A gente tá sempre batendo na informação que é melhor voltar aos estudos do que arrumar um emprego, ter mais chances pra trabalho do que depender do bolsa família. Essa questão de conscientização, atinge um percentual, mais a gente queria atingir mais alto, né (MARIANE, entrevista, 08/12/15).

Apesar de estarem presentes, estas atividades voltadas para orientação dos beneficiários foram pouco citadas. A ênfase dada nas descrições das atividades sempre estava ou nas ações operacionais de cadastramento ou de acompanhamento.

Esse caráter de conscientização está presente no próprio desenho institucional do PBF, já que o mesmo conta com condicionalidades voltadas para a estruturação das famílias em termos educacionais e relativos à saúde. Além disto, o MDS (2016a), afirma que um dos eixos

do PBF é sua ligação com programas complementares voltados para o desenvolvimento das famílias e que devem colaborar para que as estas superem sua situação de pobreza. Nestes termos, orientações que versam, como apresentado nas falas das assistentes sociais, sobre a importância do trabalho e da qualificação profissional são complementares do elemento de estrutura familiar, ao mesmo tempo em que fazem ligações necessárias entre o PBF e os chamados programas complementares.

No entanto, como já foi discutido, a ênfase de atuação no CGBF está nas questões operacionais. Esta percepção foi confirmada em entrevistas com beneficiários do programa que usufruíam das atividades do PBF no centro de gestão. Quando questionados se o PBF oferecia outros incentivos, além do benefício financeiro, os beneficiários que utilizam os serviços no contexto do CGBF declaram ser apenas o incentivo financeiro. Estes beneficiários utilizavam, e estavam cientes, apenas das atividades operacionais do programa, atividades de cadastramento e acompanhamento para eventuais desbloqueios. Assim sendo, a forma como os usuários desfrutam dos serviços no Bolsa Família é condizente com as descrições das atividades por parte daqueles que participam da gestão e operacionalização do programa neste contexto.

Por sua vez, o processo de descentralização das atividades do PBF em Caruaru estreitou os laços entre o CGBF e os CRAS. A próxima subseção apresenta a discussão relativa as atividades do PBF no contexto dos CRAS, de modo mais específico no CRAS Salgado.

4.1.2 O CRAS

Segundo o MDS (2016c), os CRAS são uma porta de entrada para a Assistência Social, tendo como objetivo fortalecer a convivência com as famílias e comunidades, sendo importante para sua atuação o conhecimento sobre o território e de suas comunidades. Deste modo, os CRAS atuam como organizadores e articuladores da rede e políticas socioassistenciais. Os principais serviços oferecidos nos CRAS são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além de orientações sobre benefícios assistenciais e da inscrição no CadÚnico.

Como descrito por Helal e Neves (2010), a inserção do Estado e das políticas públicas junto a sociedade pode ser um importante elemento para garantir a capacidade de atuação e atingimento do interesse coletivo. Para os autores, o elemento do desenho institucional do PBF que melhor representa essa inserção na sociedade são as prefeituras. Considerando-se a proximidade com as comunidades carentes que os CRAS por definição devem ter e a

necessidade do conhecimento sobre o território e as próprias comunidades para a sua atuação, os CRAS podem representar um importante elemento de inserção das políticas públicas na sociedade.

Testa et al. (2013), por meio de pesquisa realizada com beneficiários em Porto Alegre, destacam o efeito positivo da participação dos beneficiários em atividades de apoio social desenvolvidas pelos CRAS, acreditando que estas atividades contribuem para o desenvolvimento da autonomia das famílias. Desta forma, os autores veem na atuação dos CRAS uma das principais “porta de saída” da situação de dependência da Assistência Social.

Apesar destes indicativos, a descentralização das atividades do PBF para os CRAS teve como objetivo declarado a ampliação e a aproximação do atendimento de comunidades carentes que tinham dificuldade de acesso ao CGBF, localizado próximo ao centro urbano de Caruaru, como relatado por Alexandre (Entrevista, 20/11/15). No entanto, este maior envolvimento dos CRAS também introduz novos elementos na rede de atividades do PBF, como será discutido a seguir.

Mais do que essa inserção na sociedade ou mesmo a ampliação e aproximação do atendimento oferecido pelo PBF para os usuários, o que torna a vinculação das atividades do PBF aos CRAS particularmente interessante para os objetivos deste estudo é o seu caráter de porta de entrada para uma perspectiva mais ampla do Serviço Social. Assim sendo, acredita-se que por meio do CRAS os beneficiários do PBF têm a oportunidade de ter um contato mais amplo com os serviços e benefícios da Assistência Social, potencializando possibilidades de influências sobre aspectos da vida dos beneficiários como o trabalho.

Ao todo, em Caruaru existem dez CRAS, sendo cinco em zonas urbanas e cinco em zonas rurais. A lista completa dos CRAS em Caruaru pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 4 (4) – Relação dos CRAS em Caruaru

CRAS	Localização	Zona
CRAS Rendeiras do cedro	Rua do Cedro, 520-Cedro	Urbana
CRAS Taquara	Vila N.Sra. das Graças, 378-Taquara de Baixo	Urbana
CRAS João Mota	Rua São Nicolau, 126- João Mota	Urbana
CRAS Salgado	Rua Manoel Martins de Araújo, 593- Salgado	Urbana
CRAS Centenário	Rua Profa. Ma. Emília, 460-Centenário	Urbana
CRAS Bonança	Rua do Pacífico, 327- Santa Rosa	Rural
CRAS Itaúna	Vila Itaúna, s/n-2º Distrito	Rural

CRAS Malhada de Pedra	Vila Malhada de Pedra, s/n- 3º Distrito	Rural
CRAS Xicuru	Vila Xicuru, s/n, 4º distrito	Rural
CRAS Pau Santo	Rua João Bezerra, s/n, 1º distrito	Rural

Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em Caruaru (2016)

Diante de limitações de pesquisa, optou-se por concentrar as análises nos CRAS da Zona Urbana, sendo dentre estes escolhido o CRAS Saldado para coleta de dados. A escolha do CRAS Salgado se deu a partir das informações coletadas nas entrevistas preliminares que o apontaram como o maior CRAS em amplitude de atendimento, englobando os bairros do Salgado, o maior de Caruaru, e do São João da Escócia. Além disto, nas entrevistas preliminares o bairro do Salgado também foi apontado como representativo da economia de Caruaru, fortemente baseado em confecções, o que também colaborou para a realização da escolha.

No âmbito dos CRAS Salgado foram realizadas entrevistas com Alda, psicóloga e coordenada neste CRAS e com Daniele, assistente social e técnica de referência do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. De acordo com o apresentado na seção anterior, desde a descentralização, as atividades de cadastramento e acompanhamento realizadas no CGBF também passaram a ser realizadas nos CRAS. Para tal, estão disponíveis diariamente dois cadastradores, um no turno da manhã e outro no turno da tarde. Com relação ao acompanhamento das assistentes sociais se trabalha com um sistema de revezamento entre os CRAS. Duas assistentes sociais vinculadas ao CGBF realizam atendimentos nos CRAS, uma responsável pela zona rural e outro pela zona urbana. As assistentes circulam pelos CRAS, estando presentes um dia da semana em cada CRAS, de modo que todos sejam contemplados.

A assistente social do CGBF responsável pela zona urbana é a Mariane, já apresentada na seção anterior. Conforme já discutido, as atividades de acompanhamento das assistentes sociais no CGBF, também no CRAS, parecem estar também restritas ao acompanhamento operacional das condicionalidades, relacionando-se a liberações, bloqueios e cancelamentos. Nestes termos, não há distinção considerável entre os serviços, e o modo como estes são desempenhados, de cadastramento e acompanhamento nos âmbitos do CGBF ou dos CRAS, a não ser a maior aproximação com a comunidade. No entanto, o fato dos beneficiários procurarem os CRAS abre oportunidades para novos contatos além daqueles restritos a questões operacionais do PBF.

Em todos os dias em que o pesquisador esteve presente junto ao CRAS foi observado uma presença constante de beneficiários, tanto no turno da manhã quanto no da tarde. Essa presença junto ao CRAS pode ser decorrência do fato de as visitas terem ocorrido durante o

período de cadastramento obrigatório das famílias. No entanto, já demonstra indícios de que beneficiários do PBF começam a se aproximar e utilizar os serviços do CRAS. Alguns dos beneficiários posteriormente entrevistados informaram que aquela era sua primeira visita ao CRAS e que esta havia sido motivada pela descoberta da possibilidade de renovação do cadastro do PBF também ali.

Entre os serviços oferecidos especificamente pelo CRAS Salgado, conforme observado durante as visitas e relatado nas entrevistas, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um elemento de destaque. De acordo com o que foi apresentado por Daniele (entrevista, 20/11/15), assistente social do CRAS, o Serviço de SCFV é um desenrolar dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), agora unificados em um único sistema de fortalecimento de vínculos. Como parte do SCFV, no CRAS do Salgado são oferecidas aulas de dança, balé e violino. Existe também um anexo em um loteamento chamado Fernando Lira, onde são oferecidas aulas de capoeira, hip-hop e teatro.

De modo condizente com as análises apresentadas na subseção anterior, Daniele (entrevista, 20/11/15) relatou que os beneficiários têm a percepção de que as atividades do PBF se limitam apenas ao cadastro. Ainda de acordo com a entrevistada, essa percepção, ou mistificação, da restrição das atividades relativas ao programa são desafiadas dentro do contexto do CRAS, onde os usuários são apresentados desde os primeiros contatos com outros benefícios e componentes da rede de Assistência Social.

Inclusive assim, essas pessoas que vem para o bolsa, nós já oferecemos os serviços, explicamos que o bolsa só não é um... E assim, a instituição, ela só não é para o cadastro do bolsa, porque foi mistificado (que é) (DANIELE, entrevista, 20/11/15).

Durante as observações do trabalho de campo ficou claro que a atuação no CRAS é menos limitada às questões operacionais, com os elementos de orientações e ligações com outros serviços sociais desempenhando um papel mais central. Em todos os atendimentos de beneficiários que foi possível acompanhar, ainda que o motivo da visita fosse apenas a atualização de cadastro, os beneficiários passaram não apenas pelos cadastradores, mas também foram atendidos pelas assistentes sociais do SCFV.

Também são desenvolvidas outras atividades em termos de acompanhamento das condicionalidades, de modo que o atendimento não se limita a passagem pela assistente social do CGBF, que atente às terças-feiras no âmbito do CRAS Salgado, para que seja efetuado o desbloqueio. Formam-se grupos de reuniões com os usuários para discutir as condicionalidades,

onde são apresentados relatos de vida e discussões sobre as estruturas familiares, de modo que é dada uma ênfase ao papel estruturante do PBF para as famílias, e é sob essa ótica que as condicionalidades são percebidas e apresentadas:

A gente também faz reuniões periódicas, descumprimentos de condicionalidades do bolsa família, que são as condicionalidades que o governo impõe as famílias, não de forma a bloquear, ou cancelar o benefício, mas de futuramente, de garantir um futuro melhor, porque a exigência é de acompanhamento na saúde e na educação. Aí a gente sempre tá orientando as famílias com essas questões, não só dizer que o benefício é x por mês, que vai suprir as necessidades, entendeu, sempre a gente tá orientando nessa base (DANIELE, entrevista, 20/11/15)

Estas observações sobre o papel das condicionalidades apresentadas por Daniele, são coerentes com aquele definido pelo MDS (2016a), ou seja, como forma de garantir o acesso dos beneficiários aos serviços públicos. No entanto, mais do que enfatizar o papel das condicionalidades, muitas das atividades desempenhadas no âmbito do CRAS versão sobre uma perspectiva ampla do Serviço Social, como pode ser observado na fala de Daniele abaixo:

Só que aí a gente procura informar essas pessoas a tarem contribuindo com o INSS como dona de casa ou dono de casa de baixa renda, né, pra que futuramente, ou até num acidente de trabalho. E aí a gente fala de todos os benefícios da previdência, né que estas pessoas contribuía com esse mínimo, que é uma taxinha mínima de trinta e poucos reais, que elas venham a pagar e que ficam acobertadas pela previdência. E também a gente orienta quando ao BPC, que é o benefício de prestação continuada, que essas famílias às vezes trabalham a vida inteira, chega determinado momento, ou que estão doentes, não podem trabalhar mais e que não tem nenhuma seguridade. Então às vezes não tem nem a idade de se aposentar, como nunca contribuía, aí de repente acontece um acidente de trabalho né, fica impossibilitado por algum motivo de doença de trabalhar, então não tem nenhum benefício, não tem nenhuma seguridade. A gente orienta, quanto ao BPC, que são pra pessoas a partir de 65 anos, idosos, que tem esse direito, que nunca contribuiu com o INSS, ou então uma pessoa mais jovem que esteja impossibilitado de trabalhar ou que sofreu algum tipo de acidente, ou algum problema de saúde. Então a gente também orienta essas famílias durante todo o dia na acolhida sobre todos esses benefícios (DANIELE, entrevista, 20/11/15).

As orientações descritas são referentes ao leque de serviços do Serviço Social, versando sobre aspectos como o Benefício de Prestação Continua (BPC) e oportunidades de acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mesmo para trabalhadores informais. Estas observações demonstram como as orientações se relacionam mais claramente com o trabalho

dos beneficiários, seja no sentido de oferecer segurança para aqueles que nunca puderam contribuir com o INSS, seja na articulação de formas de contribuição para garantir uma segurança.

Porém, a maior ênfase na descrição das orientações para os beneficiários foram aquelas relacionadas à qualificação profissional. Cursos profissionalizantes e oportunidades de inserção são temáticas constantemente presentes nas descrições das atividades de orientação, como descrito por Daniele:

Então, as pessoas que moram aqui perto já vêm, já procuram o CRAS aqui, que é mais localizado, mais próximo da casa deles, né. Aí já faz seu cadastro, já faz tudo. E aí a gente já oferece os cursos, tanto, assim Pronatec, agora de ontem pra hoje abriu novamente curso profissionalizante, que passou um tempão, o ano quase todo, que já é pelo governo né. E nós temos aqui, pela secretaria de ação social, também, cursos profissionalizantes pra comunidade. Os usuários que vem procurar o bolsa família a gente também já oferece o serviços da rede, em geral, tanto aqui da instituição, como da rede do território, né. Tem o pessoal das faculdades daqui que disponibilizam alguns serviços também, a ASCES, a UNIFAFIP, a gente também passa essas informações, pra os usuários, pra eles se beneficiarem. (DANIELE, entrevista, 20/11/15)

As orientações versam sobre oportunidades de qualificação e inserção profissional e abrangem tanto programas públicos, de âmbito federal até o local, como parcerias com instituições privadas. Durante um momento da entrevista, o pesquisador pôde acompanhar as orientações dadas a uma ex-beneficiária sobre oportunidades de cursos e programas de Menor Aprendiz para seus filhos, havendo oportunidades de pré-cadastro na própria instituição.

Esta ênfase dada às orientações sobre qualificação e inclusão profissional relaciona-se de modo mais claro como proposta de articulação entre o PBF e os chamados programas complementares. De acordo com o MDS (2016a) a articulação do PBF com os programas complementares visa possibilitar o desenvolvimento das famílias, sendo um importante elemento para que estas consigam superar a situação de vulnerabilidade. A atuação nos CRAS parece potencializar oportunidades de uma necessária ligação entre estes programas complementares e os beneficiários.

Após análise da estrutura do PBF, Licio, Mesquita e Currallero (2011) verificaram que não há uma verdadeira convergência das ações dos programas complementares para os beneficiários do PBF, já que existem definições pouco claras de como e porque esta convergência deve ocorrer. Os autores apontam como uma das dificuldades para que essa convergência ocorra o fato de que muitos desses programas não estão acostumados a trabalhar com as famílias mais pobres e têm dificuldades em compreender os beneficiários como público

prioritário de suas ações. Certamente que apenas uma melhor articulação entre os CRAS e o PBF não é suficiente para promover a convergência necessária entre os programas complementares e os beneficiários, já que esta convergência depende, entre outros fatores, de melhores articulações intersetoriais e ampliações, porém, conforme indicado nas entrevistas, pode representar um ponto de encontro entre as partes envolvidas nesta relação.

De modo coerente com o que foi observado até aqui, quando questionados se o PBF oferece apenas os benefícios financeiros, os beneficiários atendidos no âmbito do CRAS frequentemente relataram haver outros benefícios. Os principais exemplos de outros benefícios citados pelos beneficiários foram os serviços do SCFV, como as aulas de dança, balé e violino, e os cursos profissionalizantes. Como discutido na seção anterior, quando apresentados como a mesma questão, usuários que buscaram atendimento no CGBF frequentemente relataram que o único benefício do PBF é o financeiro.

A partir das entrevistas, acredita-se que a integração entre as atividades do PBF e os CRAS, ao menos no contexto analisado, conferiu novos contornos a relação com os usuários, ajudando a ultrapassar um caráter enfaticamente operacional. Dentre as orientações, destacaram-se aquelas relacionadas à oferta de cursos profissionalizantes, proporcionando uma possibilidade de ligação com os chamados programas complementares. Os programas complementares identificados no contexto de Caruaru referem-se principalmente a rede de oferta de cursos profissionalizantes ligados ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho).

Na próxima seção é apresentada uma análise da rede de oferta de cursos, tanto aqueles relativos ao programa federal Pronatec como aqueles oferecidos pela gestão municipal, participantes da rede de inclusão produtiva, incluídos no Acessuas.

4.1.3 Acessuas Trabalho

De acordo com o MDS (2016d) o objetivo do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) é promover a acesso de usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho, sendo executado em parceria com as secretarias de assistência social dos municípios e do Distrito Federal. As ações do Acessuas Trabalho envolvem articulação de políticas públicas e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social para oportunidades de inclusão produtiva existentes nos municípios,

havendo articulação de parcerias com órgãos e entidades governamentais e não governamentais, conforme descrito pelo MDS (2016d).

Num esforço de caracterização da rede de oferta de cursos profissionalizantes, ligados ao Acesso ao Trabalho, aos beneficiários do PBF em Caruaru foram realizadas entrevistas com a coordenadora do setor de Inclusão Produtiva do município de Caruaru, Sonia Ramos, e com um instrutor da oficina de corte e costura oferecida no Centro de Qualificação Profissional (CQP) 3. Vale destacar que o setor de Inclusão Produtiva está ligado ao Acesso ao Trabalho e é de responsabilidade da Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais, mesma secretaria responsável pela gestão do PBF em Caruaru. Além disto, foram analisados informes disponíveis no *website* da prefeitura de Caruaru.

Para a coordenadora do setor de inclusão produtiva Sônia Ramos (entrevista, 27/11/15), a rede de oferta de cursos profissionalizantes em Caruaru pode ser dividida em duas categorias. A primeira categoria é formada pelos cursos ofertados pelo governo federal por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Na segunda categoria estão as oficinas ofertadas pela Secretaria da Criança, Adolescente e Políticas Sociais.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) (2016), entre os objetivos do Pronatec estão a expansão, interiorização e democratização de cursos de educação profissional e tecnológica. Os beneficiários dos programas de transferências de renda estão entre o público alvo do Pronatec declarado pelo MEC (2016), portanto, possuem relação direta com os mesmos e, por isso, neste estudo tomaram papel significativo na medida em que se ligam com questões de trabalho dos envolvidos. Os cursos do Pronatec são financiados pelo governo federal e podem ser ofertados por instituições públicas de educação profissional, científica e tecnológica, tanto de nível federal, estadual como municipal. Os cursos também podem ser ofertados pelas instituições do sistema S, tais como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR, e mesmo por instituições privadas, desde que devidamente habilitada pelo MEC (MEC, 2016).

De acordo com Sônia Ramos (Entrevista, 27/11/15), após a identificação de que muitos usuários da rede de Assistência Social não dispunham da escolaridade mínima exigida para participar cursos oferecidos pelo Pronatec, deu-se início a um projeto de capacitação profissional de nível municipal. A partir deste projeto a Secretaria da Criança, Adolescente e Políticas Sociais passou a oferecer oficinas de capacitação profissional, já que a secretaria municipal não poderia disponibilizar cursos certificados por não ser uma instituição de ensino. Ainda que oficialmente sejam disponibilizadas oficinas e não cursos certificados, em todos os momentos, inclusive em informes da prefeitura, a nomenclatura utilizada é a de cursos, como um meio para legitimar e atrair os usuários.

Ainda de acordo com Sônia Ramos (Entrevista, 27/11/15), as oficinas, ou cursos, como são chamados, são de curta duração, tendo duração máxima de 12 semanas. A escolha das oficinas de capacitação privilegia aquelas que tenham maior capacidade de geração de um retorno financeiro imediato. De acordo com a Prefeitura de Caruaru (2016), as oficinas ofertadas são: corte e costura, assistente de cabeleireiro, manicure, pedicure, bolos e tortas, doces e salgados, confeitaria, design de sobrancelhas, *biscuit*, entre outros.

Segundo os informes da Prefeitura de Caruaru (2006), existem três Centros de Capacitação Profissional (CCP) em Caruaru onde as oficinas de capacitação profissional ocorrem. Além dos CCP, algumas destas oficinas são lecionadas dentro das estruturas dos CRAS ou em espaços disponibilizados pelas comunidades interessadas. As inscrições ocorrem nos CRAS, havendo a obrigatoriedade de apresentação do Número de Inscrição Social (NIS), de modo a limitar o acesso aos usuários do Serviço Social. De acordo com Sônia Ramos (Entrevista em novembro de 2015), os beneficiários do PBF são o público preferencial das oficinas de capacitação, sendo a possibilidade de focalização nos beneficiários uma das justificativas apresentadas para as inscrições serem realizadas nos CRAS, que poderiam selecionar melhor este grupo dentro das comunidades. Mais uma vez se evidencia a ligação entre os programas complementares e os CRAS.

A divulgação dos cursos/oficinas oferecidos tanto pelo Pronatec quanto pela Secretária da Criança, Adolescente e Políticas Sociais ocorre através do *website* da prefeitura de Caruaru. As primeiras divulgações datam de janeiro de 2014, desde então foram divulgadas 1.198 vagas para cursos que vão de mestre de obras a assistente de cabeleireiro. Deste total, 478 vagas correspondem a cursos ofertados pelo Pronatec em parceria com o SENAI ou o SENAC. As restantes 720 vagas foram ofertadas pela Secretaria, por meio de suas oficinas. Tanto os cursos do Pronatec quanto as oficinas da Secretaria são exclusivas para usuários da Assistência Social, havendo a necessidade de apresentação do NIS. Adicionalmente, os cursos do Pronatec exigem escolaridade mínima de ensino fundamental completo, ou incompleto em alguns casos. Já as oficinas da Secretária demanda apenas que os candidatos saibam ler e escrever, com algumas oficinas demandando escolaridade mínima de fundamental incompleto e outras não apresentado qualquer exigência de escolaridade. Na tabela abaixo poder visualizado todos os cursos/oficinas presentes nos informes da prefeitura de Caruaru, bem como o número de vagas e órgãos ofertantes respectivos (PREFEITURA DE CARUARU, 2016).

Quadro 5 (4) – Cursos e oficinas ofertados pela rede de inclusão produtiva desde 2014

Data	Cursos/Oficinas	Vagas	Orgão ofertante
03/09/2015	Mestre de obras	30	Pronatec - SENAI
03/09/2015	Corte e costura	30	Pronatec - SENAI
03/09/2015	Padeiro	15	Pronatec - SENAI
23/07/2015	Biscuit	-	SCAPS
23/07/2015	Design de sobancelhas	-	SCAPS
23/07/2015	Manicure/pedicure	-	SCAPS
04/02/2015	Trufas e ovos de páscoa	80	SCAPS
04/02/2015	Designer de sobancelhas	80	SCAPS
04/02/2015	Corte e costura	80	SCAPS
04/02/2015	Confeiteiro	80	SCAPS
04/02/2015	Assistente de cabeleireiro	80	SCAPS
04/02/2015	Artesanato com biscuit	80	SCAPS
04/02/2015	Manicura e pedicura	80	SCAPS
04/02/2015	Bolos e tortas	80	SCAPS
04/02/2015	Doces e salgados	80	SCAPS
26/05/2014	Auxiliar administrativo	30	Pronatec - SENAI
26/05/2014	Auxiliar de recursos humanos	30	Pronatec - SENAI
26/05/2014	Costureiro	30	Pronatec - SENAI
26/05/2014	Eletricista	30	Pronatec - SENAI
26/05/2014	Instalador predial de baixa tensão	30	Pronatec - SENAI
26/05/2014	Padeiro	30	Pronatec - SENAI
26/05/2014	Pedreiro de alvenaria	30	Pronatec - SENAI
31/03/2014	Operador de Computador	-	SCAPS
31/03/2014	Costureiro	-	SCAPS
17/01/2014	Auxiliar de Cozinha	19	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Cuidador de idoso	24	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Depilador	20	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Manicure	20	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Auxiliar de Crédito e Cobrança	24	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Operador de Telemarketing	24	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Recepcionista	20	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Vendedor	24	Pronatec - SENAC
17/01/2014	Cabeleireira Assistente	38	Pronatec - SENAC

Fonte: Elaborado a partir de informações disponíveis no *website* da Prefeitura de Caruaru (2016)

Segundo os participantes da gestão ou da operacionalização dos cursos/oficinas, existe uma ampla procura pelos mesmos, com as vagas sendo preenchidas em poucos dias após a divulgação. Considerando que Caruaru conta com 32.917 (MDS, 2015) titulares beneficiados com o PBF, não considerando dependentes, o número de vagas ofertadas seria suficiente para apenas 3,6% dos usuários titulares no município.

Dentre os beneficiários posteriormente entrevistados, apenas duas beneficiárias haviam participado de uma das oficinas, corte e costura, enquanto uma terceira estava participando no período em que a entrevista ocorreu. Por sua vez, nenhum beneficiário havia concluído algum curso oferecido pelo Pronatec e apenas uma beneficiária estava cursando um dos cursos oferecidos pelo Pronatec, o curso de auxiliar de enfermagem, no período em que ocorreu a

entrevista. Deste modo, verifica-se que o acesso de beneficiários aos cursos e oficinas tem ocorrido de modo bastante limitado. Considerando que o MDS (2016a), atribui a articulação com os programas complementares um importante papel para o desenvolvimento e a superação da situação de vulnerabilidade das famílias beneficiárias, este acesso limitado aos cursos e oficina indica uma limitação em seu potencial de interromper o ciclo da pobreza, um dos objetivos declaradas pelo programa.

Licio, Mesquita e Currallero (2011) destacam que a fragmentação dos programas complementares e sua não clara convergência para os beneficiários tem produzido um problema de escala, ou seja, que os beneficiários atendidos pelos programas complementares se mantêm na faixa dos milhares enquanto os beneficiários do PBF como um todo estão na faixa do milhões. Os resultados desta pesquisa corroboram essas constatações, indicando a necessidade melhores articulações entre os programas complementares, que são oferecidos por diversos órgãos nos três níveis do governo, provendo uma real convergência desses programas para os beneficiários, além de uma ampliação de seus escopos. Neste sentido, Licio, Mesquita e Currallero (2011) veem como o grande desafio priorizar os beneficiários do BPF de modo abrir novos espaços de inclusão e ampliar os existentes.

Após a caracterização da estrutura de oferta dos serviços do PBF família em Caruaru, na próxima seção é apresentado o perfil dos beneficiários participantes desta pesquisa.

4.2 Os beneficiários participantes da pesquisa

O perfil dos beneficiários foi traçado a partir de informações coletadas por meio de entrevistas. Estas entrevistas ocorreram no CGBF, no CRAS Salgado e no Centro de Qualificação Profissional (CQP) 3. Foram realizadas 35 entrevistas com beneficiários titulares, das quais 13 ocorreram no CGBF, 18 no CRAS Salgado e 4 no do CQP 3.

Apenas um dos entrevistados era do gênero masculino, ou seja, as 34 entrevistas restantes foram realizadas com mulheres. Esse predomínio de mulheres na pesquisa reflete o fato das mesmas serem as titulares preferencias do PBF. O único homem participante da pesquisa não era casado, certamente motivo pelo qual era titular do benefício.

Dos 35 beneficiários somente 26 informaram sua idade, dentre estes a idade média foi de 35,73 anos, variando dos 23 aos 46 anos. Por sua vez, 30 dos entrevistados informaram há quanto tempo recebem o benefício, sendo em média há 8,13 anos. Considerando que o PBF foi criando em 2003, em 2015, ano em que foram realizadas as entrevistas, ele completou 12 anos

de existência. Assim sendo, os beneficiários, participaram, em média, de mais de dois terços da história do programa. Entre os 30 beneficiários que declararam há quanto tempo recebiam o benefício, 12 recebem o benefício desde sua criação.

No que se refere ao estado civil, 15 beneficiários se declararam casados ou participantes de uniões estáveis (42.86%), 11 se declaram solteiros (31.43%), 9 se declaram divorciados (25.71%) e um beneficiário se declarou viúvo (25.71%).

Apenas dois entrevistados não possuem filhos, sendo um deles o único homem entrevistado. As restantes 33 entrevistadas possuem entre um e seis filhos, sendo 2,4 a média de filhos por beneficiária. Também foi possível verificar em que idade 22 entrevistadas tiveram seus primeiros filhos, dentre estas, a mais jovem tinha 13 anos quando teve seu primeiro filho, enquanto a mais velha tinha 28 anos. Em média, as beneficiárias tiveram seu primeiro filho aos 20 anos. Dentre as 33 beneficiárias que têm filhos, 19 se declararam solteiras ou divorciadas, o que significa que mais da metade das famílias são monoparentais. Em todos estes casos os filhos estão sob os cuidados das mães.

Já no que se refere à escolaridade dos entrevistados, a grande maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto. Oito entrevistados não informaram sua escolaridade, entre os demais, 21 possuíam apenas o ensino fundamental incompleto ou eram analfabetos, o que equivale a 77,8% dos que declaram. Quatro entrevistados declaram ter o ensino fundamental completo (14,8%) e apenas dois declaram ter o ensino médio completo (7,4%)

O perfil dos beneficiários traçado até aqui é resumidamente apresentado no quadro 6.

Quadro 6 (4) – O perfil dos beneficiários participantes da pesquisa

	Número de beneficiários	Porcentagens
Local da entrevista		
CGBF	13	37.14%
CRAS	18	51.43%
CQP	4	11.43%
Sexo		
Feminino	34	97.14%
Masculino	1	2.86%
Escolaridade		
Fundamental Incompleto	21	60.00%
Fundamental	3	11.43%
Médio	2	5.71%
Superior	0	0.00%
Não informou	8	22.86%

Beneficiários que possuem filhos	33	94.29%
Número de filhos		
Possui 1 filho	3	8.57%
Possui 2 filhos	19	54.29%
Possui 3 filhos	6	17.14%
Possui 4 filhos	3	8.57%
Possui 5 filhos	1	2.86%
Possui mais que 5 filhos	1	2.86%

Fonte: Elaborado a partir de entrevistas

Como pode ser observado na análise, a maior parte dos beneficiários entrevistados é composta por mulheres, mães solteiras ou divorciadas e com pouca escolaridade. Vale ressaltar que este perfil é condizente com os perfis traçados por Feijó e Pires (2015), em pesquisa com beneficiários em Campinas (SP), e por Caloto e Mariano (2012), em pesquisas com beneficiários residentes em Londrina (PR) e Uberlândia (MG). Após a elaboração deste perfil, na próxima seção é apresentado e discutido o trabalho dos beneficiários.

4.3 O trabalho dos beneficiários

O terceiro objetivo específico deste estudo foi descrever as relações de trabalho das quais os beneficiários do Programa Bolsa Família participaram antes da inclusão do programa. A descrição das relações de trabalho dos beneficiários foi construída a partir de entrevistas semiestruturadas com os mesmos. A análise de conteúdo dos relatos destas relações de trabalho, bem como o aporte do referencial teórico, levou a construção de quatro categorias de análise, a saber: Relações de trabalho tradicionais, Trabalho informal, Subcontratações e terceirizações, e Baixa qualificação profissional.

Por sua vez, o quarto objetivo específico foi descrever as relações de trabalho que os beneficiários têm participado desde a inclusão do programa. Para a construção desta narrativa também foram utilizadas as informações coletadas por meio das entrevistas e o aporte teórico. A análise das descrições revelou a persistência das mesmas categorias, com o acréscimo da categoria Trabalho regulado.

Objetivando-se evitar descrições repetitivas, a apresentação das relações de trabalho dos beneficiários foi construída a partir das categorias de análise. Como tal, em cada categoria se

discute as relações de trabalho antes da inclusão PBF e posteriormente se passa a discussão destas após a inclusão no programa.

A próxima secção apresenta a categoria Relações de trabalho tradicionais.

4.3.1 Relações de trabalho tradicionais

Conforme traçado no referencial teórico, dentre o leque de atividades que poderiam ser consideradas de carácter tradicional, este estudo destaca relações de trabalho em que não está clara a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, podendo não haver distinção também entre local de trabalho e local de moradia, com o trabalho sendo realizado na esfera doméstica e/ou privada, e onde as atividades se voltam primariamente para a satisfação das necessidades e não para a acumulação, estando presente laços famílias e de amizade (WEBER, 1999; GORZ, 2003; CASTEL 2009). Considerando tais características, o trabalho dos beneficiários não pode ser considerado estritamente tradicional, no entanto verifica-se constantemente a presença de traços tradicionais, como será apresentado a seguir.

O início do trabalho dos beneficiários comumente esteve relacionado a laços tradicionais. O trabalho frequentemente se iniciou no âmbito familiar ou de amigos da família. Este aspecto do trabalho pode ser exemplificado nas seguintes descrições:

O que os pais da gente fazia, a gente fazia também (MANUELA, entrevista, 20/11/15).

A primeira vez foi na feira da sulanca. Trabalhando com meu pai, com algumas pessoas, pegava peças, vendia no baleio, tudo junto. (LAURA, entrevista, 20/11/15)

Desde os 13 anos, pra sustentar meus irmãos e ajudar na casa. Como empregada doméstica. (VALENTINA, 20/11/15)

Eu sempre trabalhei em casa de família, ajudava alguém quando precisa, na minha família mesmo. [...] É, com atividade doméstica. (BRUNA, entrevista, 08/12/15)

Como pode ser observado, as atividades remuneradas desempenhadas pelos beneficiários, realizavam-se fortemente ligadas ao contexto familiar. Uma parte considerável das atividades descritas era executada no próprio contexto de moradia e residência e mesmo atividades desempenhadas fora do contexto de moradia, como as atividades de venda em feiras se deviam com a participação da família ou amigos da família, como vizinhos. Exemplo disto

foram as atividades ligadas à produção de confecção, setor em que as atividades descritas frequentemente aconteciam na própria residência. Na confecção, a atividade mais desempenhada pelos beneficiários entrevistados foi o “tirar pelo”, também denominado de limpar peça, que consiste basicamente em remover os restos de linhas que ficam nas peças de vestuário após a confecção com a utilização de um alicate, sendo um trabalho realizado na própria residência, predominantemente por mulheres. Nas seguintes falas, Bárbara e Sofia descrevem com suas atividades de “tirar pelo” antes da inclusão no PBF:

Às vezes eu limpo peça em casa, acho que eu tinha uns 12 anos (BÁRBARA, entrevista, 27/11/15)

Assim, eu sempre ajudei minha mãe, né. Quando me casei comecei fazendo esses bicos tirando pelo, pra ajudar. (SOFIA, entrevista, 20/11/15)

Principalmente quando consideramos os trabalhos dos beneficiários ligados às atividades de confecção, pode-se falar de um retorno, ainda que precário, a alguns aspectos dos laços tradicionais de trabalho apresentados por Weber (1999) e Gorz (2003). Os trabalhos na confecção, via de regra, são realizados na esfera doméstica, distinções entre o tempo de trabalho e o tempo de vida não são tão claras, com atividades de trabalho e familiares se sobrepondo. O trabalho também parece estar voltado à satisfação das necessidades, ou a subsistência, já que a acumulação não parece ser uma opção nem mesmo dada. Deve-se destacar, porém, que este “retorno” a uma produção mais tradicional, marcadamente domiciliar, acontece de modo precário, com os trabalhadores não tendo controle sob o ritmo de sua produção em consequência de um sistema de mínimos pagamentos por produtividade, o que torna a melhor conciliação entre tempo de vida e trabalho precária. Esta discussão será retomada mais adiante.

Por sua vez, as atividades de caráter doméstico, como atividades de faxina, lavagem de roupa para terceiros e trabalhos domésticos, são sempre realizadas na esfera privada e não pública. Como defende Gorz (2003), um dos elementos do trabalho capitalista moderno é que ele se realiza na esfera pública e não mais na privada. Exemplar do caráter privado do trabalho doméstico das beneficiárias é o termo “trabalhando em casa de família”, que foi frequentemente escolhido para descrever estas modalidades de atividades por beneficiários antes de ingressarem no PBF.

Vale destacar que apenas beneficiárias mulheres, mesmo quando consideramos o trabalho de cônjuges e filhos, relataram desempenhar atividades domésticas, fato que demonstra como a ocupação destas atividades é predominantemente feminina. De modo coerente com o

que foi observado no trabalho das beneficiárias, Hirata (2009) argumenta que algumas profissões tidas como tradicionalmente femininas, como os trabalhos domésticos, são consideradas como pertencentes à esfera privada, ou mesmo a intimidade, e não como trabalhos profissionais, sendo associados a ideias de servidão, o que pode contribuir para que estas atividades sejam frequentemente precárias. A autora defende a necessidade de trazer para o debate público estas atividades tidas como femininas e realizadas na esfera privada, transformando o trabalho doméstico em trabalho mercantil e conferindo-o reconhecimento social e financeiro.

O que foi observado nos relatos das relações de trabalho a partir da inclusão no PBF, é que os beneficiários também têm se mantido em relações de trabalho que apresentam aspectos tradicionais, como será demonstrado a seguir. A maior parte dos beneficiários entrevistados continua realizando suas atividades na esfera privada, ou em seus domicílios ou em domicílios de terceiros. Certamente a atividade de “tirar pelo” é emblemática nesse aspecto, por isso, iniciaremos esse debate por ela.

Conforme descrito pelas beneficiárias e observado pelo pesquisador no campo, “tirar pelo” é uma atividade que ocorre predominantemente em casa, como já foi ressaltado. Uma facção, unidades produtivas que frequentemente são subcontratadas por empresas maiores para a realização de etapas da produção de confecção, ou terceiros enviam as peças prontas para as casas daqueles que irão retirar os pelos. A descrição desta atividade pelas beneficiárias pode ser conferida a seguir.

É assim, o fábrica entrega as peças em casa, de roupa, bermuda essas coisas, pra tirar aqueles restos de linhas, entendeu, aí a pessoa tira aquelas linhas todinhas, limpa pra entregar. (BEATRIZ, entrevista, 20/11/15)

É assim, as peças a mulher manda, pode ser short, calça, saia, aí tem os pelo, é tirar aquelas linhas que tá na peça pra depois entregar. (Larissa, entrevista, 20/11/15)

É de confecção. As peças vai pra minha casa pra tirar os pelo (GABRIELA, entrevista, 20/11/15)

É assim, é galpão bem grande, lá na rua que eu moro, é umas sete pessoas, assim, juntos que trabalham, umas sete mulheres. Aí quanto mais eu fizer, eu ganho, pelo aquilo que eu faço. [...] Não é uma colega da gente lá, uma vizinha, que ela cedeu pra gente, ela faz também, sabe. A gente faz tudo junto. [...] Só lá mesmo, que é vizinho da minha casa, é vizim. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

São de uma fábrica ali de Caruaru. [...] É, eles manda pra gente pra poder aprontar a peça e poder levar pra feira. (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

Ocupação de caráter predominante domiciliar, “tirar pelo” é, também, uma atividade predominantemente feminina, apenas beneficiárias, e em alguns casos suas filhas, relataram exercer essa atividade. Conciliar melhor os espaços da vida com o trabalho é uma das justificativas mais apresentadas pelas beneficiárias para permanecer realizando esta atividade, como narrado nas entrevistas abaixo.

Quando me casei comecei fazendo esses bicos tirando pelo, pra ajudar. Porque pra trabalhar fora com criança pequena [...] É com pelo, porque é assim, que num tô dizendo a você, pra levar menino na escola, trazer, é uma responsabilidade muito grande (SOFIA, entrevista, 20/11/15)

Não, só pelo. Porque eu não confio muito de deixar minhas filhas com ninguém, aí eu preferi ficar. [...] Aí não é muito, eu só trabalho de uma pessoa por causa das meninas, por causa de que qualquer coisa que acontecer com as meninas eu corro e vou resolver, aí só trabalho pra uma pessoa mesmo (AMANDA, entrevista, 08/12/15).

Porque é assim, é um serviço que você faz em casa, você tá vendo o filho, aí você para pra fazer almoço, dá um banho em um pra levar pro colégio (NICOLE, entrevista, 27/11/15).

Eu tiro pelo, em casa, em casa mesmo. Eu vivia cuidando da menina, que a menina é pequena, aí pronto, não fazia nada não, só isso mesmo. [...] Tá indo pra escola. Não é muito perto não, eu levo ela, levo e pego (CAMILA, entrevista, 20/11/15).

Eu mesmo que faço o meu horário, entendeu. Tiro pelo e tomo conta da casa, e pronto (SUSETTE, entrevista, 08/12/15).

Como pode ser observado, as justificativas para “tirar pelo” estão fortemente relacionadas à conciliação com as atividades de manutenção de seus lares e, principalmente, de cuidados dos seus filhos. As responsabilidades familiares parecem ser um indutor para se permanecer na ocupação de tirar de pelos. Muitas destas mães assumiram total responsabilidade por seus filhos, contanto com pouca ou nenhuma colaboração por parte dos pais. Como foi apresentado no perfil dos beneficiários, a maior parte destes é composta por mães solteiras ou divorciadas. Em muitos destes casos os pais deixaram de colaborar com criação de seus filhos, como pode ser observado nas seguintes declarações:

Meu marido não me dá nada porque tá sem trabalhar também, quando ele tem até que dá alguma coisa, mas quando não tem, fazer o que. E eu não posso nem botar na justiça, se ele não tem ele vai me dar o que? Nada (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

Porque eu não sou casada, não vivo com o pai deles, e eu sustento meus filhos. [...] Não ajuda não, só eu mesmo (ISABELA, entrevista, 08/12/15).

Quando ele quer, ele manda. Mas faz uns 3 meses que ele não manda nada. Eu não tenho coragem, assim, de botar ele na justiça... eu não tenho, não, porque é um desgaste. A minha prima botou lá, foi uma confusão. Aí eu digo não, quero não, aí eu deixo pra lá. Quando ele acha que o filho dele merece ele manda, quando não... Minha mãe diz 'vai mulher, atrás mulher'. Aí eu digo 'vou nada, vou não'. Que é pra tá me humilhando, hô, vou nada. Fica dizendo coisa (NILMA, entrevista, 08/12/15).

Estas observações nos ajudam a compreender por que autores como Hirata (2009) e Kalleberg (2009) defendem a ideia de uma divisão sexual da precariedade e porque mulheres são mais propensas a ocupar postos de trabalho precários seja no setor informal, predominante entre os beneficiários, seja no formal, geralmente na forma de empregos em tempo parcial. As beneficiárias têm que encontrar meios de conciliar o cuidado com seus filhos e seus lares com a aquisição de rendas, e a solução para este dilema tem sido a adoção de trabalhos de caráter mais tradicional, realizados na esfera doméstica, no caso deste estudo, majoritariamente o “tirar pelo”.

Feijó e Pires (2015) e Carloto e Mariano (2012) também observaram em suas pesquisas que as beneficiárias, mulheres, frequentemente assumem a maior parte ou toda a responsabilidade por seus lares e a criação dos filhos. Carloto e Mariano (2012) vão além, a indicar que as condicionalidades, quando não acompanhadas de outros serviços públicos que deem suporte as beneficiárias, têm aumentado o peso das atribuições domésticas das beneficiárias, já que estas têm que se encarregar sozinhas para que o cumprimento das condicionalidades ocorra. Como pode ser observado nas falas das beneficiárias já apresentadas acima, as atividades de cuidados dos filhos são a principal justificativa para permanecer numa atividade domiciliar e precária.

Deste modo, assim como Carloto e Mariano (2012), destaca-se a relevância da oferta e ampliação de serviços públicos que aliviem o peso das atribuições domésticas das beneficiárias, tais como creches e escolas em tempo integral, e permitam que as mesmas tenham oportunidades de buscar qualificação e melhores colocações profissionais. No entanto, destaca-se que algumas beneficiárias preferem assumir sozinhas os cuidados com seus filhos, ou nas palavras de Amanda (Entrevista, 08/12/16) “Porque eu não confio muito de deixar minhas filhas com ninguém aí eu preferi ficar”, elemento que denota um caráter cultural no cuidado das beneficiárias com seus filhos.

Considerando-se o caráter domiciliar e a falta de uma clara distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida apresentados até aqui, pode-se considerar uma similaridade entre o trabalho domiciliar na confecção das beneficiárias e as relações de trabalho tradicionais

descritas por Weber (2003) em seu exemplo da produção domiciliar têxtil apresentado no referencial teórico. No entanto, trata-se aqui de um retorno precário, já que na produção têxtil domiciliar pré-capitalista o ritmo da vida determinava o trabalho, resultando em tempos de trabalho e rendas moderadas, por sua vez, nas atividades domiciliares das beneficiárias que trabalham ligadas à confecção, especialmente o “tirar pelo”, o ritmo de trabalho é determinado por uma lógica produtivista de pagamento por peça, que resulta em trabalho intenso, baixíssimos rendimentos e conciliação precária entre tempo de vida e tempo de trabalho. Os seguintes relatos são exemplos de como a lógica produtivista impacta os ritmos e intensidades do trabalho de “tirar pelo”:

O dia todo, às vezes fico até de madrugada. (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

Aí a pessoa fica sem tempo de fazer as coisas em casa, porque quando entrega peça mesmo eles querem pra entregar logo, pra limpar e entregar logo. A pessoa nem tempo de comer tem. (BEATRIZ, entrevista, 27/11/15)

Porque assim, tirar pelo também é um trabalho danado também, trabalho até 11 horas, 11 e meia, tirando pelo, né. Aí cansa de mais, é muito cansativo também (SUSETTE, entrevista, 08/12/15)

Porque você passa a maioria do tempo sentada. E você tira pelo a dez, doze centavos, você passa a noite todinha tirando pelo. (MARJORY, entrevista, 08/12/15)

Estes exemplos demonstram como a relativa autonomia de fazer seu horário de trabalho pode ser enganosa. Conforme pode ser visto, as beneficiárias trabalham em ritmos intensos e com longas jornadas, muitas vezes entrando em turnos de trabalho noturnos. Além de haver uma dupla jornada de trabalho, já que intercalam o “tirar pelo” com outras atividades no cuidado de seus filhos e manutenção de seus lares.

Apenas a beneficiária Amanda (Entrevista, 08/12/16) afirma priorizar suas atividades com os filhos e com seu lar, preferindo manter pouco trabalho. Isso é possível já que Amanda conta com o suporte de seu conjugue que possui uma fonte de renda fixa. Como já discutido, a maior parte das beneficiárias têm que arcar com o sustento de suas famílias de modo independente ou semi-independente, e, considerando o papel do “tirar pelo” na constituição de suas rendas para o sustento de suas famílias, seria difícil optar por trabalhar menos.

Apesar de o “tirar pelo” ser um exemplo extremo, as demais atividades de confecção seguem uma lógica e estruturação semelhante, apenas demandando de um pouco mais de qualificação técnica para sua realização. Dado a necessidade de alguma qualificação profissional e também de um dispêndio financeiro, a compra de uma máquina de costura, apenas

duas beneficiárias relataram costurar em casa. Como pode ser observado, a lógica de trabalho domiciliar é semelhante à já relatada sobre “tirar pelo”:

Aí nesse período eu trabalhava, mas não fichada, assim, clandestino. Costurando na casa dos outros. E agora eu tô em casa, eu entrego a peça pronta, lavada não sabe, só o esqueleto da peça. Quem faz é eu (o horário de trabalho), só depende do que eu produzir (o pagamento) (LAURA, entrevista, 20/11/15).

Era, eu comprei uma máquina, e fiquei fazendo em casa pra poder conciliar cuidar dos filhos. Porque o tempo que eu trabalhei fora foi bem difícil, eu tinha que deixar os filhos, e assim, o que eu ganhava, meu Deus, só dava pra pagar pra cuidar dos filhos, que tinha que pagar pra cuidar do menino, ainda era pequeno, a menina também. Ai agora fiquei fazendo em casa (BRUNA, entrevista, 08/12/15).

Conforme observado nas incursões ao campo e descrito nas entrevistas, a lógica da produção de confecções em facções é predominantemente domiciliar. Geralmente algum cômodo da residência é reservado, são instaladas algumas máquinas de costura e dá-se a início a uma produção. Muitas destas facções foram observadas pelo pesquisador nos entornos dos locais de entrevista, principalmente no bairro do Salgado. O trabalho nestas facções é majoritariamente familiar, podendo outras pessoas serem contratadas para auxiliar na produção. Certamente dadas as exigências de capital financeiro para se dar início, nenhum dos beneficiários possuía uma facção. Dentre os beneficiários, apenas Júlia trabalha em uma facção, de propriedade de seus familiares, assim descrito por ela:

Minha família trabalha mais com fabrico de roupa, eu não sei fabricar é nada [...] trabalhei assim na costura, ajudando eles, assim, quando eu não tenho o que fazer, aí vou lá, ajudo eles, mas pra fabricar, fazer peça pra revender como eles fazem, eu nunca fiz não. [...] Por assim, eles tralham com pedido de peça, aí quando eles têm cliente pra fazer um pedido grande [...] De segunda à sexta e as coisas que eu sei fazer. [...] Eu pego de sete e meia, até meio dia, aí de uma e meia até cinco meia, são 9 horas por dia. Eles determinam o horário porque todo mundo trabalha junto, a família né (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Cabe ressaltar que, como argumenta Harvey (2013), estas práticas de trabalho tradicionais facilitam a exploração do trabalho feminino em termos domiciliares e em tempo parcial, condizente com o que foi observado no trabalho das beneficiárias.

Outro ramo de atividades realizado na esfera privada e domiciliar são as atividades de caráter domésticos prestadas para terceiros. Algumas das beneficiárias do PBF também permaneceram realizando faxinas, lavando roupas e outras atividades de caráter doméstico.

Conforme já discutido, de acordo com Hirata (2009), atividades domésticas, geralmente realizadas por mulheres e na esfera privada, frequentemente são consideradas como atividades servis, com pouco reconhecimento social e financeiro.

É interessante notar os filhos dos beneficiários que já realizam atividades remuneradas têm também, em sua maioria, participado trabalhos com laços tradicionais. Comumente estes filhos têm ingressado em alguma atividade informal, frequentemente relacionada às atividades de costura na confecção, quando consideramos os filhos homens, ou realizado alguma atividade doméstica para terceiros ou iniciado a “tirar pelo”, quando observamos o trabalho das filhas. As seguintes falas são exemplos das ocupações de filhos de beneficiários:

O mais velho estuda e trabalha, ele trabalha com costura também, ele trabalha com o primo dele. Porque comigo eu não tenho com pagar ele, que tá vindo pouca mercadoria. (LAURA, entrevista, 20/11/15)

Vendendo água, num caminhão, o meu mais velho trabalha vendendo água com o padrinho. É informal mesmo (ISABELA, entrevista, 08/12/16)

Meu filho mais velho é travegador, trabalha travecando. [...] Faz esses pontinhos, é de costura né. [...] Minha menina trabalhar de unha de gel, informal. (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

(O filho) trabalha numa confecçãozinha de um amigo dele. O fabrico é dentro da casa do menino, é um fabricozinho, tem duas máquinas só (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

Quando aparece faz, assim, ajudante de pedreiro. O outra tira um pelo, limpa peça em casa (Sobre os filhos de 16 e 19 anos) (BETINA, entrevista, 27/11/15)

Trabalham fazendo faxina, é duas filhas. (SOFIA, entrevista, 20/11/15)

É, ele faz esse bicozinhos de esses negócios de roupa, de travete. Mas não é uma coisa assim também, mas já é um paço pra ele. Mais pra mim, eu queria mesmo que ele se interesse pelos estudos. (EDUARDA, entrevista, 20/11/15)

Como pode ser observado, em muitos casos a inserção dos filhos em atividades remuneradas se dá por vínculos familiares ou de amizade, reforçando o caráter tradicional destas ocupações. De acordo com os relatos dos beneficiários, estes filhos que iniciaram atividades remuneradas frequentemente tiveram problemas em seus estudos, seja o abandono completo dos mesmos, ou o desinteresse e baixo desempenho para corresponder às demandas do trabalho. Outro elemento a considerar é o fato de que famílias em que alguns dos filhos abandonaram seus estudos, geralmente outros filhos também o fizeram. Isto pode indicar a influência dos laços familiares e das inserções em ambientes com relações de trabalho

tradicionais na possibilidade de os filhos continuarem ou largarem seus estudos em prol da execução de atividades com laços tradicionais ou afins.

Além da presença de traços tradicionais, as relações de trabalho descritas pelos beneficiários envolvem majoritariamente a informalidade. A próxima subsecção explora o caráter informal do trabalho dos beneficiários.

4.3.2 Informalidade

De acordo com Lima (2010), o trabalho informal tem passado por uma verdadeira demonização, sendo valorizado como trabalho flexível, por um lado, e como alternativa ao desemprego estrutural, por outro. A presença do trabalho informal em tempos flexíveis é tanta que Antunes (2011) considera esta uma das principais marcas do novo padrão de acumulação, em contraposição ao trabalho regulado e estável.

Certamente a informalidade é uma das características mais presentes nas relações de trabalho nas quais os beneficiários têm tomado parte. No que se refere ao período anterior a inclusão no programa, nenhuma das trajetórias passou por trabalhos regulamentados e formais, todos os trabalhos descritos pelos beneficiários até a inclusão no PBF foram informais. Como informais, estas trajetórias ocorreram a margem de qualquer regulamentação ou garantias sociais, de modo que todas as narrativas apresentam em comum a ausência plena de proteção social e direitos trabalhistas.

Conforme as entrevistas, os beneficiários que moravam em regiões rurais exerceram, de modo geral, atividades no preparo de terras para o pasto e plantio e outras ligadas à agricultura. Já aqueles que pertencem à zona urbana iniciaram sua vida no trabalho por meio de diferentes tipos de atividades. Um quantitativo considerável, doze beneficiários, exerceu atividades domésticas para terceiros. Algumas beneficiárias trabalharam como domésticas fixas, sendo que a maioria apenas exerce atividades esporádicas de faxina ou lavagem de roupa para fora. Dada a vocação particular de Caruaru para as atividades de confecção, a maior parte dos beneficiários exerceram atividades ligadas a este setor, quatorze beneficiários, notavelmente o “tirar pelo”, já discutido anteriormente. Todas estas modalidades de trabalho tiveram em comum o fato de terem ocorrido de modo informal.

Para Kalleberg (2009), a insegurança é um dos principais traços do trabalho precário, correspondendo a um trabalho incerto e imprevisível, com os riscos empregatícios sendo assumidos majoritariamente pelo trabalhador. Certamente é no trabalho informal que este

caráter da ausência de seguridade se manifesta de modo mais contundente, assim sendo, os beneficiários padeciam de insegurança em suas relações de trabalho de diversas naturezas, desde a insegurança da existência do próprio trabalho, que constantemente estava em risco, até inseguranças de rendimentos, que de modo geral, eram extremamente baixos.

Após a inclusão no PBF a informalidade continuou um elemento predominante nas relações de trabalhos dos beneficiários, apenas com relatos pontuais de formalidade. No período em que as entrevistas ocorreram, apenas uma beneficiária e um conjugue ocupavam empregos formais em tempo integral. Os trabalhos são sempre descritos pelos beneficiários de modo direito como “informal”, ou então “bicos” e, em alguns casos, “autônomo”. Consequentemente, os trabalhos continuam a realizar-se às margens de quaisquer direitos e seguridades sociais e trabalhistas.

Entre os beneficiários que trabalham no campo existiu uma continuação das mesmas atividades, ainda ligadas à preparação de terras e ao plantio na agricultura familiar. Existe, no entanto, uma descontinuidade de tais atividades, dada a situação de falta de chuvas, o que dificulta a prática da agricultura, como será discutido posteriormente. Outro caminho traçado pelos beneficiários após a inclusão no programa foi a busca de trabalhos autônomos como vendedores de feiras ou ambulantes. Vale ressaltar que esses tipos de trabalho são os únicos que acontecem fora da esfera privada ou doméstica conforme o relato dos beneficiários. Exemplos de beneficiários que têm participado de tais relações são os das beneficiárias Julia e Eduarda, como pode ser observado abaixo.

Desde que eu entrei no bolsa família eu tenho trabalhado como ambulante. Vendo na feira da Sulanca. Porque faz só um ano que tô aqui. (JULIA, entrevista, 20/11/15)

Só assim, trabalho temporário, é mais, assim, trabalho autônomo. Eu trabalho com feira, com Sulanca, essas coisas (EDUARDA, entrevista, 20/11/15).

Também estão presentes aqueles que continuam exercendo atividades domésticas para terceiros. As atividades domésticas mais frequentemente citadas continuaram a ser a faxina e lavagem de roupas que ocorrem de modo esporádico. Mesmo a atividade de empregada doméstica, de caráter mais permanente, não é comum entre os beneficiários.

Trabalhei também de faxina, depois que cresceu mais, trabalhei com faxina, trabalhei lavando roupa. Tudo isso, já fiz (SOFIA, entrevista, 20/11/15).

Depois eu só faço faxina, quando precisa assim, eu vou, um dia, dois três na semana. Faço faxina e vou embora (ISABELA, entrevista, 08/12/15)

Só faço um bicozinho numa casa de família, mas é só um dia na semana (JULIA, entrevista, 20/11/15).

Quando aparece eu faço, lavo uma roupa, faço uma faxina. (BEATRIZ, entrevista, 27/11/15).

No entanto, a maior parte dos beneficiários, vinte dos trinta e cinco entrevistados, continuou ou passou a trabalhar com atividades ligadas à confecção após a inclusão no PBF. Este grupo se divide entre aqueles que desempenham atividades de costura, apenas quatro entrevistadas, e aqueles que realizam a atividade de “tirar pelo”, contando com dezesseis beneficiárias, grande maioria não só em ocupações com confecções, mas em todo o conjunto de entrevistados.

Como pode ser observado, o trabalho dos beneficiários permaneceu marcado pela informalidade, de modo que as relações de trabalho dos beneficiários continuam a padecer de inseguranças de diversas naturezas. Uma das principais inseguranças enfrentadas pelos beneficiários refere-se à própria existência do trabalho. Não importa que atividade o beneficiário relate desempenhar, a insegurança da existência do trabalho é um elemento frequentemente destacado, desde as atividades rurais até às ligadas à confecção.

Conforme já discutido, os beneficiários da zona rural trabalhavam principalmente em atividades de agricultura familiar. De acordo com os relatos, nestas atividades a existência do trabalho depende em grande parte das condições meteorológicas, o que torna a existência do trabalho bastante incerta, principalmente na região nordeste do Brasil, onde secas são frequentes. As entrevistas ocorreram no período de seca, os relatos dos beneficiários sobre suas situações atuais de trabalho são apresentados abaixo:

Que hoje não dá mais nada né. Por quê? Porque a gente planta sempre né, planta feijão, planta tudo. O sol vem e acaba com tudo. [...] A seca. A gente planta a mandioca e passa dois anos pra colher ela, quando a gente vende um saco de farinha vende por R\$ 100,00. (MANUELA, entrevista, 20/11/15)

É, mas é muito pouco. Hoje em dia os empregos aparecem muito pouco demais. A agricultura parou muito, principalmente sem a água né. Época da seca. (PAULO, entrevista, 20/11/15)

Trabalhava limpando mato. Mas não choveu nada pra ninguém plantar mais nada. (LUÍSA, entrevista, 20/11/15)

De modo semelhante, as beneficiárias que trabalham tirando pelo dependem da repassagem de peças das facções e terceiros para que exista trabalho, em um sistema de subcontratação. A repassagem de peças é incerta e inconstante em suas quantidades, podendo

não ocorrer por dias ou mesmo semanas. Um exemplo da apreensão sobre a existência de trabalho foi dado por Nilma, que após o momento da entrevista relatou já ter ido conferir várias vezes se havia chegado peças para seu trabalho somente neste dia. Esta é uma situação comum, como pode ser conferido nos relatos abaixo:

Depende, quando tem, tiro o dia todo, quando não tem, tiro meio período. Às vezes não tiro. No momento eu tô sem fazer nada, tô em casa mesmo. Aí quando aparece assim, se aparecer uma faxina, alguma coisa, aí eu vou e faço. Já pra não tá parada. (REBECA, entrevista, 27/11/15)

Quando tem eu tiro, mas também quando não tem, tem semana que não vem uma peça pra nós. Ontem mesmo não teve, hoje não teve, pronto é assim, é por época. É assim, por dia. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

Eu tiro pelo quando tem, né todo dia que tem não sabe? (LARA, entrevista, 08/12/15)

Esta insegurança sobre a existência do trabalho também é compartilhada mesmo pelas beneficiárias que executam atividades um pouco mais qualificadas na confecção. Assim como aqueles que tiram pelos, as beneficiárias que trabalham com costura, de confecção e de modo domiciliar, dependem da existência de pedidos para que aja trabalho. Esta insegurança é tanta, que as beneficiárias se referem a sua situação mesmo como desemprego. Os relatos seguintes são de costureiras que trabalham de modo domiciliar na produção de confecções.

Fazia né, só que no momento tô desempregada, tá fraco o movimento (VALENTINA, entrevista, 20/11/15).

[...] mas no momento mesmo estou parada, faz uns cinco meses que eu não consegui mais trabalho, aí tô parada. (BRUNA, entrevista, 08/12/15)

Tá ruim, essa semana chegou peça pra mim ontem, era 4 horas da tarde. A semana todinha sem fazer nada, só esperando de três pessoas. Aí dessas três pessoas só trouxe uma, uma pessoa que trouxe. (LAURA, entrevista, 20/11/15)

Mesmo o trabalho em facções, unidade produtivas, ainda que informais e familiares, que trabalham com maiores volumes de produção e frequentemente recebem pedidos de empresas maiores, é essencialmente incerto e inseguro.

Porque assim, eles tralham com pedido de peça, aí quando eles têm cliente pra fazer um pedido grande, eles têm trabalho, a partir de Janeiro, fevereiro, aí já não tem mais pedido, aí já fica difícil, todo mundo parado. (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Depende de ter peça no fabrico, que às vezes ele passa dois, três dias sem trabalhar. O fábriço é dentro da casa do menino, é um fabricozinho, tem duas máquinas só (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

A informalidade também é regra no trabalho de beneficiários e seus familiares que desempenham outros tipos de atividades, como faxineiras e serventes de pedreiro. Assim sendo, insegurança constante na existência de trabalho também faz parte de sua realidade, como demonstrado a seguir:

Aí justamente, eu só tô o que? Essa semana eu não tô pegando, eu tinha duas faxinas, mas só que ninguém quis. Não dá pra fazer faxina sem água, não é? (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

Ele é servente sabe, aí tem dia que ele trabalha, tem dia que não, agora mesmo ele tá parado. Sempre parado, porque nunca arruma (CAMILA, entrevista, 20/11/15).

Quando aparece faz, assim, ajudante de pedreiro. A outra tira um pelo, limpa peça em casa (Sobre os filhos de 16 e 19 anos) (BETINA, entrevista, 27/11/15).

É servente, quando aparece (BEATRIZ, entrevista, 27/11/15).

Aí como a Sulanca tá assim tão fraca, não tá dando, porque os comércios tudo fraco. Tem que tá se mexendo, tem que tá recorrendo a outras coisas, né. Uma coisa só não dá não. (EDUARDA, entrevista, 20/11/15)

Como pode ser observada na fala de Eduarda, uma das estratégias utilizadas pelos beneficiários para minimizar os danos da insegurança na existência do trabalho informal é realizar diferentes tipos de atividade, de modo a tentar compensar os momentos de inexistência de trabalho para uma determinada atividade com a execução de atividades de outro tipo. Deste modo, os beneficiários podem oscilar entre “tirar pelo” e fazer faxinas, lavar roupa para fora ou trabalhar em feiras, por exemplo.

Outro tipo de insegurança enfrentado no trabalho dos beneficiários é a insegurança de suas rendas. A insegurança na existência do trabalho por si só garante a insegurança de suas rendas, já que torna estas últimas incertas e inconstantes, no entanto, mesmo na situação de existência de trabalho a renda do trabalho é extremamente insegura. A atividade de “tirar pelo” é exemplar também neste aspecto, como tal, a seguir são apresentados alguns relatos de como os rendimentos destas atividades se realizam:

É muito pouquinho. Cada peça custa 15 centavos (LARISSA, entrevista, 20/11/15)

Dá viu, dá, assim, até ajuda, porque é a 15 centavos, né, que eu tiro. É, umas 100 peças por dia que dá pra tirar. Quando vem 100, 50, assim depende da quantidade que ele manda. [...] Pronto aí, quanto mais tirar melhor, quanto mais tirar melhor pra gente, quem ganha mais é eu. É assim, essa vida sofrida, a 15 centavos a peça, é luta viu, é 15 centavos. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

É por peça. É 15 centavos cada peça, aí tira o que? Uns 50, 70 por semana, isso se for todos os dias, se não... ganha menos. [...] Umas 150. Depende da peça, pode ir até 200. (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

Nestes relatos podem ser observados dois elementos de insegurança na renda da atividade de “tirar pelo”, o primeiro é o fato de o pagamento ser por produtividade, o segundo o baixíssimo valor pago por cada peça. O pagamento por peça a baixíssimos valores impõe intensos ritmos e horários de trabalho e tornam as rendas extremamente inseguras. Em média, as beneficiárias declaram serem capazes de tirar pelo de 150 peças por dia em ritmo intenso, considerando-se que se trabalhe todos os dias do mês, a um pagamento de R\$ 0,15 por peça, o rendimento seria de R\$ 675, menos de um salário mínimo, R\$ 788, na época das entrevistas. Este exemplo demonstra a quão baixo é a renda advinda do trabalho dos beneficiários e a insegurança que este os expõe.

De modo semelhante, mesmo atividades um pouco mais qualificadas apresentam rendas inseguras e baixas. As rendas descritas pelos beneficiários que trabalham em alguma atividade de costura na confecção variam entre R\$ 400 e R\$ 800 mensais, o que significa que apenas nas melhores situações de produtividade se chega ao valor de um salário mínimo. Os relatos abaixo descrevem situações deste tipo:

Trabalha por semana, ele tira 100, 110 por semana. (LAURA, entrevista, 20/11/15)

Eu tô ganhando só 150 por quinzena, porque eles pagam só... De segunda à sexta e as coisas que eu sei fazer. [...] Eu pego de sete e meia, até meio dia, aí de uma e meia até cinco meia, são 9 horas por dia. (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Ele trabalha por produção, ele só ganha as peças que ele faz. Tem semana que ele tira 200, tem semana que ele tira 150. [...] Eu até já disse a ele, saia de lá e arrume um lugar que assine sua carteira, que pague ao menos um salário. Porque esse negócio de produção é assim, se produzir você recebe, se não produzir você não recebe. (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

Esta situação de vulnerabilidade na renda é a motivação mais frequentemente atribuída pelos beneficiários para a busca de melhores qualificações profissionais e a participação nas oficinas de capacitação, bem como por aqueles que almejam participar destes. A discussão

sobre a qualificação profissional dos beneficiários será aprofundada em outra subseção. A seguir podem ser observadas as declarações dos beneficiários sobre suas vulnerabilidades de suas rendas e a busca de maiores qualificações profissionais:

Tô só fazendo esse curso agora, ver se pra mim arrumar um trabalho, mas ainda não aprendi não, tô indo... É. Porque o pelo é muito pouco demais, aí tô vendo no que vai dar esse curso. (LARA, entrevista, 08/12/15)

Aí eu faço um curso de costura aqui. [...] É, é pra vê se eu melhora a minha renda, porque faxineira hoje é péssimo. [...] Não tem como, aí eu tô fazendo esse curso com a intenção minha de melhorar mesmo minha renda, vê se eu arrumo um trabalho como costureira. (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

Mas eu queria, corte e costura, eu queria, pra aprender e ver se deixava essa vida de pelo. Pelo menos ia ganhar mais nerá, um salário, no caso, nerá, mas como? Só com pelo, só com pelo. Não sei costurar, ave Maria, se eu soubesse costurar, meu Deus, eu ia tá ganhando um dinheirinho né, um salário, mas eu não sei, aí tem que tirar pelo, até um dia melhorar as coisas né. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

Deve-se considerar que esta situação de vulnerabilidade de rendas, com rendas condicionadas e extremamente baixas, ocorre concomitantemente à já discorrida insegurança de trabalho, o que potencializa os efeitos da primeira. Os beneficiários lidam com baixíssimas rendas e a suspensão contínua destas por períodos indeterminados enquanto não há demanda por seus trabalhos.

Essa mão-de-obra “descartável”, utilizada apenas quando há necessidade para logo em seguida ser descartada outra vez, só é possível graças à sua situação de desproteção social e ausência de direitos na informalidade, já que não existem custos de contratação ou demissão. Como argumenta Lima (2010), os processos de flexibilização das relações de trabalho se dão num progressivo descompromisso das empresas para com sua mão-de-obra. Nestes termos, a predominância da informalidade nas relações de trabalho das quais os beneficiários têm participado representa extremos de flexibilidade, não existindo qualquer responsabilidade com a mão-de-obra, deixando-a em situação essencialmente insegura.

Desprovidos de proteção social, os beneficiários também estão totalmente expostos a situações excepcionais que venham a interromper seus trabalhos, como doenças e lesões. Por exemplo, Ana era costureira e devido aos movimentos repetitivos desta atividade desenvolveu um quadro de tendinite em ambos os braços. Consequentemente esta necessitou suspender suas atividades de costura e, como sempre trabalhou informalmente em confecções, se viu desprotegida. Atualmente já faz cinco anos que Ana não trabalha como costureira. Assim como

Ana, outros beneficiários ou familiares tiveram que interromper seus trabalhos dado problemas de saúde, inclusive, alguns relacionados ao trabalho.

Continuei costurando, mas pouco em casa porque eu tava com tendinite. E tem é... uma que é... deixa eu ver meu Deus... É porque a gente é.... pega, costura, aí pega e faz movimento repetitivo. Aí eu fiquei com problema nos dois braços (ANA, entrevista, 08/12/15)

é justamente meu filho tá sem trabalhar porque ele sofreu um acidente e tá sem trabalhar. Tava fazendo um bico aí levou um choque no trabalho e caiu da escada, depois do choque aqui, tá cortado e o braço tá machucado. (GABRIELA, entrevista, 20/11/15)

Eu trabalhei três anos e pouco, aí eu sofri um acidente de moto, aí eu tive de parar. Por conta da coluna que eu fiquei com um problema de saúde. (BETINA, entrevista, 27/11/15)

A minha vida é assim: eu já vinha com o Bolsa Família e tô com uma deficiência no olho esquerdo e não tô podendo trabalhar (PAULO, entrevista, 20/11/15)

Além destes exemplos, “tirar pelo” é uma atividade repetitiva e deixa suas marcas, como dores e inchaço nos pulsos e dedos. As beneficiárias também relataram dores na coluna, pescoço e pernas. No entanto, nenhuma das beneficiárias afirmou ter parado suas atividades por causa destes problemas, já que as mesmas dependem dos rendimentos desta atividade para seu sustento. Alguns destes problemas são relatados por Nilma na seguinte descrição:

Oh, meu Deus, então, esse aqui, no outro dia amanhece inchado os meus dedos, é horrível. Eu lá, os pé incha, porque nós fica a tarde todinha, lá sentada, os pé incha. E não é sou eu não, nós tudim, minha prima, assim, trabalha lá, é tudo de pé inchado. Assim, os dedos, no outro dia tô que não posso mexer direito. Esso aqui de vez quando dói, o punho, o pulso, né. Por conta desse movimento, né, porque é um movimento só, dói, dói muito, viu. [...] Não, porque eu sou ruim, eu insisto, eu digo você não me vence não. Porque eu preciso, mas dói muito, dói muito, tem dia que eu tô que não aguento. É umas fisgadas que dá aqui dento, que eu digo, pronto, acabou-se (NILMA, entrevista, 08/12/15)

Dado o caráter da predominância da informalidade, as relações de trabalho dos beneficiários, ressaltando-se as diferenças históricas e contextuais, arremete à descrição elaborada por Alves (2013) das relações de trabalho nos primórdios do capitalismo industrial, onde a classe trabalhadora não era vista enquanto sujeito de direitos, não havendo regulamentação trabalhista ou representação sindical, resultando em exploração do trabalho extrema, com salários que mal permitiam a subsistência, extenuantes jornadas de trabalho e

péssimas condições de trabalho. Castel (2009) denomina as relações deste período como condição proletária e destaca sua situação de quase exclusão da vida social, com a remuneração próxima da renda mínima apenas para assegurar sua reprodução e com a ausência de garantias legais.

A condição de precariedade das relações de trabalho dos beneficiários impostas pela informalidade, resultando em incertezas constantes sobre a existência do trabalho, em baixíssimas rendas e em vulnerabilidade social, destaca a necessidade de políticas públicas mais efetivas voltadas ao incentivo à regularização das relações de trabalho e garantias de direitos trabalhistas para os beneficiários e ao acesso ao trabalho formal.

Diante de tais exemplos, observa-se que em muitos casos o PBF se tornou o único elemento de proteção social destas famílias. Ausentes de segurança em suas relações de trabalho, muitos beneficiários têm o benefício como garantia de necessidades básicas, tais como alimentação e moradia. Neste sentido, o PBF é um amenizador de muitas das situações de insegurança, seja irregularidade no trabalho, impossibilidade de trabalhar por questões de saúde, ou a ausência de um cônjuge na criação dos filhos, como descritos nos seguintes relatos:

O dinheiro do bolsa família agora não dá nem pra comprar uma ‘carrada d’água’. Lá onde a gente mora uma ‘carrada d’água’ é R\$ 200,00 reais. Não tem outro jeito e a prefeitura não manda (PAULO, entrevista, 20/11/15).

Trabalhando com nada mais. Só com o Bolsa Família mesmo, só com esse dinheirinho mesmo. [...] Só, não choveu mais nada pra plantar, limpar. (LUÍSA, entrevista, 20/11/15).

Moro de aluguel. Aí esse Bolsa Família já é uma bênção do céu. (GABRIELA, entrevista, 20/11/15).

O bolsa família eu uso pra o lanche do meu menino, comprar alguma coisinha pra ele, porque também não dá pra muita coisa, é 112 por mês. Quando precisa, eu pego pra comprar gás. Na semana que eu faço faxina tem um dinheirinho a mais, na semana que não faço... (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

Assim, eu compro comida, compro cadernos pro meu menino, mas outra coisa, eu compro um sapato, uma sandália, eu vou na feira, compro, assim, roupa. Ajuda muito, sabe, muito, muito. Se não fosse esse bolsa. Porque o pai não liga, eu não tenho coragem de ir atrás de justiça pra ele. (NILMA, entrevista, 08/12/15).

Estas declarações confirmam a importância do PBF como elemento de seguridade social para uma parcela da população cujo trabalho caracteriza-se pela ausência de proteção social. Neste sentido, concorda-se com Paiva, Falcão e Bartholo (2013), que afirmam que o PBF

representou um reconhecimento da pobreza como um problema social, já que se destina a pessoas com capacidade produtiva que, no entanto, não tem condições de renda para participar de um sistema de proteção social contributivo, necessitando, assim, de um sistema redistributivo. Segundo os autores, anteriormente aos programas de transferência de renda, o sistema de proteção social brasileiro era essencialmente contributivista e reprodutor da estrutura de desigualdade presente na sociedade, já que os trabalhadores informais permaneciam ignorados, apesar de comporem uma grande parcela da população.

Uma das consequências da presença de traços tradicionais no trabalho e da informalidade, principalmente no setor de confecções é a formação de redes de subcontratações e terceirizações. Na próxima subseção esta temática é explorada de modo mais aprofundado.

4.3.3 Subcontratações e terceirizações

De acordo com Lima (2010), a flexibilização das relações de trabalho levou a um novo modelo organizacional e de produção, que tem como ideal central uma empresa composta por um núcleo enxuto, diversos fornecedores, serviços terceirizados e prestadores de serviço. Nestes termos, subcontratações e terceirizações passam a ocupar um papel central neste processo de flexibilização. Como sugere Harvey (2013), estes processos de terceirizações e subcontratações contribuem para o reaparecimento e fortalecimento de pequenos negócios e modos antigos de trabalho, como o artesanal e o familiar, como partes centrais do sistema produtivo.

Como já discutido, traços tradicionais de trabalho, como o trabalho domiciliar e familiar, estão presentes de modo constante nas relações de trabalho dos beneficiários. Esse caráter tradicional e informal das relações de trabalho e produção dos beneficiários, especialmente aquelas ligadas à confecção, tem se relacionado com processos de subcontratações e terceirizações, onde os beneficiários ocupam os espaços mais afastados e precários.

Entre os beneficiários cujo trabalho está atrelado às confecções, as atividades desempenhadas são ou “tirar pelo”, mais comumente, ou relacionadas à costura. Em ambos os casos, os beneficiários são subcontratados por facções, também chamadas de fábricas, ou terceiros, com pode ser observado nos seguintes relatos:

É assim, o fabrico entrega as peças em casa, de roupa, bermuda essas coisas, pra tirar aqueles restos de linhas, entendeu. Aí a pessoa tira aquelas linhas todinhas, limpa pra entregar. (BEATRIZ, entrevista, 20/11/15)

É assim: as peças a mulher manda, pode ser short, calça, saia, aí tem os pelo, é tirar aquelas linhas que tá na peça pra depois entregar. (LARISSA, entrevista, 20/11/15)

São de um fábrica ali de Caruaru. [...] É, eles manda pra gente pra poder aprontar a peça e poder levar pra feira. (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

No momento, assim, eu aprendi a costurar, comprei uma máquina, comprei uma máquina, comecei a costurar, mas deu tudo errado. Como ficou difícil de trabalho, a pessoa que botava pra mim, parou [...] Era uma senhora, não era exatamente um fabrico, ela fazia pra vender na feira, aí ela levava pra mim fazer. Era, pano de prato, fronha. Só que ela ficou parada também, afracou as costuras, aí ela não levou mais, e até agora eu não consegui ter outras pessoas, tô tentando (BRUNA, entrevista, 08/12/15)

Aí nesse período eu trabalhava, mas não fichada, assim, clandestino. Costurando na casa (Fábrica) dos outros. E agora eu tô em casa, eu entrego a peça pronta, lavada não sabe, só o esqueleto da peça. Quem faz é eu (o horário de trabalho), só depende do que eu produzir (o pagamento). A maioria só paga depois da feira. Às vezes quando a feira for fraca, eles deixam pra pagar na próxima. Assim vai. (LAURA, entrevista, 20/11/15)

Por sua vez, as próprias facções são resultado de subcontratações. Segundo definição do SEBRAE (2013), facções são unidades produtivas que se responsabilizam pela produção de etapas do processo produtivo de confecções, geralmente escoando sua produção para empresas maiores que produzem e comercializam os produtos acabados. Esta relação de subcontratação entre as facções e empresas maiores pode ser observada na descrição de Julia:

Minha família trabalha mais com fabrico de roupa. Por assim, eles trabalham com pedido de peça, aí quando eles têm cliente pra fazer um pedido grande, eles têm trabalho, a partir de janeiro, fevereiro, aí já não tem mais pedido, aí já fica difícil, todo mundo parado. Eu fiz um curso de costura aqui. (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Como pode ser percebido neste relato, as facções recebem pedidos de empresas maiores que comercializam os produtos finais. Trata-se de relações de terceirização e subcontratação que criam vínculos entre empresas maiores e as disseminadas facções de caráter quase domiciliar. Como já foi mencionado na delimitação do *locus* de pesquisa, de acordo com dados fornecidos pelo SEBRAE (2013), 71% das unidades produtivas em Caruaru são facções, porcentagem que demonstram tanto o nível de disseminação destes empreendimentos quanto a sua relevância para o setor de confecções nesta cidade. Outro exemplo marcante da predominância das facções, é que entre o Centro de Convivência do CRAS Salgado e o CQP3, localizados na mesma rua, está em funcionamento uma facção.

Oliveira (2003) discute como a modernização da estrutura econômica brasileira, a partir da década de 1930, resultou em uma estrutura dual, com um setor moderno, representada pela indústria, e a persistência de estruturas tradicionais e arcaicas. De acordo com a análise do autor, longe destes dois setores serem contraditórios, eles apresentavam relações de complementariedade com as atividades dos setores tradicionais ou informais, reduzindo as necessidades de utilização de capital na industrial e barateando a mão-de-obra, dessa forma contribuindo para viabilização de um acúmulo de capital na indústria.

A análise de Oliveira (2003) pode ser adequada à situação do setor de confecções em Caruaru e às relações de trabalho que este engendra. Pode-se observar as complementariedades entre um setor moderno, representado pelas maiores empresas formais, e um setor tradicional, representado pelas inúmeras facções que barateiam a produção fortemente baseadas em relações tradicionais e informais. Neste processo se reduz drasticamente os custos trabalhistas e sociais e os custos com imposto de um modo geral.

Esse tipo de relação dual de complementariedade, embora não seja novidade se consideramos o exemplo brasileiro, é favorecido também pelas novas tendências de flexibilização. Conforme argumenta Harvey (2013), os processos de flexibilizações das relações produtivas e de trabalho têm permitido que sistemas mais antigos de trabalho de caráter domiciliar, familiar e paternalistas ressurgam e floresçam como partes centrais do capitalismo.

Nesta estrutura dual e flexível de produção que é o segmento de confecções em Caruaru, o trabalho das beneficiárias ligado à confecção certamente representa um dos elos mais abaixo e precários. As beneficiárias que tiram pelo, ocupação mais comum entre todos os entrevistados, em muitos casos são subcontratadas pelas facções, elemento em si já com traços tradicionais, informais e flexíveis. Deste modo, esta estrutura de subcontratações entre empresas, facções e os beneficiários, por meio do trabalho doméstico, tem colaborado e reproduzido relações de trabalho precárias.

Outro elemento comum nas descrições do trabalho dos beneficiários foi a baixa necessidade de qualificação técnica para a sua realização. Este tema é tratado na próxima subseção.

4.3.4 Baixa qualificação profissional

Foi comum entre os beneficiários iniciar o exercício de atividades remuneradas de modo precoce, com relatos das primeiras atividades sendo realizadas entre as idades de sete e quinze anos. Alguns destes relatos são apresentados abaixo:

Ah... desde pequena. Ah é. Quem é do campo né, a gente começa a trabalhar cedo, né? Antigamente né. Porque hoje, os filhos de hoje não querem trabalhar com a gente. [...] Na agricultura. Desde os 7 anos que eu trabalho na agricultura. (MANUELA, 20/11/15).

Com 11 anos. Eu vendia na feira. É, é. Quando eu comecei a trabalhar vendia na feira (CLARA, entrevista, 20/11/15).

Às vezes eu limpo peça em casa, acho que eu tinha uns 12 anos (BÁRBARA, entrevista, 27/11/15).

É, eu acho que desde os 13. Assim... Auxiliar de costureira né, cortando a linha, fazendo remendo nas roupas, na feira da Sulanca também. (VALENTINA, entrevista, 20/11/15)

13 anos, pra sustentar meus irmãos e ajudar na casa. Como empregada doméstica eu trabalhei até 37. (BETINA, entrevista, 27/11/15)

Quando eu tinha 15 anos eu comecei a trabalhar. Eu era babá. É tipo assim, necessidade, a pessoa vai pelo preço que paga (JULIA, entrevista, 20/11/15)

De modo coerente com esta entrada precoce no mundo do trabalho, os beneficiários desempenharam atividades que não exigiam muitas qualificações profissionais. Esta associação entre o trabalho precoce dos beneficiários e a realização de trabalhos com baixa exigência de qualificação profissional foi apontada também por Pires (2013). O autor argumenta que a entrega precoce dos beneficiários e, posteriormente, de seus filhos cria um ciclo intergeracional de pobreza, já que conduz a uma continuidade da ocupação de atividades que demandam pouca qualificação formal entre as gerações. Por sua vez, Hirata (2009) destaca a baixa qualificação profissional com um dos principais indicadores de um trabalho precário, já que trabalhos que exigem pouca qualificação frequentemente conduzem a baixas remunerações.

A qualificação profissional dos beneficiários relaciona-se diretamente com os objetivos declarados para o PBF pelo MDS (2016a), já que este aponta a articulação entre o PBF e programas complementares, que de modo geral focam na qualificação e inserção profissional, como instrumento central para o desenvolvimento das famílias beneficiárias e a superação de

sua situação de vulnerabilidade social. Além disto, estimular a escolarização dos filhos dos beneficiários é o principal objetivo declarado, também pelo MDS (2016a), para a existência da condicionalidade relativa a educação. Neste sentido, a condicionalidade sobre a frequência escolar almeja colaborar para a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza, já que as crianças permaneceriam na escola ao invés de ingressarem no mercado de trabalho precocemente em atividades que demandem baixa qualificação e que estão sujeitas a precariedade.

Como pode ser visto nos relatos dos beneficiários anteriormente citados, dentre os entrevistados, os que iniciaram a trabalhar mais precocemente foram aqueles que moravam em regiões rurais, exercendo atividades no preparo de terras para o pasto e plantio e outras ligadas à agricultura. No entanto, o início precoce foi também a regra dos entrevistados que residem na zona urbana, que iniciaram sua vida no trabalho por meio de diferentes tipos de atividades, sobretudo ligadas às atividades domésticas ou relacionadas às confecções. Todas estas atividades tiveram em comum a baixa necessidade de qualificação profissional em seus desempenhos.

Dada a vocação particular de Caruaru para as atividades de confecção, muitos dos beneficiários exerceram atividades ligadas a este setor. As atividades geralmente envolviam as etapas da confecção que exigem as menores qualificações técnicas dentro do setor de confecções, a maioria ocupada na atividade de “tirar pelo”.

“Tirar pelo” é certamente uma das atividades de ramo de confecções que exige menos qualificação técnica para sua realização, já que consiste em remover os restos de linhas que ficam nas peças de vestuário com a utilização de um alicate. Apenas uma das entrevistadas exercia, antes da inclusão no PBF, a atividade de auxiliar de costureira, que apesar de ainda exigir baixa qualificação técnica, abre possibilidades para a atividade de costureira que exige melhores qualificações e fornece melhores rendimentos. Algumas das entrevistadas também trabalhavam como vendedoras em feiras, especialmente a feira da Sulanca, voltadas para a venda de peças de confecção.

O trabalho dos beneficiários após a inclusão no PBF continuou a ser marcadamente exigente de baixa qualificação profissional. Este achado, a continuidade predominante da ocupação de trabalhos que exigem pouca qualificação profissional, é relevante, principalmente quando considera-se que o caminho defendido pelo MDS (2016a) para o desenvolvimento das famílias beneficiárias e a superação de sua situação de vulnerabilidade social é a já discutida articulação entre o PBF e programas complementares de qualificação e inserção profissional.

O percurso das relações de trabalho dos beneficiários, indica que, ao menos no contexto desta pesquisa, esta articulação não tem tido êxito.

Entre os beneficiários que trabalham no campo existiu uma continuação das mesmas atividades, ainda ligadas à preparação de terras e ao plantio na agricultura familiar. Também entre os entrevistados que residiam na zona urbana houve a continuidade de atividades como trabalhos domésticos e trabalhos autônomos como vendedores de feiras ou ambulantes. No entanto, a maior parte dos beneficiários entrevistados após a inclusão no PBF continuaram ou passaram a trabalhar com atividades ligadas a confecção.

Dentre os beneficiários que trabalham com atividades de confecção, podemos distinguir dois grupos. O primeiro grupo é representado por uma pequena parcela dos beneficiários que desempenham atividades de costura que demandam maior nível de qualificação profissional. O segundo grupo é formado pela maioria dos beneficiários, sendo representado por aqueles que desempenham a atividade de “tirar pelo”, para qual não existe nenhuma exigência de qualificação profissional. Para fins de comparação, apenas quatro beneficiários desempenham alguma atividade de costura, enquanto dezesseis afirmaram trabalhar tirando pelo, quatro vezes mais, sendo esta última a ocupação mais comum entre todos os trinta e cinco entrevistados.

Dentre as quatro beneficiárias que trabalham com costura, apenas uma tem algum tipo de qualificação formal para a costura, tendo participado de uma das oficinas de corte e costura de duração de três meses oferecida pela Secretária da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais. No entanto, ela destaca que sabe realizar apenas algumas atividades de costura, realizando trabalhos mais simples.

Minha família trabalha mais com fabrico de roupa, eu não sei fabricar é nada [...] trabalhei assim na costura, ajudando eles, assim, quando eu não tenho o que fazer, aí vou lá, ajudo eles, mas pra fabricar, fazer peça pra revender como eles fazem, eu nunca fiz não [...] Eu fiz um curso de costura aqui (JÚLIA, entrevista, 27/11/15).

As demais aprenderam a costurar com familiares ou amigos de modo empírico. Para estas, também, a falta de uma melhor qualificação técnica é um empecilho para que possam realizar atividades melhores remuneradas. Essa constatação é demonstrada nas seguintes falas:

[...] uma colega lá da feira da minha mãe me deu uma chance de me ensinar, eu já sabia um pouquinho, só pra ficar melhor. Aí eu fui trabalhar na casa dela, costurando e desde os meus 15 anos e meio eu tô costurando (LAURA, entrevista, 20/11/15)

Eu aprendi com minha família mesmo, tenho uma irmã que costura. Agora só que eu não sei fazer tudo, né. Faço algumas coisas, aí as costuras que eu tava fazendo é pano de prato, fronha, coisas mais simples, que eu não faço de tudo. (BRUNA, entrevista, 08/12/15)

Como pode ser observado, mesmo as atividades de costura realizadas pelos beneficiários exigem pouca qualificação profissional. Porém é na atividade de “tirar pelo” que o aspecto da ausência de qualificação técnica mais se destaca. Como já explicado, a atividade envolve apenas a limpeza de restos de linhas das peças de confecção já prontas:

É assim: as peças, a mulher manda, pode ser short, calça, saia, aí tem os pelo, é tirar aquelas linhas que tá na peça pra depois entregar. (LARISSA, entrevista, 20/11/15).

É assim, o fabrico entrega as peças em casa, de roupa, bermuda essas coisas, pra tirar aqueles restos de linhas, entendeu, aí a pessoa tira aquelas linhas todinhas, limpa pra entregar. (BEATRIZ, entrevista, 27/11/15)

É as peças prontas, vai pra casa, aí a gente, só pra limpar a linhas das peças. (BÁRBARA, entrevista, 27/11/15)

Não, não é difícil não, tem que ter habilidade pra ali..., tem que ter paciência pra tirar aquelas linhas. (SUSETTE, entrevista, 08/12/15)

O trabalho dos cônjuges, considerando os beneficiários casados, majoritariamente também demanda baixa qualificação profissional. A atividade mais comumente desempenhada pelos cônjuges é a de ajudante de pedreiro. Para os cônjuges foram citadas apenas mais cinco tipos de atividade: auxiliar de limpeza; moto-taxista, um tipo de transporte alternativo; autônomo, como vendedor de lanches; padeiro; e, por último, mecânico de motos.

A baixa qualificação profissional dos beneficiários têm sido um empecilho na busca de trabalhos com melhores rendimentos e menos sujeitos a precarização. Esta observação é coerente com o que foi identificado por Carloto e Mariano (2012), que também apontaram a baixa qualificação como um traço marcante do trabalho de beneficiárias do PBF que participaram de uma pesquisa realizada pelas autoras em Londrina (PR) e Uberlândia (MG). Segundo as autoras, também neste caso a baixa qualificação técnica resultou na ocupação de trabalhos precarizados e com baixos rendimentos.

É importante destacar que alguns beneficiários têm procurado promover melhorias em sua qualificação profissional por meio dos cursos e oficinas oferecidos pelo Acessuas Trabalho. Não considerando os entrevistados no CQP 3, logo participantes de oficinas, apenas duas

beneficiárias haviam participado de uma ou mais das oficinas oferecidas pelo Secretária da Criança, Adolescente e Políticas Sociais, as beneficiárias Eduarda e Júlia. Por sua vez, uma terceira estava participando de uma destas no período em que ocorreram as entrevistas, a beneficiária Letícia.

Deste modo, apenas três beneficiárias entrevistadas tiveram participação nas oficinas, em todos estes casos na de corte e costura. Entre as que já haviam concluído a oficina no momento da entrevista, apenas a beneficiária Júlia, cujas atividades já foram discutidas, passou a trabalhar com atividades ligadas a costura, ainda que naquelas em que a exigência de qualificação seja menor. A beneficiária Eduarda não conseguiu encontrar trabalhos nessa área e continuou desempenhando as mesmas atividades de antes da participação na oficina, trabalhando na feira da Sulanca ou em atividades domésticas, conforme descrição abaixo.

O meu curso foi praticamente perdido, porque eles não dão oportunidade se você não tiver a prática. Tem que ter a prática, se não tiver a prática, nada feito, aí eu procuro me virar de outras formas. (EDUARDA, entrevista, 20/11/15)

Outras quatro beneficiárias foram entrevistadas no ambiente do Centro de Qualificação Profissional (CQP) 3, como tal, estavam participando da oficina de corte e costura. No momento da visita ao CQP 3 apenas mulheres estavam participando do curso. As beneficiárias que participam da oficina compartilham da preocupação com sua colação profissional após o termino da mesma:

Aí eu faço um curso de costura aqui. [...] porque a pessoa faz o curso de costureira, mas não sai como profissional, só sai costurando, mas não sai com prática, aí fica difícil mermo. Aí eu espero que quando eu sair do curso alguém me dê uma chance, né? Uma oportunidade pra poder pegar prática, né? Só isso (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

Eu vou tentar né, porque é experiência. A gente recebe o diploma, mas eu posso ir pruma fábrica que tem lá outras peças e eu posso não conseguir fazer. Tenho primeiro que ter experiência pra ficar lá no trabalho (AMANDA, entrevista, 08/12/15)

Conforme o relato de Eduarda (entrevista, 20/11/15) existe uma dificuldade de se inserir no mercado após a realização das oficinas, de modo que esta beneficiária chega a assumir que seu “curso foi praticamente perdido”. Coerentemente, as beneficiárias que estão participando das oficinas demonstram uma preocupação desde já com sua inserção no mercado, como pode ser conferido nos relatos acima. Conforme indicado por Sônia Ramos (Entrevista, 27/11/15), ligada a coordenação do Acessuas Trabalho em Caruaru, as oficinas foram criadas para atender

ao público da Assistência Social, especificamente os beneficiários do PBF, que não tinham a escolaridade necessária para a participação no Pronatec. Como resultado, as oficinas são de curta duração, no máximo doze semanas, e não fornecem diplomas, apenas certificados de participação, de modo que possibilitam apenas pequenos incrementos na qualificação. O caráter de pequenos incrementos na qualificação das oficinas pode ser um de seus limitadores na busca de promover melhorias mais significativas nas condições de trabalho das beneficiárias.

Ainda de acordo com Sonia Ramos (Entrevista, 27/11/15), as oficinas são pensadas de forma a fornecer um retorno financeiro imediato, focando em temas como corte e costura, assistente de cabeleireiro, manicure, pedicure e assim por diante. Estes tipos de atividades são comumente realizadas na informalidade, o que também pode favorecer que os beneficiários continuem participando de relações de trabalho informais e precárias, ao invés de terem acesso a melhores condições de trabalho. Estas considerações indicam que é importante, ainda que paralelamente às oficinas, oferecer incentivos e condições para que os beneficiários continuem seus estudos e passem a ter acesso a oportunidades de qualificação mais amplas. Algo positivo é que, como será discutido adiante, parece haver uma relação positiva entre participar das oficinas e a continuação dos estudos dos beneficiários.

Além de ter feito parte da oficina de corte e costura, a beneficiária Júlia participou de outras oficinas e atualmente está cursando um dos cursos oferecidos pelo Pronatec, sendo a única entre todos entrevistados a participar de um curso desse programa.

Comecei a estudar, o ano passada comecei a fazer curso técnico de enfermagem, mas tudo pelo governo porque eu não tenho condições de pagar. É o Pronatec. [...] Aí fiquei fazendo os cursinhos, Ano passado eu tive oportunidade, pelo SENAI, fui fazer auxiliar administrativo no SENAI, e lá as pessoas me informaram que entrasse no site, que tinha umas vagas pra técnico, aí eu fui lá, me informei e assim eu consegui uma vaga. (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Após concluir algumas outras oficinas, Júlia tem procurado deixar suas atividades informais com costura e encontrar um emprego formal. Apesar da clara busca por qualificação profissional, Júlia não tem alcançado êxito em sua busca pela ocupação de um cargo mais qualificado:

Primeiro eu fiz informática, né, que você tem que fazer o de informática primeiro né. Depois eu fiz auxiliar administrativo, depois eu fiz operador de caixa. Aí não consegui nada, porque aqui em Caruaru, infelizmente, quando a gente coloca o currículo é bem difícil chamar. É mais por indicação, ou então experiência. Se você tiver experiência tudo bem, mas se você não tiver pode

fazer o que for, encher de currículo. A maioria quer o que, seis meses de experiência (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

O que foi observado e relatado pelas beneficiárias demonstra que mesmo entre os beneficiários do PBF que buscam qualificar-se profissionalmente têm sido um desafio encontrar trabalhos demandantes de melhores qualificações e com melhores rendimentos. Como pode ser observado na fala de Júlia, que destaca a necessidade de indicações para encontrar empregos em Caruaru, as entrevistadas sentem falta de uma rede de contatos profissionais, que lhes permita ingressar em trabalhos mais qualificados e adquirir experiência. Sem estas oportunidades as beneficiárias têm se mantido em ocupações que demandam menor qualificação.

Esta constatação demonstra a necessidade de que, complementarmente ao oferecimento dos cursos e oficinas, sejam disponibilizados serviços de facilitação de inclusão no mercado profissional. Caso contrário, as trajetórias aqui relatadas apontam para uma tendência de continuidade no desempenho de atividades menos qualificadas. Por outro lado, a observação da dificuldade sentida pelas beneficiárias para ingressar em atividades mais qualificadas, mesmo após participação de oficinas e cursos, indica limitações do discurso sobre empregabilidade, que defendem que o indivíduo é responsável por sua qualificação profissional e que basta qualificar-se para manter-se empregado.

Outra observação interessante é a de que as beneficiárias que têm participado das oficinas também têm dado continuidade em seus estudos. Júlia terminou o ensino médio após a inclusão no PBF e Letícia está cursando o sexto e sétimo ano do ensino fundamental. As beneficiárias Eduarda e Alice voltaram a estudar, mas relataram dificuldades e o consequente abandono dos estudos:

Eu estudei até a oitava série. Aí tentei voltar, mas não tive muita paciência não, porque eu sou um pouco, matemática, química, eu sou um pouco... (indicação gestual de dificuldade nestas matérias de estudo) (EDUARDA, entrevista, 20/11/15)

Assim, eu tava estudando, mas meu marido sofreu um acidente de carro e eu não pude mais [...]. Mas não tive paciência mais não. É muita coisa. Aí fazendo o curso aqui a tarde aí fica muito pesado. (ALICE, entrevista, 08/12/15).

Ainda que a relação entre a participação dos beneficiários em oficinas/cursos e a continuação de seus estudos pareça ser positiva, o relato de Alice demonstra um risco que deve ser considerado. De acordo com Alice (Entrevista, 08/12/15), uma de suas razões para ter

desistido de dar continuidade aos seus estudos foi sua participação na oficina de corte e costura, uma qualificação técnica menos ampla. Assim sendo, situações como esta, em que a participação nas oficinas desestimula a continuidade dos estudos das beneficiárias, indicam uma contradição com o objetivo maior de promover o desenvolvimento e qualificação profissional dos beneficiários. Mais uma vez, ressalta-se que não havendo a continuidade de seus estudos, as beneficiárias permanecem impossibilitadas de participar de cursos profissionalizantes de maior duração e qualificação, como os oferecidos pelo Pronatec, que, segundo informes da Prefeitura de Caruaru (2016), demandam minimamente o ensino básico e às vezes o médio para a participação.

Apenas uma entrevistada que não estava envolvida com os cursos/oficinas deu continuidade aos estudos após ingressar no PBF, a beneficiária Rebeca (Entrevista, 27/11/15). Esta beneficiária está cursando o sexto e sétimo ano do ensino fundamental e, segundo ela, não tem procurado participar dos cursos/oficinas justamente pela falta de tempo entre “tirar pelo”, sua fonte de renda, e dar continuidade aos seus estudos. Neste exemplo, Rebeca tem dado prioridade à continuidade de seus estudos escolares sobre a participação nas oficinas, o que, em última instância, pode resultar em oportunidades mais amplas de qualificação profissional no futuro.

No que concerne a buscar pelos cursos e oficinas, somente uma beneficiária, Bárbara (Entrevista, 27/12/15), relatou ter se inscrito para uma das oficinas, a de cabeleireiro, e não ter conseguido uma vaga. Por sua vez, a beneficiária Nilma (Entrevista, 08/12/15), destacou seu interesse em participar da oficina de corte e costura, mas não chegou a ser inscrever para participar desta. A justificativa dada por Nilma para não ter se inscrito para a oficina foi a distância entre sua casa e o CRAS Saldado e o CQP 3. A proximidade com o CRAS parece ser um elemento na escolha dos beneficiários de participar dos cursos/oficinas, conforme confirma Mariana, beneficiária que está cursando a oficina de corte e costura. Estes relatos podem ser conferidos abaixo.

Oferece né, cursos de costura, balé, aqui é um monte de coisa, é bom viu. Eu tinha (vontade de cursar a oficina) de corte e costura, mas é que eu moro tão longe pra vir todo dia. Aí dá não. Assim, fica difícil pra mim, levar o menino na escola e vir, tem os pelinhos também, aí não dá não pra mim. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

É, devido que o CRAS agora é no mesmo bairro, antes era mais em cima e não tinha como eu ir não. Agora, é perto da minha casa, aí eu faço (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

Outro aspecto observado é que os filhos das beneficiárias que participam dos cursos/oficinas parecem estar mais propensos a também participarem dos mesmos. Apenas dois filhos de beneficiários entrevistados participam das oficinas, justamente filhos das duas únicas que já concluíram oficinas anteriormente:

Tem a de 16 anos que estuda a tarde, aí de manhã ela tá num cursinho lá no Convívio, fazendo lá, de operador de caixa. Ela disse que tem vontade de fazer, assim, mais pra frente né, se Deus ajudar, ela tem vontade de fazer fisioterapia, Faculdade. Aí eu digo, tem que estudar né (EDUARDA, entrevista, 20/11/15).

A minha menina, ela estuda de manhã e tá fazendo cursinho, aí vai terminar o ensino médio ano que vem, já tá no segundo ano. Ela também fez operador de caixa e fez ... sei que ela fez mais dois cursinhos. Ela pretende fazer, ela fez enem, ela pretende estudar. Pra quem não tem condições de pagar uma faculdade hoje, o cominho é, você ter minando o ensino médio, você fazer um enem, se esforçar que você chega lá né. Você fazer um técnico, porque um técnico você tem oportunidade pelos Pronatec. E do técnico você pode trabalhar e conseguir pagar a faculdade. O caminho pra que não tem condição é esse (JÚLIA, entrevista, 27/11/15).

É interessante notar que estes foram os dois únicos momentos em que beneficiários relataram perspectivas de seus filhos em ingressar no ensino superior. Pais que procuram melhorias em suas qualificações formais e profissionais parecem abrir novas perspectivas também para seus filhos, abrindo possibilidades para efeitos favoráveis sobre próximas gerações. Estes relatos também demonstram como a participação nos cursos técnicos é percebida como parte do caminho para se chegar ao ensino superior, ou seja, a qualificação profissional técnica é vista como um caminho para se alcançar melhores qualificações no futuro.

No que se refere às aulas oferecidas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, somente um filho de uma das beneficiárias, Mariana (Entrevista, 08/12/15), tem participado dos mesmos, nomeadamente de aulas de violino. A beneficiária Mariana participa da oficina de costura e costura, confirmando a relação entre a participação dos pais e a participação dos filhos nas atividades oferecidas pelo setor de inclusão produtiva e, também, do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

No que tange à escolarização dos filhos dos beneficiários, a maior parte destes em idade escolar está frequentando a escola. Não apenas isso, os pais também relatam que os filhos têm reações positivas quanto aos estudos:

Estudam. São bem estudiosos, graças a Deus, a menina tá no oitavo ano e o menino no terceiro. (BRUNA, entrevista, 08/12/15)

O meu menino frequenta a escola, não falta. [...] Mas ele não falta não, é difícil, difícil. Porque eu digo, o estudo é muito importante pra pessoa. Agora não quer não, mas futuramente a gente precisa. Porque pra ter um emprego bom, uma coisa, aí não tem as séries todinhas né, que se precisa. (NILMA, entrevista, 08/12/15).

Gosta, gosta. Esse ano ela tá gostando mais, tá aprendendo mais, ela é meio preguiçosa pra estudo, mas a pessoa vai botando no pé até ela gostar né. Mas ela gosta (AMANDA, entrevista, 08/12/15).

Não falta. Quando eu tenho alguma coisa e tenho que levar ele, ele não falta, não falta de jeito nenhum, eles adoram. (MARIANA, entrevista, 08/12/15).

Estudam. Na Branca de Neve, todos os dois. Gostam de estudar. [...] Não, é particular. Esse ano ele vai sair porque a escola particular vai virar aquela do governo, que não paga. [...] (O bolsa família é utilizado) Pra pagar a escola, porque completamente não ‘dá’ porque os dois “estuda”, mas esse ano o menino vai sair e vai ficar só a menina, porque a série dela eu também quero deixar lá, entendeu? (LARA, entrevista, 08/12/15).

Eles estudam. Meu menino faz curso, faz curso de informática. Eu pago o curso dele com o bolsa família. Pelo menos serve pra ele né. (REBECA, entrevista, 27/11/15)

Ressalva-se que os beneficiários podem ter compreendido ser de seu interesse dar bons retornos sobre a educação de seus filhos, já que esta é uma das condicionalidades do PBF. No entanto, estes aparentes bons resultados sobre os estudos dos filhos, tanto com relação à frequência quanto às atitudes para com a escola, estão de acordo com o que foi indicado por outras pesquisas, como a de Cireno, Silva e Proença (2013) que confirma bons resultados na retenção escolar entre os filhos de beneficiados do programa, bem como em seus desempenhos escolares.

De um modo geral, os resultados da pesquisa indicam que os filhos dos beneficiários têm permanecido em seus estudos, no entanto, existe um número de filhos de beneficiários que largaram a escola ou têm apresentado problemas. Quatro beneficiárias relataram como seus filhos abandonaram os estudos.

Tô estudando ainda, tô fazendo o sexto e sétimo ano. Pra ele não seguir o meu exemplo de não ter estudado. já a menina não terminou, ela foi até 1º ano, desistiu, disse que vai estudar, mas não vai. Eu digo vai se arrepender que nem a mãe. (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

Só estuda o menor. Os outros pararam de estudar, porque uma casou-se, a outra tem 16 anos, mas não quis estudar mais, e outro também não quer mais não, o que tem 19 anos (BETINA, entrevista, 27/11/15).

O mais velho agora, ele não tá estudando, porque tá trabalhando. Tem filho agora, tá com um bebezinho com três meses. Aí não pode estudar, mas trabalha. [...] A minha menina não tá estudando, também, desistiu. Tem treze, casou e desistiu. Não quer mais estudar (ISABELA, entrevista, 08/12/15)

E o menino ele não terminou o ensino médio, ele parou no último ano, no meio do ano pra terminar o médio, ele parou. E começou a costurar como tio, e o tio foi dando dinheiro a ele, acho que ele nunca tinha visto dinheiro na vida dele, aí começou a costurar. Aí hoje ele tá costurando e não terminou o médio, o que seria muito importante ele terminar o médio, estudar. (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Como pode ser observado, o abandono dos estudos geralmente está relacionado ao início do trabalho ou à constituição de uma família, casando-se ou tendo filhos. Os relatos também demonstram que as mães reprovam as atitudes de seus filhos de largarem os estudos, em muitos casos utilizando sua própria história de vida como contraexemplo para que o estudo não seja interrompido.

Outras duas beneficiárias relataram problemas de seus filhos na escola:

Que ele é bem trabalhador, ele tem 16 anos, mas é bem trabalhador. Repetiu, porque faltou muito, fazendo serão. Aí ele disse “mãe, ano que vem eu quero fazer diferente, quero fazer um bocado de curso, até eu conseguir me encaixar em algum, para ver o que acontece. (LAURA, entrevista, 20/11/15).

Agora o de 15 anos, ele estuda apulso, quase não quer nem ir pra escola. Eu quebro a cabeça com ele, quanto a esses negócios de estudo, pra trabalhar não, que ele gosta de trabalhar. [...] É, ele faz esse bicozinhos de, esses negócios de roupa, de travete. Mas não é uma coisa assim também, mas já é um paço pra ele. Mais pra mim, eu queria mesmo que ele se interesse pelos estudos. (EDUARDA, entrevista, 20/11/15)

Estes relatos confirmam mais uma vez a clara relação entre o início precoce de atividades remuneradas e a ocupação de trabalho que demandam de pouca qualificação e baixas remunerações, como tal, reproduzindo o ciclo intergeracional da pobreza. Assim sendo, apesar de haver indícios positivos na educação formal dos filhos dos beneficiários, esta melhoria não tem, até o momento, se revertido no desempenho de tarefas mais qualificadas e menos sujeitas a precarização. A maioria dos filhos de beneficiários que já estão realizando alguma atividade remunerada tem trabalhado com ocupações de baixa qualificação, semelhantes às ocupadas por seus pais.

Estas observações indicam que, até o momento e no contexto estudado, o PBF não tem alcançado êxito no que se refere ao desenvolvimento profissional das famílias, já que tem havido a continuidade do desempenho de atividades demandantes de baixa qualificação técnica

pelos filhos dos beneficiários. No entanto, o fato de a grande maioria dos filhos dos beneficiários em idade escolar estar estudando pode indicar possibilidades de melhores resultados em um futuro próximo.

As descrições também demonstram como os pais, que em sua maioria não possuem ensino fundamental completo, estão atribuindo valor a educação. Com frequência a educação é relatada como um meio para se ter acesso a bons empregos. Também Feijó e Pires (2015) destacaram o valor atribuído pelas beneficiárias do PBF à educação, bem como a crença de que a educação é um caminho para melhorias, tanto na renda como no acesso a novas oportunidades, compartilhada por estes.

De modo coerente com esta valorização dos estudos, duas mães declaram que utilizam todo o valor do benefício do PBF na educação de seus filhos, uma das beneficiárias pagando uma escola particular para os seus dois filhos, Lara, e a outra pagando um curso de informática, Rebeca.

Pra pagar a escola, porque completamente não dá, porque os dois estuda, mas esse ano o menino vai sair e vai ficar só a menina, porque a série dela eu também quero deixar lá, entendeu? (LARA, entrevista , 08/12/15)

Eles estudam. Meu menino faz curso, faz curso de informática. Eu pago o curso dele com o bolsa família. Pelo menos serve pra ele né. (REBECA, 27/11/15)

Em suma, tanto antes quanto após a inclusão no PBF, os beneficiários têm realizado atividades que demandam de pouca qualificação, seja em atividades do campo, domésticas, autônomas ou ligadas à confecção. Esta continuidade vai contra os objetivos do PBF, que destacam o papel dos programas complementares, ligados à qualificação e inserção profissional, como caminho viável para o desenvolvimento das famílias e superação da situação de vulnerabilidade. Um pequeno número destes beneficiários tem buscado melhorar sua qualificação profissional, majoritariamente por meio das oficinas, no entanto, até o momento isto não tem se revertido em melhores ocupações profissionais. Os filhos dos beneficiários também têm tido melhor acesso à educação formal, considerando-se que a maioria destes em idade escolar estão frequentando a escola. No entanto, os filhos dos beneficiários que atualmente já estão exercendo atividades remuneradas, assim como seus pais, têm desempenhado atividades que demandam de pouca qualificação e oferecem baixos rendimentos.

Destaca-se a necessidade do incentivo e da criação de condições para que os beneficiários deem continuidade aos seus estudos e possam ter acesso a oportunidades de qualificação profissional mais significativas, sem as quais a ocupação de melhores cargos profissionais e rendas mais alta torna-se difícil.

Ainda que a maioria das trajetórias profissionais dos beneficiários entrevistados tenha sido marcada apenas por ocupações informais, alguns beneficiários relataram ter ocupado trabalhos formais, ainda que estes tenham sido atípicos. A discussão sobre estes relatos é apresentada a seguir.

4.3.5 Relações de trabalho reguladas

A definição de trabalho regulado adotada neste estudo caracteriza-se por relações de trabalho marcadas pela regulamentação, por política de valorização de salários, baixos níveis de desemprego e pelo poder de barganha dos sindicatos, bem como pela atuação do Estado enquanto regulador e a garantia dos direitos sociais e trabalhistas (HARVEY, 2003; ANTUNES, 2011, POCHMANN, 2007). No período anterior à inclusão no programa, nenhum dos beneficiários entrevistados havia ocupado trabalhos formais. Após a inclusão no programa, alguns beneficiários ocuparam alguns cargos formais, enquanto apenas uma beneficiária estava trabalhando em um trabalho formal e em tempo integral no período em que ocorreram as entrevistas. Deve-se destacar que mesmo nestes trabalhos formais, alguns elementos, como a ausência de valorização salarial e de representação sindical tornam estes trabalhos limitados em sua representatividade de trabalhos regularizados e com direitos trabalhistas e sociais garantidos.

Mesmo com as limitações expressas anteriormente, apenas três beneficiárias relataram ter trabalhado em empregos formais e em tempo integral, trabalhos estes relacionados às atividades domésticas e à confecção. Os três relatos são apresentados a seguir:

É eu trabalhei quase dois anos (como empregada doméstica), foi em 2012. (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

Eu trabalhei quase dois anos com carteira fichada e depois, que fez um ano que 'tô' desempregada assim né [...] Eu era camareira de um hotel (VALENTINA, entrevista, 20/11/15).

Eu trabalhei faz muito tempo, trabalhei na empresa (de confecção), passei quatro anos e pouco, mas tem uns 14 anos (LAURA, entrevista, 20/11/15).

Estes exemplos têm em comum o fato de terem sido acontecimentos singulares. Trataram-se das primeiras experiências em trabalhos formais, tiveram duração limitada e não voltaram a se repetir. Essa singularidade da passagem por empregos formais, não necessariamente protegidos de precariedade, é condizente com o que foi apontado por Guimarães (2012), sobre as novas situações de emprego e desemprego em contextos flexíveis. Para a autora a recolocação no mercado de trabalho se dá cada vez mais por formas precárias de trabalho, situação nomeada de desemprego recorrente.

A maioria das atividades domésticas desempenhadas realiza-se de modo completamente informal, neste sentido se destaca o relato da beneficiária Letícia, única a ter exercido a atividade de empregada doméstica de modo formal. O relato de sua passagem pela formalidade no serviço doméstico demonstra um dos mais recentes debates públicos sobre a regularização desse tipo de atividade no Brasil.

Os horários, comecei trabalhando 12 horas por dia. Depois veio aquele, Graças a Deus, Dilma botou 8 horas. Minha patroa não gostou muito. Ficou chateada porque disse que a emprega não fazia mais quase nada, porque já dava a hora de sair. Aí eu achei bom sabe. Eu tirei férias e quando eu voltei das férias ela disse que não precisava mais de uma empregada, aí me demitiu, mas pagou tudo direitinho. (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15)

A mudança a qual Letícia certamente se refere foi a ementa constitucional nº 72, que, de acordo com o Palácio do Planalto (2016), estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Para Hirata (2009), debates públicos como os iniciados com a ementa constitucional nº 72 sobre trabalhos femininos realizadas na esfera privada são um passo importante para transformar o trabalho doméstico, frequentemente ainda visto como servil e não profissional, em trabalho comercial. Por sua vez, Letícia relata a desaprovação, por parte de sua patroa, da redução da carga horária para empregadas domésticas objetivando-se a equiparação com outras profissões. Essa desaprovação pode ser um indício de como estas atividades realizadas na esfera privada ainda são dificilmente percebidas de modo profissional. Após a perda de seu emprego, Letícia voltou a trabalhar como diarista, realizando faxinas avulsas.

Deve-se notar que o comum entre as beneficiárias é realizar atividades domésticas de cunho informal, sem vínculos empregatícios, de modo que o avanço nesta discussão promovido pela ementa constitucional nº 72 tem impacto limitado sobre suas atuações profissionais. Atualmente apenas a beneficiária Camila trabalha como empregada doméstica de modo formal,

enquanto seis beneficiárias, incluindo Letícia, realizam atividades domésticas plenamente informalmente.

Além disto, destaca-se que a beneficiária Camila não apenas é a única empregada doméstica trabalhando formalmente, como também a única participante da pesquisa que estava trabalhando em um emprego formal e em tempo integral no período em que ocorreram as entrevistas. A seguir pode ser conferida a descrição de suas atividades:

Arrumei um trabalho, um trabalho fixo, graças a Deus. Doméstica, isso, não minto pra ninguém, não minto isso pra ninguém, sou fichada, tudo, direitinho. Trabalho fichado, já vai fazer três anos. (CAMILA, entrevista, 08/12/15)

Ainda que formais, em nenhuma das descrições destas passagens foi relatada a participação em organizações sindicais, uma das características destacadas para o tipo de trabalho regularizado. Como destacado por Harvey (2003), sindicatos fortes foram um dos fatores de destaque que conduziram ao período de regularização do trabalho. Também se observa que, mesmo formais, estas atividades tiveram como remuneração salários mínimos, destacando a ausência de valorização salarial. Além disto, a constatação de que apenas quatro beneficiárias passaram por empregos formais e em tempo integral, sendo que apenas uma continuava ocupando um destes empregos no período em que ocorreram as entrevistas, demonstra quão pouco frequente foi a ocupação regularizada dos entrevistados.

Também entre os familiares dos beneficiários o trabalho informal é o mais comum. No entanto, assim como os titulares, entre os familiares há a descrição de passagens por empregos formais, apenas dois relatos, que também tiveram como característica a sua temporalidade. Enquanto atualmente apenas o cônjuge de uma das beneficiárias possui um emprego formal e em tempo integral. Novamente não há menção de participação em órgão de representação da classe trabalhadora, bem como as remunerações são de salários mínimos. Estes três relatos podem ser conferidos abaixo:

O meu esposo tava na época trabalhando né, falaram que é por conta disso. Só que agora faz 1 ano que ele tá desempregado. [...] Ele trabalhava numa loja. Serviços gerais da loja (VALENTINA, entrevista, 20/11/15).

Ele já trabalhou, já teve contrato, mas agora ele tá informal. Ele trabalhou na Scaven (empresa de confecção), acho que tá com uns quatro meses, mas não

deu certo, não sei o que aconteceu. Só trabalhou três meses (JÚLIA, entrevista, 27/11/15).

Ele é padeiro. Ele faz bolacha, é porque pensam que é pão, mas ele faz bolacha. [...] Não, numa fábrica de bolacha. [...] É, tudo certinho (Esposo) (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

Existe também o relato de passagens por empregos atípicos, dado seu caráter de tempo parcial e salário reduzido. Como destaca Harvey (2003), a flexibilização das relações de trabalho tem conduzido a uma progressiva redução do trabalho regularizado e a sua substituição pelo trabalho atípico, ou seja, trabalho em tempo parcial e temporário. Esta constatação vai ao encontro do que apontado por Guimarães (2002), Lima, (2010) e Antunes (2011), ao defenderem que as formas de trabalho atípico, ainda que consideradas formais, possuem uma tendência de desobrigação das organizações com sua força de trabalho.

Foram relatados três casos de trabalho atípico: o da beneficiária Helena, que à época da entrevista já não mais trabalhava neste tipo de emprego, e os casos da beneficiária Marjory e do filho da beneficiária Valentina, que continuavam a trabalhar nestas ocupações. Os três relatos de trabalho atípico são apresentados a seguir:

Eu trabalhava de faxineira no shopping. Aí trabalhava só meio expediente. Era metade de um salário. [...] Um ano e seis meses (HELENA, entrevista, 27/11/15).

Hoje em dia eu trabalho, faço um bico final de semana. Um bico não, eu consegui trabalhar fichada com três meses. Eu ganho... hoje eu ganho o que? Uns trezentos, com o Bolsa Família vem pra quatrocentos. É meio expediente. Eu trabalho de uma da tarde até dez da noite. No sábado e no domingo eu trabalho de meio dia até às nove da noite (MARJORY, entrevista, 08/12/16)

Aí a sorte é essa de 17, porque ele está trabalhando de menor aprendiz (VALENTINA, entrevista, 20/11/15)

Em sua totalidade, existem relatos de quatro passagens de beneficiárias titulares por empregos formais em tempo integral e dois relatos de passagens por emprego atípicos, em um grupo de trinta e cinco beneficiários entrevistados. Mais uma vez se destaca a predominância da informalidade nas relações de trabalho dos beneficiários, evidenciando a necessidade de ações que visem possibilitar a inclusão dos beneficiários em trabalhos formais e com direitos garantidos para que possam haver melhorias significativas em suas vidas de trabalho. Além disto, percebe-se pelos exemplos demonstrados, que as passagens por empregos formais dos

benefícios se deram de maneira episódica, sendo a reinserção no trabalho dada por meio de relações de trabalho informais e precárias.

Nestes termos, ficou clara a situação de insegurança nas relações de trabalho nas quais os beneficiários têm participado, tanto anteriormente como após a participação no benefício, relaciona-se com a seu caráter de informalidade, dado sua ausência de proteção social e direitos trabalhistas.

4.3.6 Discussão sobre as transformações nas relações de trabalho

Como pode ser observado nas seções anteriores, o desenrolar das relações de trabalho nas quais os beneficiários participam se caracteriza principalmente pela continuidade. O trabalho dos beneficiários antes da inclusão no PBF foi marcado por traços tradicionais, pelo trabalho informal, subcontratações e pela baixa qualificação profissional. A pesquisa de campo levou a observar que estes mesmos traços têm se perpetuado nas relações de trabalho dos beneficiários desde sua inclusão no programa, apenas com algumas novas nuances para um pequeno número de beneficiários, como pequenas qualificações, por meio de participações em oficinas, e passagens por empregos formais, ainda que em alguns casos atípicos.

Este caráter de continuidade é exemplificado pela observação que a maioria dos beneficiários permaneceu realizando as mesmas atividades entre os dois períodos analisados. Essa continuidade é demonstrada no quadro abaixo, que apresenta os tipos de ocupações que os beneficiários declaram realizar antes e após a inclusão no programa.

Quadro 7 (4) – Ocupação dos beneficiários antes e após o PBF

Ocupação	Nº de beneficiários antes do PBF	Nº de beneficiários depois do PBF
Agricultura Familiar	3	3
De caráter doméstico (Faxinas, diaristas, empregada doméstica, etc.)	12	10
Trabalho em feiras	2	1
Atividades de costura	1	4
“Tirar pelo”	13	16
Outros (bicos)	4	1

Pode ser percebido no quadro acima que os tipos de ocupações desempenhadas pelos beneficiários se mantiveram após a entrada dos mesmos no PBF, com apenas algumas mudanças dentro do mesmo leque de atividades. Verificou-se um pequeno aumento no número

de beneficiários que desempenha atividades ligadas à confecção, seja na costura, seja tirando pelo, de modo coerente com a particular predominância de atividades de confecção na cidade de Caruaru. Por último, deve-se considerar que ainda que um tipo de atividade fosse declarado como a principal fonte de renda em determinado momento, foi comum os beneficiários declarem que também desempenhavam os outros tipos de atividades apresentados no quadro acima, caso surgissem oportunidades.

Nestes termos, as relações de trabalho nas quais os beneficiários participam são notadamente flexíveis e precárias. A definição de flexibilização adotada neste trabalho parte do princípio que esta assume diversas formas, tendo em comum a desregulamentação das relações de trabalho e perda de direitos sociais, dando-se destaque para a presença de terceirizações e subcontratações, o desemprego recorrente, o trabalho informal, o trabalho atípico (Em período parcial ou temporário) e um retorno a negócios familiares e patriarcais (LIMA, 2010; GUIMARÃES, 2002; ANTUNES, 2011; HARVEY, 2013). Mesmo que com diferentes intensidades, todos estes elementos estão presentes nas relações de trabalho dos beneficiários, sobretudo o caráter informal do trabalho, o retorno a negócios familiares mais tradicionais e consequentes relações de subcontratações.

O trabalho informal certamente é o aspecto que melhor representa o conjunto dos beneficiários, de modo que anteriormente a inclusão no PBF nenhum beneficiário havia participado de empregos formais. A observação da predominância da informalidade nestas relações está de acordo com o que foi apontado por Hirata (2009) e Kalleberg (2009), ao afirmarem que em países da América Latina, como o Brasil, a precariedade do trabalho assume majoritariamente o formato da informalidade. Segundo os autores, nos países centrais do capitalismo a precariedade do trabalho está mais relacionada aos trabalhos atípicos, como os temporários e em tempo parcial, com perda e diminuição de direitos trabalhistas. Esta constatação também é coerente com a visão de Antunes (2011), que defende que a informalidade é a marca do novo padrão de geração de acumulação de capital.

Já o retorno, ou mais propriamente dito, continuidade, de negócios de caráter tradicionais e relações de subcontratações e terceirização possuem uma associação mais clara com as atividades ligadas ao setor de confecções. De acordo com o que já foi apresentado e discutido, em Caruaru este setor assume uma configuração dual, com poucas empresas formais e muitas facções, unidades produtivas informais e de caráter geralmente doméstico e familiar (SEBRAE, 2013). Os beneficiários geralmente se encontram no último elo desta rede, sendo subcontratados pelas facções para a realização de trabalhos domiciliares, majoritariamente, o “tirar pelo”.

O trabalho flexível dos beneficiários também é precário, sendo realizado à margem de qualquer proteção social, na informalidade, com baixa qualificação profissional e sendo marcadamente inseguro. Estes são os traços apresentados por autores como Alves (2013), Hirata, (2009) e Kalleberg (2009) ao definirem o trabalho precário.

Apesar de a continuidade ser o aspecto predominantemente observado, algumas mudanças devem ser apresentadas. Primeiramente, algumas beneficiárias têm buscado melhorar sua qualificação profissional por meio da participação em oficinas e cursos oferecidos pelo poder público. No entanto, somente três beneficiárias, não contando os entrevistados no CQP, afirmaram estar cursando ou já ter cursando uma destas oficinas. Outras quatro beneficiárias foram entrevistadas no âmbito da CQP 3, logo, estavam cursando uma oficina. Além disto, também se percebeu que, até o momento das entrevistas, estas pequenas melhorias na qualificação profissional não têm se traduzido em ocupações de trabalhos que demandam melhores qualificações técnicas e oferecem melhores rendimentos, com as beneficiárias tendendo a permanecer nas mesmas atividades informais e de baixa remuneração.

Outra mudança diz respeito às passagens por trabalhos formais em tempo integral, bem como empregos formais atípicos. Apenas três beneficiárias relataram ter em algum momento trabalhado de modo formal, sendo que após essa experiência não voltaram a trabalhar formalmente. Estes exemplos evidenciam a singularidade da passagem por empregos formais, não sendo uma modalidade de emprego recorrente para os beneficiários. Além destas, no período em que ocorreram as entrevistas, apenas uma beneficiária estava trabalhando em um emprego formal em tempo integral.

Destaca-se que, mesmo nestes casos de empregos formais, o trabalho realizado exigia pouca qualificação técnica, sendo todos os casos ou de caráter doméstico ou ligado à confecção, e com rendimentos mínimos. Ainda que em todos estes casos tenha-se relatado adequação aos direitos trabalhistas, no que se refere às férias, 13º salário, previdência social, etc., em nenhum destes casos houve menção à participação em organizações trabalhistas. Sendo assim, o caráter de baixa qualificação profissional, rendimentos mínimos e falta de representação sindical dificulta a consideração destes empregos como regulados e com direitos garantidos, estando aproximados também do trabalho precário.

Existem relatos também de empregos formais atípicos, isso quer dizer, em tempo parcial e com salários reduzidos após a inclusão no PBF. No entanto, houve apenas duas passagens de beneficiários por empregos atípicos, uma já encerrada no momento da entrevista, e outra que ainda em continuidade. Como visto, o trabalho atípico é também uma das características da flexibilização, no entanto esta é uma modalidade flexível pouco presente no trabalho das

beneficiárias, sendo o traço mais marcante, tanto da flexibilidade quanto da precariedade, o trabalho informal.

O quadro seguinte resume esses achados por categorias de análise, tanto em duas continuidades, quanto nas pequenas variações observadas nas relações de trabalho.

Quadro 8 (4) – Resumo dos achados por categoria

Categoria	Antes do PBF	Após o PBF	Transformação
Relações de trabalho tradicionais	Predominância de trabalhos realizados na esfera privada, em sua maioria no próprio domicílio, com separação pouco clara de tempo de vida e de trabalho e laços familiares e de amizade.	Predominância de trabalhos realizados na esfera privada, em sua maioria no próprio domicílio, com separação pouco clara de tempo de vida e de trabalho e laços familiares e de amizade.	Nenhuma mudança significativa relatada.
Informalidade	Predominância de ocupações informais, com a ausência de proteção social no trabalho.	Predominância de ocupações informais, com a ausência de proteção social no trabalho.	Pequeno grupo de beneficiários passou por momentos de trabalho formal, em geral de curta duração e singulares. Outro pequeno grupo passou por situações de emprego atípico, ou seja, em tempo parciais e com salários reduzidos
Subcontratações	Beneficiários como o último elo de uma rede de subcontratações entre facções e empresas no setor de confecções.	Beneficiários como o último elo de uma rede de subcontratações entre facções e empresas no setor de confecções.	Nenhuma mudança significativa relatada.
Baixa qualificação profissional	Realização de atividades que demandam baixos níveis de qualificação técnica.	Realização de atividades que demandam baixos níveis de qualificação técnica.	Pequeno grupo de beneficiários participou ou está participando de cursos e oficinas oferecidos pelos governos federal e municipal.

Por fim, destaca-se que apensar de transformações substantivas nas relações de trabalho não tenham sido verificadas, em muitas situações o PBF tornou-se um importante elemento de proteção social para os beneficiários, constituindo-se em um amenizador de muitas situações de insegurança, desde irregularidades no trabalho até impossibilidades de trabalhar por questões de saúde. Considerando-se que, via de regra, os beneficiários não contam com proteção social

em suas relações de trabalho, o benefício se torna fonte de segurança e garantia de satisfação de necessidades básicas, como alimentação e moradia. Este fato realça a importância do programa, ainda que, até o momento, a participação no mesmo não tenha estado atrelada a melhorias no âmbito de suas relações de trabalho.

5 Conclusões

O objetivo desta pesquisa foi analisar até que ponto o Programa Bolsa Família está relacionado com possíveis mudanças nas relações de trabalho dos beneficiários, considerando-se a tendência de flexibilização e precarização do trabalho. Para atingir este objetivo, foram propostos cinco objetivos específicos. Estas conclusões foram estruturas de modo a discutir os achados da pesquisa para cada objetivo específico e por fim chegar ao objetivo geral.

O primeiro objetivo específico foi caracterizar o Programa Bolsa Família, especificamente os aspectos relativos ao trabalho no contexto de Caruaru. As atividades oferecidas pelo PBF aos beneficiários alcançam, diretamente ou indiretamente, três instâncias: o Centro de Gestão Bolsa Família (CGBF), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de oficinas e cursos relacionadas ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) em Caruaru. Também foram identificados três conjuntos de atividades que demarcam os serviços prestados, atividades de cadastramento, acompanhamento e conscientização e orientação dos beneficiários. Conforme as descrições das atividades desempenhadas pelos entrevistados, o enfoque da atuação no CGBF é dado às atividades de cadastramento e acompanhamento que, embora sejam fundamentais para garantir a focalização do programa, não aparentam relacionar-se com o trabalho dos beneficiários. Por sua vez, a análise da atuação no CRAS Salgado indicou uma centralidade das atividades de conscientização e orientações. Frequentemente, as orientações relacionam-se diretamente com o trabalho dos beneficiários, versando sobre meios de acesso a alguma modalidade de seguridade social em seus trabalhos e sobre oportunidades de participações em cursos e oficinas de qualificação profissional. Já a oferta dos cursos se dá por meio do setor da rede relacionada ao Acessuas Trabalho, sejam estes cursos oferecidos pelo Pronatec ou oficinas ofertadas pela Secretária da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais.

As análises da atuação na oferta de serviços no CGBF e no CRAS Salgado indicam que para que o PBF possa efetivamente avançar no desenvolvimento das famílias beneficiárias é importante a participação dos CRAS, já que estes representam uma porta de acesso para uma perspectiva mais ampla da Assistência Social (MDS, 2016b). Um indicativo da importância desta integração PBF/CRAS foram as respostas dos beneficiários entrevistados ao questionamento sobre a oferta de benefícios pelo PBF além do financeiro. Os beneficiários que utilizavam os serviços relativos ao programa no ambiente do CGBF frequentemente relatavam ser apenas o benefício financeiro, enquanto os beneficiários entrevistados no contexto do

CRAS, de modo mais comum, citavam os cursos, oficinas e outras modalidades de aulas entre os benefícios oferecidos. Assim sendo, as esferas da atuação ligadas ao PBF em Caruaru que melhor se relacionam com o trabalho dos beneficiários são o CRAS, em suas atividades de orientação e conscientização, e a rede ligada ao Acessuas Trabalho, na oferta de cursos e oficinas.

O segundo objetivo específico foi identificar e descrever os beneficiários do Programa Bolsa Família no contexto de Caruaru. A identificação dos beneficiários se deu por meio das visitas ao CGBF, ao CRAS Salgado ao Centro de Qualificação Profissional (CQP) 3. A partir das entrevistas com os beneficiários traçou-se o seu perfil. Constatou-se que a maior parte dos beneficiários são mulheres, mães solteiras ou divorciadas e possuem baixa escolaridade.

O terceiro objetivo específico foi descrever as relações de trabalho nas quais os beneficiários do Programa Bolsa Família estavam inseridos antes do recebimento do benefício. Tendo o referencial teórico deste estudo como aporte, foram destacadas quatro categorias a partir da análise de conteúdo das descrições dos beneficiários de suas relações de trabalho antes de sua participação no programa, nomeadamente: Relações de trabalho tradicionais, Trabalho informal, Subcontratações e terceirizações e Baixa qualificação profissional. As relações de trabalho das quais os beneficiários participam antes da inclusão no PBF apresentavam traços tradicionais, desta feita, em sua maioria ocorriam de modo domiciliar, ou ao menos na esfera privada, e envolviam relações familiares e/ou de amizade. De modo coerente, o trabalho dos beneficiários antes da inclusão no programa foi predominante informal, ocorrendo à margem de quaisquer regulamentações e desprovido de proteção social. Estes trabalhos também tinham em comum a baixa necessidade de qualificação técnica, envolvendo ocupações na agricultura familiar, em atividades domésticas, em atividades autônomas ou na área de confecções. Especialmente nas atividades relacionadas à confecção, se estabeleceram relações de subcontratações entre empresas, facções e o trabalho domiciliar dos beneficiários.

Este estudo teve como quarto objetivo específico descrever e analisar as relações de trabalho nas quais os beneficiários do Programa Bolsa Família têm se inserido a partir da inclusão no programa. A análise da descrição das trajetórias de trabalho dos beneficiários após a inclusão no PBF revelou as mesmas categorias do período anterior à inclusão no programa, com o acréscimo da categoria Relações de trabalho reguladas, por meio de passagens por trabalho formal e trabalho atípico.

Neste sentido, o trabalho de “tirar pelo”, exercido pela maioria dos beneficiários entrevistados, é exemplar nestes aspectos. Essa atividade, predominantemente feminina, ocorre de modo plenamente informal, com traços tradicionais, ocorrendo de modo domiciliar, sendo

as peças enviadas para as casas daqueles que tiram os pelos. As beneficiárias entrevistadas que tiram pelo frequentemente são mães, trabalhando em suas casas, dividindo-se entre as atividades com suas famílias e o “tirar pelo”. Dentre as justificativas dadas pelas entrevistadas para permanecer nesta atividade destaca-se exatamente a necessidade de conciliação com o cuidado de seus filhos e lares. De acordo com Carloto e Mariano (2012), se não forem acompanhadas por outros serviços públicos, as condicionalidades do PBF podem aumentar o peso das atribuições domésticas das beneficiárias, já que estas frequentemente assumem sozinhas toda, ou ao menos a maior parte, das reponsabilidades familiares. Neste sentido, assim como as autoras, se destaca a necessidade do oferecimento de serviços públicos que aliviem o peso das atribuições domésticas das beneficiárias, como creches e escolas em tempo integral, e possibilitem a busca por qualificação profissional e melhores oportunidades de trabalho.

As atividades desempenhadas pelos beneficiários continuaram a ser marcadamente demandantes de baixa qualificação técnica. O “tirar pelo” é uma das atividades que exige menos qualificação técnica na confecção, envolvendo limpar as peças de linhas que permanecem após a produção. De modo que as beneficiárias que tiram pelo são um dos elos mais abaixo da estrutura dual que é o setor e confecções em Caruaru. O conceito de estrutura dual tem por base a análise de Oliveira (2003), sobre a dualidade da estrutura econômica e produtiva brasileira, representada pelo industrial, considerada moderna, e persistências de atividades tradicionais e arcaicas. Oliveira (2003) argumenta que esta estrutura dual se complementa à medida em que as atividades dos setores arcaicos colaboram para a garantia da acumulação de capital na indústria. Analogamente, a estrutura produtiva de confecções em Caruaru funciona sobre o mesmo aspecto de dualidade, com poucas empresas formais cuja acumulação de capital se torna viável devido à participação de diversos empreendimentos informais e domiciliares, as facções, para as quais parte da produção das confecções é terceirizada ou subcontratada. Nesta estrutura dual, o trabalho das beneficiárias se dá por subcontratação para facções, empreendimento já objeto em si de terceirização.

Além de serem plenamente informais, o que significa alheias à proteção social e aos direitos trabalhistas, os beneficiários entrevistados lidam com uma constante insegurança sobre a existências de seus trabalhos. No exemplo da atividade de “tirar pelo”, a existência de trabalho depende do encaminhamento de peças pelas facções e terceiros. Por sua vez, o envio das peças é inconstante podendo passar dias ou mesmo semanas sem ocorrer, período em que as beneficiárias não trabalham e, conseqüentemente ficam sem rendimentos. Adicionalmente à insegurança de seus trabalhos, as beneficiárias convivem com inseguranças de rendimento, já que o pagamento de seus trabalhos ocorre por produtividade, sendo baixíssimo o pagamento

por peça. Como tal, as beneficiárias são obrigadas a manter um ritmo intenso de trabalho, muitas vezes relatando trabalhar até nos períodos noturno, o que evidencia o caráter ilusório da ideia de autonomia e melhor conciliação entre suas vidas de trabalho e familiares nestes tipos de atividades domiciliares. Além disto, as beneficiárias estão totalmente expostas a quaisquer situações extraordinárias, como doenças e acidentes, que impossibilitem a execução de seus trabalhos dado seu caráter de informalidade.

Após a identificação e descrição das relações de trabalho dos beneficiários, o quinto objetivo específico foi analisar possíveis transformações nas relações de trabalho a partir do recebimento do benefício pelos pesquisados. A continuidade das mesmas relações de trabalho após a entrada no programa foi o aspecto predominante observado. Ainda que a atividade de “tirar pelo” seja o exemplo mais evidente, maioria das atividades desempenhadas pelos beneficiários do PBF após a inclusão no programa compartilhou e manteve características similares no trabalho, com traços tradicionais, predominâncias da informalidade, baixas exigências de qualificação técnica e baixíssimos rendimentos. Estas características evidenciam o caráter marcadamente flexível e precário do trabalho dos beneficiários.

No entanto, algumas mudanças sutis ocorreram. Uma pequena parcela dos beneficiários tem participado das oficinas e cursos relacionados ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho). De acordo com Sônia Ramos (Entrevista, 27/11/15), ligados à coordenação do Acessuas Trabalho em Caruaru existem cursos oferecidos pelo Pronatec e as oficinas oferecidas pelo governo municipal. As oficinas teriam como objetivo atender ao público da Assistência Social que não pode ter acesso aos cursos do Pronatec, dadas as exigências de escolarização, e possibilitar retornos financeiros imediatos com oficinas de curta duração. Dado o caráter de pequenas melhorias de qualificação profissional presente na concepção das oficinas, as suas áreas temáticas envolvem atividades geralmente realizadas na informalidade em Caruaru, o que limita sua potencialidade em promover melhorias substantivas nas condições de trabalho dos beneficiários. Além disto, existe o relato de uma beneficiária em que a participação em uma oficina colaborou para sua decisão de não continuar seus estudos, o que implica na impossibilidade de participar de cursos de qualificação profissional mais ampla, como o Pronatec. Neste sentido, destaca-se a importância de que, ainda que paralelamente às oficinas, sejam oferecidos condições e incentivos para que as beneficiárias continuem seus estudos escolares e possam, assim, ter acesso a melhores oportunidades de qualificação profissional e trabalho.

Positivamente, esta relação pôde ser observada, dado que as beneficiárias que participam das oficinas têm demonstrado uma atitude mais positiva quanto aos estudos

escolares também, com a maior parte delas voltando a estudar. Os filhos destes beneficiários também têm participado mais das oficinas e demonstram expectativas de alcançar melhores qualificações profissionais no futuro, inclusive com menções ao ensino superior. Porém, segundo os relatos dos beneficiários entrevistados, a participação nos cursos/oficinas não está se revertendo na ocupação de trabalhos mais qualificados até o momento em que foram entrevistados. Segundo estes, a dificuldade para desempenhar atividades mais qualificadas está relacionada à falta de uma rede de contatos profissionais para se inserir no mercado e, conseqüentemente, à falta de experiência. O que evidencia limites ao discurso da empregabilidade, assim como a necessidade de ações governamentais que além do oferecimento dos cursos e oficinas, deem suporte à inclusão profissional dos beneficiários.

Além disto, alguns beneficiários também passaram por momentos de trabalho formais. No entanto, de modo geral, trataram-se de experiências episódicas, de duração limitada, sem representação sindical e em atividades que demandam pouca qualificação e oferecem baixos rendimentos. Mesmo com estas restrições, no período em que as entrevistas ocorreram apenas uma beneficiária estava trabalhando formalmente em tempo integral.

Também houve relatos de empregos formais atípicos, em período parcial e com salários reduzidos, sendo que no período em que ocorreram as entrevistas apenas uma beneficiária estava empregada em uma destas ocupações. Desta forma, ficou claro que o caráter predominante na flexibilização e precariedade das relações de trabalho das quais os beneficiários participam é a informalidade, o que mantém o trabalho dos beneficiários alheios à seguridade social e aos direitos trabalhistas. Deste modo, destaca-se a necessidade de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de empregos formais e forneçam condições para o acesso ao mesmo entre os beneficiários do PBF.

A partir da consideração e análise dos achados referentes aos objetivos específicos buscou-se responder à pergunta de pesquisa: até que ponto o Programa Bolsa Família está relacionado com possíveis mudanças nas relações de trabalho dos beneficiários, considerando-se a tendência de flexibilização e precarização do trabalho? Os resultados indicam que, ao menos no contexto de Caruaru, a participação no PBF não tem se relacionado a melhorias nas relações do trabalho até o momento. Constatou-se que as relações de trabalhos dos beneficiários antes de sua inclusão no programa eram marcadamente flexíveis e precárias e que estas permaneceram assim até o momento da realização da pesquisa.

Pondera-se que influências sobre as relações de trabalho de seus beneficiários não é o principal objetivo do PBF, porém, entre os objetivos declarados do programa está o de estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza

(PALÁCIO DO PLANALTO, 2016a). Nestes termos, a emancipação sustentada das famílias beneficiárias do programa depende substancialmente das transformações em suas relações de trabalho. O objetivo do PBF de colaborar para que as famílias superem sua situação de vulnerabilidade social é reafirmado pelo MDS (2016a), sendo o caminho apontado para tal a sua articulação com outras ações e programas sociais complementares, notavelmente relacionados à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, os resultados deste estudo sugerem que a articulação entre o PBF e os programas complementares tem sido insuficiente, ao menos no contexto estudado, considerando que entre os entrevistados apenas três participaram de algum programa complementar de qualificação profissional, seja por meio do Pronatec ou oficinas oferecidas pelo governo municipal, não considerando os entrevistados no contexto do CQP, já que estes necessariamente participavam de oficinas. Neste sentido, Licio, Mesquita e Curralero (2011) indicam que não está clara uma real convergência entre os programas complementares e os beneficiários do PBF, com apenas poucos milhares destes últimos utilizando tais programas, enquanto o número total de beneficiários está na casa dos milhões. Assim como os autores, destaca-se a necessidade de uma melhor articulação entre esses programas, que são oferecidos por diversas instâncias nos três níveis do governo, uma real convergência dos mesmos para com os beneficiários do PBF e a criação de novos espaços de inclusão e a ampliação dos já existentes.

Além destas observações, destaca-se que, dada a situação de intensa insegurança nas de relações de trabalho dos beneficiários ocasionada pela precariedade, em muitos casos o PBF tem sido o único elemento de proteção social. Como tal, o benefício tem amenizado muitas das inseguranças enfrentadas pelos beneficiários, suprimindo necessidades básicas como alimentação e moradia. Neste sentido, destaca-se, aqui, a importância do programa e seu sucesso no que se refere à garantia de uma proteção social mínima a grupos sociais desprovidos desta proteção em suas relações de trabalho.

Sugere-se que pesquisas futuras analisem de modo focalizado as relações de trabalho de egressos dos programas de qualificação profissionais, como o Pronatec, a nível federal, e as oficinas oferecidas pela Secretaria da Criança, do Adolescente e Políticas Sociais, no contexto específico de Caruaru. Dada a clara ligação destes programas com as relações de trabalho, estudos aprofundados destes grupos podem oferecer importantes esclarecimentos sobre o trabalho de beneficiários da Assistência Social.

Também se sugere o estudo mais detalhado da articulação das atividades do PBF e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de modo que possam ser melhor

exploradas e avaliadas as consequências desta articulação sobre o escopo e a qualidade das prestações de serviços do programa.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para a compreensão das relações de trabalho dos beneficiários dos programas de transferência de renda, especificamente o PBF no contexto de Caruaru, e que forneça subsídios para que melhorias e avanços nestas e em outras políticas sociais sejam possíveis.

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**, v. 12, n. 2, 2009.

_____, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, 2013.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: CLACSO, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 107, 2011.

_____, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**. v. 28, n. 81, 2014a.

_____, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVII, 2014b.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Bolsa família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEHRING, Elaine R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). **Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Módulo I. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Brasília, DF, CEAD, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, 2006.

BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, n. 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

CAMELO, Rafael de Sousa. TAVARES, Priscilla Albuquerque. SAIANI, Carlos César Santejo. Alimentação, Nutrição e Saúde em Programas de Transferência de Renda: Evidências para o Programa Bolsa Família. **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v.10, n.4, p.685–713, 2009.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Economia x Sociologia: eficiência ou democracia nas relações de trabalho? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100002>. Acessado em: 17 de julho de 2015.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO; Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258 - 272, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, 2012.

CHARGAS, Priscilla Borgonhoni; CARVALHO, Cristina Amélia; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **O & S**, Salvador, v. 22, n. 73, 2015.

CIRENO, Flávio. SILVA, Joana. PROENÇA, Rafael Prado. Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do programa bolsa família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 20, n. 59, p. 111-131, 2005.

_____, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga. XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do programa bolsa família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

CRESWELL, John. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. Thousand Oaks: Sage, 1997.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FEIJÓ, Ana Paula Speck; PIRES, André. A Frequência Escolar e a Educação a partir do ponto de vista das Beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 136-152, 2015.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, Reinado. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 12, n. 50, p. 113-121, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HELAL, Diego Henrique. NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Burocracia e inserção social: Uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, p. 312-340, 2010.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família II. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

KALLEBERG. Arne L. O Crescimento Do Trabalho Precário: Um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24, no 69, 2009.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahb; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. **ERA**. São Paulo v. 51 n. 5. P. 458-470, 2011.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, 2010.

LIRA, Sonia Maria de. **O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE**: as suas inter-relações socioespaciais. Recife, 2009, 214 f. Tese (Doutorado). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Grupos%20Populacionais%20Tradicionais%20e%20Especificos)>. Acesso em: jul. de 2015.

_____. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: jan. de 2016a.

_____. **Atualização Cadastral 2015**: Averiguação e Revisão Cadastral. Disponível em: <<http://>

<http://mds.gov.br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/bolsafamilia/cadastrounico/beneficiario/atualizacao-cadastral-2015>>. Acesso em: Jan. de 2016b.

_____. **Centro de Referência de Assistência Social:** Cras. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: Jan. de 2016c.

_____. **Acessuas Trabalho.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/acessuas-trabalho>>. Acesso em: Fev. de 2016d.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O que é o Pronatec? Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em: jan. de 2016.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

SILVEIRA NETO, Raul da Mota. AZZONI, Carlos Roberto. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA; Luís Felipe Batista de. SOARES, Sergei S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista O ornitorrinco.** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Emenda constitucional Nº 72.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: jan. de 2016.

_____. **LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: jan. de 2016.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. rev. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

PREFEITURA DE CARUARU. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.caruaru.pe.gov.br/noticias>>. Acesso em: jan. de 2016.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano, 2012**. Recife: SEBRAE, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O programa bolsa família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília, IPEA, 2009.

TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira; PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-1541, Dec. 2013

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (orgs). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

APÊNDICE A - Guia de Entrevista

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento de Ciências Administrativas

Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Descrição	Observações
Me fale um pouco sobre sua vida (Naturalidade, escolaridade, família)	
Quais são suas fontes de renda?	
Antes do Bolsa Família	Observações
Me fale um pouco como era seu trabalho antes começar a receber o benefício do PBF.	
Nestes trabalhos, como foram negociados os salários e a jornadas de trabalho?	
Em média, quantas horas o/a senhor (a) trabalhava por dia?	
O senhor (a) trabalhou formalmente (carteira assinada)?	
O/a senhor (a) recebia férias e 13º?	
Nestes trabalhos, havia o recolhimento/contribuição para o INSS?	
Neste período, o o/a senhor (a) ouvia falar de sindicatos? Participou de algum?	
Neste período o/a senhor (a) passou por longos períodos de desemprego?	
Os rendimentos do trabalho davam para suprir as necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação?	
Como era o acesso aos serviços públicos de saúde e educação?	
Depois do PBF	Observações

Me fale um pouco dos seus trabalhos após a inclusão no PBF.	
Nestes trabalhos recentes como foram negociados os salários e a jornada de trabalho?	
O/a senhor (a) está recebendo ao menos um salário mínimo?	
Quantos horas, em média, o o/a senhor (a) trabalhar por dia?	
O senhor (a) chegou a trabalhar ou trabalha atualmente com carteira assinada?	
O/a senhor (a) está recebendo férias e 13º?	
Nestes trabalhos, havia o recolhimento/contribuição para o INSS?	
Atualmente o o/a senhor (a) ouve falar de sindicatos? Participa de alguns?	
O/a senhor (a) chegou a passar muito tempo desempregado desde que entrou no PBF?	
Os rendimentos dos trabalhos após a entrada no PBF são suficientes para suprir necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação?	
Como é o seu acesso aos serviços de públicos de saúde e educação?	